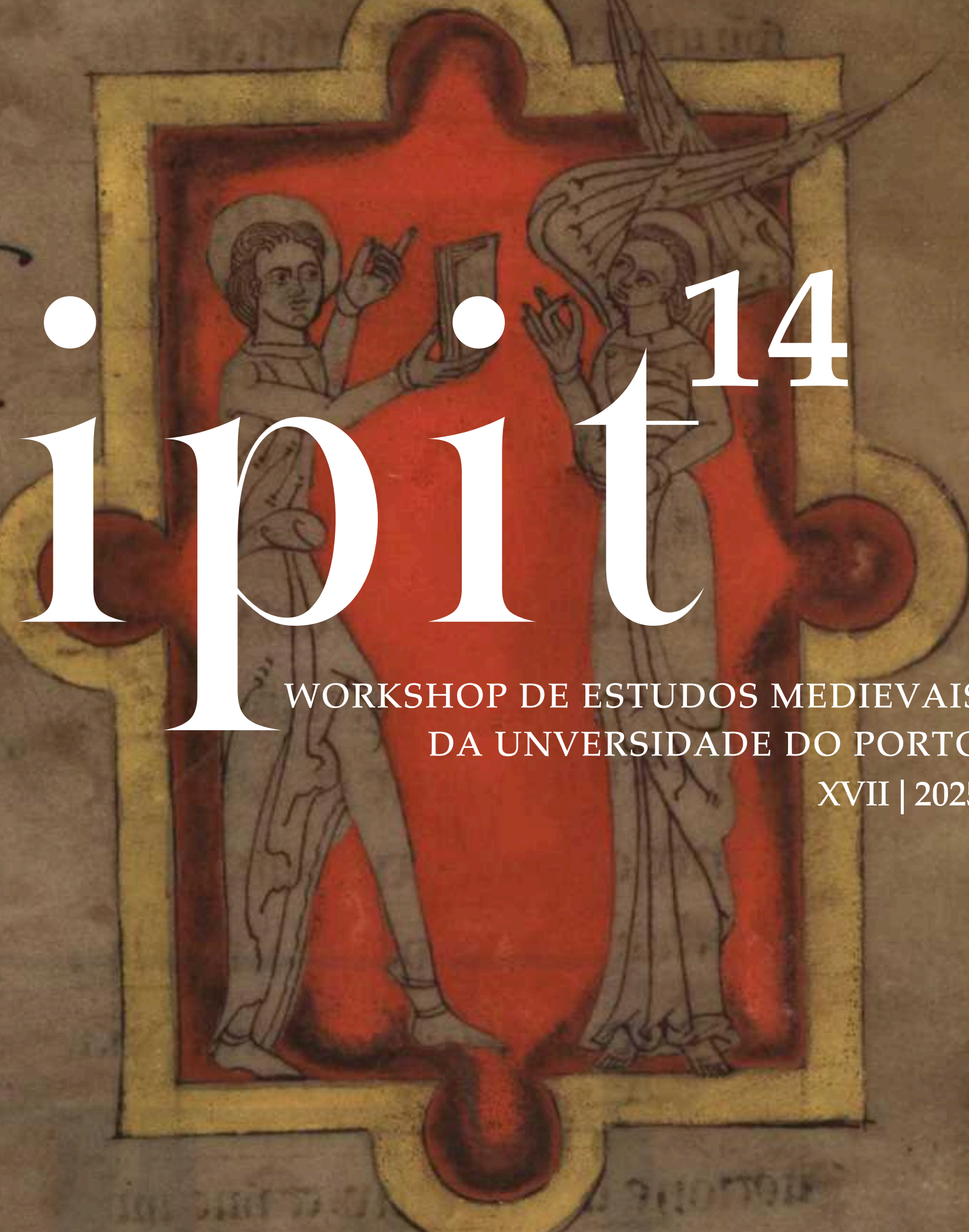


audiat quid sp̄s dicat eccl̄is. *Ex-*
pl̄is eccl̄a. v̄. Incipit eccl̄a. vi. in
Angl̄o filadelfie eccl̄e. Libro. ii.

Incipit
sc̄be h̄c d̄c s̄s et uerus. qui h̄t
clauē d̄c qui ap̄it et nemo claudit.
claudit et nemo ap̄it. Ecce dedi
ante te ostium ap̄t̄. n̄. s̄. quia
modica habes utucem. et seruaſti
n̄m n̄m. et nō negaſti fidem m̄am.
Ecce dabo de ſinagoga ſathane.
qui ſe dicunt iudeos eē et n̄ ſunt.
ſ; mentiunt̄. Ecce faciā illos ut ue
niant et adorent añ pedes tuos. ⁊
cognoſcant q̄ ego dilexi te. Qm̄
ſeruaſti ūbum paciētie mee. et ego
te ſeruabo ab hora tēptatiōis. que
uent̄a ē in uniūſum orbem temp
tare habitantes. *Explanatio ſup̄ ſēpt̄e yſtorie. i. libro.*



WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
XVII | 2025

GIHM
GRUPO INFORMAL DE HISTÓRIA
MEDIEVAL



U. PORTO
think medieval

Coordenação de
Ana Marques / António Marques
Carlos Coelho / Hugo Cardoso
João Pedro Alves / Sara Ribeiro
Vitor Ribeiro

Universidade do Porto
Faculdade de Letras
Biblioteca Digital, 2026



Incipit 14

XVII Workshop de Estudos Medievais

Incipit 14

XVII WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS

10 e 11 de Abril de 2025

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Grupo Informal de História Medieval

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2026

Título

Incipit 14. XVII Workshop de Estudos Medievais

Edição

Grupo Informal de História Medieval

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ISBN

978-989-9193-90-1

DOI

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inc>

Composição e Paginação

Grupo Informal de História Medieval

Imagem de Capa

A.N.T.T., Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, códice 44, fl.73 (Apocalipse do Lorvão)

Responsável Científico

Maria João Oliveira e Silva (U. Porto)

Revisão Científica

Adelaide Millán da Costa (U. Aberta); Alicia Miguélez (NOVA-FCSH); Amélia Campos (U. Coimbra); Ana Cristina Sousa (U. Porto); Ana Rita Rocha (U. Coimbra); André Madruga Coelho (U. Évora); André Silva (U. Évora); Carlos Teixeira (U. Porto); Catarina Barreira (IEM/NOVA-FCSH); Catarina Martins Tibúrcio (U. Algarve); Eduarda Machado (U. Porto); Filipe Alves Moreira (U. Aberta); Francesco Renzi (U. Porto); Inés Calderón Medina (U. Illes Balears); Javier Castaño (U. Complutense de Madrid); Joana Gomes (U. Porto); João Luís Inglês Fontes (IEM/NOVA-FCSH); José Eduardo Franco (U. Aberta); Luís Carlos Amaral (U. Porto); Luís Miguel Duarte (Lab2PT – U. Minho); Luísa Trindade (U. Coimbra); Manuel Ramos (U. Porto); Maria Filomena Andrade (U. Aberta); Maria Leonor Botelho (U. Porto); Maria João Oliveira e Silva (U. Porto); Mariana Fonseca Barros (U. Porto); Mariana Leite (U. Porto); Mário Farelo (U. Minho); Mário João Correia (U. Porto); Miguel Aguiar (Casa de Velázquez - École des hautes études hispaniques et ibériques); Paula Almeida Mendes (U. Porto); Pedro Monteiro (Goethe U. Frankfurt); Vera Rodrigues (U. Porto)

Apoios

Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Copyright © Autores e Editores, 2026

Todos os direitos reservados, em harmonia com a lei em vigor

Sumário

- 5 Apresentação
Grupo Informal de História Medieval
- 7 Ambiente e Higiene em Coimbra nos Finais da Idade Média
Débora Pimentel Leal
- 20 Per universum mundum. A memória, os espaços e a historiografia medieval portuguesa (1140-1340)
José Manuel Simões
- 32 O trabalho da pestelença. Enfrentar a peste na Lisboa dos finais da Idade Média (1481-1521)
Verónica Francisco
- 49 Las Clarisas de Palencia y sus patronos. Notas para el estudio del primer panteón del linaje Enríquez
María Carrión Longarela
- 66 A identificação dos habitantes de Loulé no ocaso da Idade Média: estudo antroponímico
Miguel Augusto Luís
- 81 O Mosteiro do Salvador de Lisboa entre 1391 e 1513: uma investigação em curso
Joana Lages Gonçalves
- 93 Os Besteiros do Monte (1422-1498). Das Matas aos Campos de Batalha
Pedro Dinis Neto Costa
- 117 Objetos sumptuários em Portugal. Materiais, formas, imagens e funções no contexto da Europa do século XVI
Cláudia Costa Pires

Apresentação

As páginas que se seguem reúnem em si os resultados científicos da XVII edição do *Workshop de Estudos Medievais* (WEM), que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre os dias 10 e 11 de abril de 2025. Evento que, de novo, se consolidou como um fórum de eleição para a divulgação, diálogo e debate em torno de investigações de mestrado e doutoramento em curso, ao congregar um conjunto de jovens investigadores oriundos de Universidades portuguesas e espanholas - num encontro que se pautou por uma tonalidade marcadamente ibérica - dedicados ao estudo de matérias vinculadas aos Estudos Medievais.

A edição de 2025 contou com a participação de 13 oradores, cujas intervenções abrangeram as áreas de estudo da História, História da Arte, Literatura, Filosofia e Medievalismo. Das quais foram selecionados 8 textos, que adiante damos a conhecer.

Expressamos o nosso profundo reconhecimento à Professora Doutora Maria João Oliveira e Silva, que prontamente aceitou o desafio de “herdar” o cargo de responsável científico, bem como aos membros do comité científico, provenientes de diversos campos do saber dos Estudos Medievais, cujo empenho e rigor empregues na revisão científica assegurou a qualidade das propostas selecionadas. Iguais votos de apreço são dirigidos à Direção da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, à coordenação do Mestrado em Estudos Medievais, e à Associação de Estudantes (AEFLUP) pelo auxílio logístico e financeiro que possibilitou a execução plena deste encontro. Cumpre, ainda, assinalar o apoio prestado pela Caixa Geral de Depósitos que, por via do protocolo de mecenato celebrado com a Universidade do Porto, assegurou uma parte das verbas necessárias à viabilização de mais uma edição bem-sucedida do WEM. Por fim, agradecemos aos responsáveis do serviço de publicações da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela assistência técnica e editorial prestada ao longo do processo de publicação do presente número da *Incipit*.

A Comissão Organizadora,

*Ana Marques, António Marques, Carlos Coelho, Gabriela Veiga, Hugo Cardoso,
João Pedro Alves, João Teixeira Moreira, Sara Ribeiro, Vicente Catalo,
Vitor Sentieiro Ribeiro*

Esta página foi deixada
propositadamente
em branco



Ambiente e Higiene em Coimbra nos Finais da Idade Média

Débora Pimentel Leal

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inca1>

Resumo

Com a dissertação que estamos a elaborar, pretendemos compreender e problematizar o esforço da administração concelhia, da administração central e da população da cidade no que diz respeito às questões ambientais e de higiene através do estudo da legislação geral do reino, das posturas municipais, da correspondência entre o concelho, o rei e o duque de Coimbra, ao longo dos séculos XV e XVI. Assim, propomos identificar os meios de abastecimento de água da cidade medieval, as medidas preventivas e cuidados a ter com os equipamentos hidráulicos; entender o funcionamento do sistema de canalização e esgotos da Coimbra Medieval; e examinar de que maneiras as medidas tomadas pelas autoridades eram percebidas, aceites e efetivamente implementadas pela população.

Palavras-chave: Higiene; Saneamento; Poluição; Poder Central; Administração Concelhia.

Abstract

With the dissertation we are developing, we intend to understand and problematize the efforts of the municipal administration, the central administration, and the city's population regarding environmental and hygiene issues through the study of the kingdom's general legislation, municipal regulations, and the correspondence exchanged between the council, the King, and the Duke of Coimbra throughout the fifteenth and sixteenth centuries. Thus, we propose to identify the means by which the medieval city was supplied with water, as well as the preventive measures and care required for hydraulic equipment; to understand the functioning of the water supply and sewage systems in medieval Coimbra; and to examine how the measures taken by the authorities were perceived, accepted and effectively implemented by the population.

Keywords: Hygiene; Sanitation; Pollution; Central Authority; Municipal Administration.

Tema, problemas, objetivos, cronologia e espaço

Coimbra, tal como as demais urbes enfrentava muitos problemas relacionados com a poluição. De entre todos, destacamos por exemplo o escoamento das águas residuais e pluviais; a existência de resíduos provenientes da indústria dos couros ou da produção oleícola e a presença de dejetos de animais e humanos nas ruas. Conscientes de que estas sujidades eram um foco de propagação de doenças, as autoridades locais procuravam implementar medidas para que a saúde pública e as condições de vida das populações não fossem tão precárias.

Na frente de tais desafios, para outras regiões e cidades medievais, o estudo da intervenção das autoridades nestes aspetos da vida urbana medieval, nomeadamente através da análise das posturas concelhias com este enfoque, tem animado muitos estudos e investigações. A história ambiental tem ganho protagonismo ao longo dos anos, ao reconhecer-se que, apesar das dificuldades na implementação de medidas eficientes, as autoridades demonstravam interesse em oferecer a todos a melhor qualidade de vida possível à época. Nesse sentido, a presente dissertação pretende compreender e problematizar o esforço da administração concelhia, da administração central e da organização da população da cidade na gestão das questões ambientais e de higiene na cidade de Coimbra, através do estudo da legislação dos séculos XV e XVI.

Assim, os objetivos deste estudo sobre questões ambientais no final da Idade Média para Coimbra são:

- identificar os meios de abastecimento de água da cidade medieval, incluindo os métodos e estruturas de captação para abastecer e armazenar a água;
- analisar as medidas de preservação e cuidados com a limpeza e funcionamento destes equipamentos e meios circundantes;
- estudar o saneamento, com foco nos sistemas de canalização e esgotos na Coimbra Medieval, caracterizá-los, assim como identificar a ação pública e privada para a construção e preservação desta rede;
- identificar e analisar quais as infraestruturas relacionadas com a higiene, tais como banhos, privadas e retretes que existiam na cidade medieval, onde se localizavam, como funcionavam e que impacto tinham na malha urbana;
- compreender as medidas publicadas pela administração central e pelo poder concelhio para o controle da poluição do espaço público e a reação da população a essas medidas – seja a sua aceitação ou rejeição – e o seu impacto na vida urbana.

Para respondermos aos objetivos enunciados, procedemos a uma pesquisa documental no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Municipal

de Coimbra. Do último, destacamos a título exemplificativo, a documentação pertence à secção das Coleções e ao fundo a Casa dos Vinte Quatro de Coimbra. Depois desta pesquisa, a documentação que seleccionámos e que mais à frente neste texto apresentaremos tem a vantagem de estar, grande parte, disponível em linha, sendo muito fácil o seu acesso. Desses fundos arquivísticos, estudaram-se diversos tipos de documentação como alvarás, provisões, cartas de correspondência entre a administração local e o monarca, regimentos, posturas e atas de vereações.

Em função da natureza desta documentação, escolhemos para este trabalho uma cronologia balizada entre os reinados de D. João I e D. Manuel I, por se situar na entrada da Época Moderna. No entanto, devido à escassez de informação sobre o tema em determinadas fontes, foi necessário alargar a investigação a reinados anteriores e posteriores, como o de Afonso III e, o mais tardio o de D. Sebastião, para obter uma maior compreensão do tema em estudo, considerando a possibilidade de determinadas leis, emitidas em períodos mais tardos, já estarem em vigor em épocas anteriores.

Enquadramento Histórico

A História da saúde pública, da higiene, do saneamento e, conseqüentemente do ambiente é relativamente recente. Ao longo do século XIX muitos historiadores construíram uma imagem negativa sobre as medidas implementadas pelo homem medieval para combater doenças e manter o espaço urbano limpo e organizado. Contudo, no decorrer do tempo e com o aprofundar da investigação nestas temáticas, estudiosos aperceberam-se que apesar das dificuldades na implementação de leis e dos problemas estruturais verificados nas cidades medievais, as autoridades interessavam-se e preocupavam-se com a qualidade de vida dos seus habitantes¹.

Para estudar as questões ambientais na cidade de Coimbra, procurámos realizar uma leitura bibliográfica tão exaustiva quanto o possível, escolhendo títulos que nos permitissem por um lado compreender a história da cidade dos finais da Idade Média e dos inícios da Época Moderna, por outro a história da higiene e salubridade urbanas nessas cronologias. Assim, tivemos como base de partida o estudo de Maria Amélia Campos – “Higiene pública e privada na Idade Média: contributos e documentos sobre estruturas em Coimbra (séculos XII-XV)” –, que apresenta um minucioso estado da arte sobre a história do saneamento, essencial para compreender que

¹ Janna Coomans, *Community, Urban Health and Environment in Late Medieval Low Countries* (Cambridge: Cambridge University Press, 2021), 2-3.

trabalhos já haviam sido desenvolvidos sobre esta temática para Portugal e para Coimbra².

Pelo contributo que oferecem para a compreensão da cidade medieval, realçamos as investigações de Luísa Trindade. Em primeiro lugar, as obras sobre a *A Casa Corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna* e *Urbanismo na Composição de Portugal*.³ Destacamos também os trabalhos “Corpo e água: os banhos públicos em Portugal na Idade Média” e, por último, “A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma”, em que a autora deu a conhecer alguns dos regulamentos impostos pelas autoridades para o bom funcionamento da cidade.⁴ No que respeita ainda ao período medieval, a história e a organização urbana da cidade de Coimbra, tem sido amplamente esclarecidas pelas obras de Leontina Ventura e de Maria Helena da Cruz Coelho “Coimbra Medieval: uma cidade em formação”⁵ e “Coimbra Medieval: uma cidade em maturação”⁶. Saul António Gomes contribuiu de igual modo para este muito enriquecedor panorama científico com o estudo “Coimbra- Aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievais”, permitindo conhecer os espaços da cidade e a sua organização.⁷

Para compreender os equipamentos de drenagem das águas e de saneamento na cidade de Coimbra, foram consultadas obras de História, Arqueologia e História da Arte. Para o período da romanização, Vasco Gil Mantas, com *Notas sobre a Estrutura Urbana de Aeminium*, fornece uma excelente análise da evolução urbanística de

² Maria Amélia Álvaro de Campos, “Higiene pública e privada na Idade Média: contributos e documentos sobre estruturas sanitárias em Coimbra (séculos XII-XV)”, *Revista Portuguesa de História* 51 (2020): 1–25. https://doi.org/10.14195/0870-4147_51_3.

³ Respetivamente Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna* (Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002); Luísa Trindade, “Urbanismo na Composição de Portugal” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2009).

⁴ Luísa Trindade, “Corpo e água: os banhos públicos em Portugal na Idade Média”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 9 (2009): 215–234; Luísa Trindade “A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma,” in *Património cultural vinculado con el agua. Paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo* (Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2014), 363–376.

⁵ Leontina Ventura, “Coimbra medieval: uma cidade em formação”, in *Museu Nacional de Machado de Castro — Inventário da Coleção de Ourivesaria Medieval (séculos XII-XV)* (Lisboa: Ministério da Cultura - Instituto Português de Museus, 2004), 12–45.

⁶ Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra Medieval: uma cidade em maturação,” in *Inventário do Museu Nacional Machado de Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII-XIV*, ed. Adília Alarcão (Lisboa: Instituto Português de Museus, 2008), 29–47.

⁷ Saul António Gomes, “Coimbra: aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievos”, *Biblos* 4 (2006): 125–163.

Coimbra, profundamente influenciada pela sua localização geográfica, destacando as vias romanas que se mantiveram no período medieval e os recursos hídricos.⁸ Questões como as da higiene, saúde e saneamento na cidade são estudadas pelo autor, focando-se no funcionamento e na existência de infraestruturas hidráulicas, para gestão de esgotos nas épocas romana e medieval. Outra problemática examinada é o crescimento da cidade a partir do seu centro. Ou seja, como esta se estruturava em torno de uma área central, espaço de implantação dos edifícios do poder civil e religioso, em direção ao termo (zona circundante), onde se localizavam algumas igrejas e vias comerciais, que desempenhavam um papel importante na economia da cidade.

Visando compreender a evolução urbanística e a organização espacial de Coimbra, foram também analisados estudos de Jorge de Alarcão, nomeadamente as obras *Coimbra: a montagem do cenário urbano* e o artigo “As Origens de Coimbra.”⁹ Estes estudos exploram como a herança romana foi importante na estruturação da cidade e como muitas das suas infraestruturas de saneamento e arquitetura hidráulica permaneceram durante o período medieval. Destaca-se fortemente o impacto do rio Mondego no crescimento de Coimbra, uma vez que este desempenhou um papel relevante a diversos níveis, no comércio, nomeadamente transporte de produtos e para o próprio abastecimento de água aos habitantes da cidade.

De António de Oliveira, *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640* constitui uma obra absolutamente fundamental para qualquer abordagem ou investigação sobre a cidade de Coimbra, no referido período, e pelas reflexões sobre as condições urbanas intrinsecamente ligadas à saúde pública, ao abastecimento de água e às infraestruturas citadinas, que contribuíram para uma maior consciencialização dos problemas da cidade, concernentes à higiene e ao saneamento – questões já herdadas desde a Idade Média.¹⁰ No que diz respeito à arquitetura hidráulica em Coimbra, o artigo de Milton Pedro Dias Pacheco “Do Aqueduto, das Fontes e das Pontes: A Arquitetura da Água na Coimbra de Quinhentos” analisou infraestruturas fundamentais no desenvolvimento da cidade, e que de alguma forma proporcionaram

⁸ Vasco Gil Mantas, “Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium,” *Biblos* 68, (1992): 487–513.

⁹ Jorge de Alarcão, “As Origens de Coimbra”, in *Actas das I Jornadas do Grupo de Artes e Arqueologia do Centro*, (Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1979); Jorge de Alarcão, *Coimbra: A Montagem do Cenário Urbano*, (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008).

¹⁰ António de Oliveira, *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, 2 vols. (Coimbra: Palimage, 2016).

melhores condições de vida às suas gentes, aclarando a preponderância destes elementos na cidade renascentista.¹¹

Noutro âmbito regional, Saul António Gomes, ao estudar a *Higiene e Saúde na Leiria Medieval*, relaciona a higiene com as infraestruturas urbanas existentes. Para tal, o autor ressalta a natureza rudimentar dos sistemas de drenagem, os lixos e dejetos dos animais eram uma constante nas ruas, ou como a proliferação de doenças e as limitações técnicas e económicas eram alguns dos desafios que esta cidade enfrentava. Na verdade, o estudo exemplifica como a Leiria Medieval enfrentava problemas semelhantes aos das outras cidades medievais, o que determinava a qualidade de vida dos seus habitantes.¹² Já para outra geografia, Évora, o estudo de Maria Filomena Lopes de Barros com destaque para *As Posturas Antigas da Cidade de Évora* e de Ângela Beirante “Saúde Pública em Évora Durante a Idade Média”.¹³ E para Lisboa, Iria Gonçalves contribui para o desenvolvimento destas temáticas com estudos como “Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”¹⁴, analisar estas posturas tinha como finalidade compreender com maior profundidade as medidas implementadas no espaço público para as diferentes regiões do reino e observar a sua aplicação e adaptação nesses mesmos meios.

Para a elaboração desta dissertação, a bibliografia estrangeira manifestou-se de extrema importância, permitindo analisar como o estudo das questões ambientais tem sido desenvolvido noutras partes do mundo. Foi possível apontar quais as semelhanças e diferenças entre as correntes de investigação de cada país, alargar conhecimentos sobre esta temática e compreender melhor o panorama internacional. Finalmente, com o alargamento do nosso conhecimento historiográfico a outras regiões, foi nosso objetivo estabelecer uma relação com a realidade nacional, com enfoque em Coimbra, com vista a desenvolver abordagens comparativas mais abrangentes.

A esse nível, destacamos as investigações de Janna Coomans, particularmente “The King of dirt: public health and sanitation in late medieval Ghent” e *Community*,

¹¹ Milton Pedro Dias Pacheco, “Do Aqueduto, das Fontes e das Pontes: A Arquitetura da Água na Coimbra de Quinhentos”, *História Revista* 18, no. 2 (2013): 217–245.

¹² Saul António Gomes, “Higiene e Saúde na Leiria Medieval”, in *Colóquio sobre a História de Leiria e a sua região*, (Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1999), 9–43.

¹³ Maria Filomena Lopes de Barros e Maria Leonor F. O. Silva Santos (eds.), *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora* (Évora: CIDEHUS - Universidade de Évora, 2012); Maria Ângela Beirante, “Saúde Pública em Évora durante a Baixa Idade Média,” in *O Ar da Cidade: Ensaio de História Medieval e Moderna*, (Lisboa: Edições Colibri, 2008): 223-233.

¹⁴ Iria Gonçalves, *Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, (Porto: Estudos Medievais 5-6, 1985-1986): 153-172.

Urban Health and Environment in the Late Medieval Low Countries.¹⁵ Guy Geltner, por sua vez, contribui com o seu estudo *Roads to Health: Infrastructure and Urban Wellbeing in Late Medieval Italy*, centrado na implementação de medidas de saúde pública, na envoltura dos poderes locais nesses regulamentos e no seu desenvolvimento como método de prevenção de doenças.¹⁶ Tanto Guy Geltner como Janna Coomans fazem pleno uso do conceito “bem-comum” no contexto das medidas preventivas de saúde e da higiene.

Ainda no âmbito deste estudo, ao analisar as práticas de higiene e saúde pública no Norte da Europa, sublinham-se os trabalhos de Miriam Tveit, “Health and Hygiene in 12th-14th Century Norwegian Towns”, e de Isla Fay, *Health and the City: Disease, Environment and Government in Norwich 1200-1575*. Ambas as obras mostram como a peste negra incentivou a produção de regulamentos destinados a melhorar o saneamento, a limpeza e organização das ruas, contribuindo assim para o controlo da propagação de doenças e promover a higiene e saúde públicas¹⁷.

Fontes

Com vista a apresentarmos as fontes primárias analisadas, partiremos daquelas produzidas pelo poder central com vista à sua aplicação no reino. Depois, focar-nos-emos nos documentos emanados do poder central, especialmente dirigidos para a cidade de Coimbra. De seguida, enunciaremos os diplomas produzidos ao tempo do ducado de Coimbra, emanados do senhor desse território e, por fim, deter-nos-emos na documentação produzida pelo concelho de Coimbra e conservada no Arquivo Histórico e Municipal da Cidade de Coimbra (AHMC).

Inicialmente, para este estudo foi essencial compreender quais os documentos legislativos de âmbito geral para todo o reino. A esse nível, exemplos importantíssimos foram: o *Livro das Leis e Posturas*¹⁸ com a transcrição paleográfica de Maria Teresa

¹⁵ Janna Coomans, “The King of Dirt: Public Health and Sanitation in Late Medieval Ghent”, *Urban History* 46, no. 1 (2019): 82–105. <https://doi.org/10.1017/s096392681800024x>; Janna Coomans, *Community, Urban Health and Environment in Late Medieval Low Countries*, (Cambridge: Cambridge University Press, 2021).

¹⁶ Guy Geltner, *Roads to Health: Infrastructure and Urban Wellbeing in Later Medieval Italy*, (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019).

¹⁷ Miriam Tveit, “Health and Hygiene regulations in 12th-14th century Norwegian towns”, in *Pequenas cidades no tempo: A saúde*, ed. Adelaide Millán da Costa, Sara Prata, Fábien Cuesta-Gómez, Adelino Cardoso e Helena da Silva, (Lisboa: IEM-CHAM, 2023); Isla Fay, *Health and the City: Disease, Environment and Government in Norwich, 1200-1575*, (York: York Medieval Press, 2022).

¹⁸ *Livro das Leis e Posturas*, pref. Nuno Espinosa da Silva, trans. Maria Teresa Campos Rodrigues, (Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971).

Campos Rodrigues e as Ordenações Afonsinas que apesar de serem uma fonte riquíssima para o estudo da codificação das leis e ordem social não trouxeram novas informações para este estudo.¹⁹ Já no caso das Chancelarias, apesar de terem sido todas analisadas até

D. Manuel, algumas apenas o seu índice, os documentos examinados foram de D. Afonso III²⁰, com uma isenção de hoste e de anúduva aos que fossem morar dentro da almedina. Da chancelaria de D. Dinis²¹, apenas se recolheu um documento, referente a uma doação de uns banhos. E por último, na de D. João I²² recolheu-se uma carta de foro de uns pardieiros que haviam sido banhos perto do mosteiro de São Domingos.

Recorremos também à análise das Atas de Vereação do Porto, enquanto documentação municipal, mostrando verdadeiramente que Coimbra não é um caso isolado, e que muitos dos problemas ou soluções que se tentaram implementar eram comuns nos outros meios urbanos. O exemplo do Porto é informativo, quando alerta para a sujidade atirada para um chafariz e para os danos que essa prática causava às pessoas e animais (sessão de 4 de outubro 1391).²³ Procuramos agora estender a nossa análise a outras atas de vereação tardo medievais, disponíveis em Portugal, caso das de Loulé, selecionadas pela possibilidade de comparabilidade das diferentes dinâmicas urbanas em várias zonas do reino.

Continuamente, a investigação desenvolveu-se como dito anteriormente a partir de dois arquivos, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Arquivo Histórico e Municipal da Cidade de Coimbra. Referente ao primeiro, a documentação foi encontrada através de uma pesquisa por palavras-chave, no motor de busca da plataforma DIGITARQ. Usámos palavras referentes ao tema como: Rio Mondego; Valas; Fontes; Chafarizes; Câmara de Coimbra; Obras em Coimbra; Pesca no Mondego e Canos. Os

¹⁹ *Ordenações Afonsinas*, ed. Maria José de Mello, (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993).

²⁰ *Chancelaria de D. Afonso III: Livros II e III*, ed. Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011).

²¹ *Chancelaria D. Dinis: Livro III*, ed. Rosa Marreiros, 2 vols., (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019).

²² *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, ed. João José Alves Dias, 5 vols. in 13 tomos, (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2023).

²³ *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo Livro de Vereações do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo*, com comentário e notas de Artur Bastos De Magalhães, (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937): 58; *Vereações: anos de 1401-1449: segundo livro de vereações do município do Porto existentes no seu arquivo*, com nota prévia de J. A. Pinto Ferreira, (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1980).

resultados desta pesquisa encontram-se na sua maioria na Coleção Corpo Cronológico – oito documentos da Secção parte.1 e apenas um documento da parte.2 – e na Chancelaria de D. Manuel, onde referenciámos seis documentos, nos livros 1, 15, 35, 36, 42 e 44.

Relativamente ao Arquivo Histórico e Municipal de Coimbra seleccionámos a restante documentação, no livro *Cartas e Provisões d'El Rey (1480-1650)*, que contém documentos diversos, de destaque para este trabalho, constituídas por correspondência entre o monarca e as autoridades locais de Coimbra, alvarás e provisões, realçando a importância das obras no rio, limpeza nas fontes e chafarizes. Por sua vez, consultámos o livro *Cartas e Ordens à Câmara (1526-1778)*²⁴, que reúne uma coletânea de traslados de cartas régias, cartas de sentença, provisões e atas de vereação, entre as quais se destaca uma ata referente ao encanamento do rio Mondego.

Coimbra teve o privilégio de ter um duque viajado e conhecedor das inovações das cidades mais importantes da Europa. Com o Infante D. Pedro, a cidade recebeu uma atenção extra, existia uma verdadeira preocupação com as condições e imagem que a cidade transmitia a quem por ela passasse. Assim, das *Cartas Originais dos Infantes (1418-1485)*²⁵, foram analisadas quatro, todas referentes a suprir/abastecer a cidade com água, destacando o conflito com o prior de Santa Cruz, e as obras no encanamento do rio e da Rua da Sofia. Entre as *Cartas Originais dos Reis (1480-1571)*²⁶, destacam-se dezasseis documentos datados de 1521 a 1571, que envolvem construções de marachões no rio, a limpeza de fontes e ruas da cidade e medidas preventivas contra a proliferação de peste. É de destacar também o fundo da Casa dos Vinte e Quatro (1372-1715). Não podemos relatar muitas informações sobre o livro que lhe pertence, porque ainda nos encontramos no documento 38v, o qual tem informações muito pertinentes sobre um alvará enviado pelo monarca de 1546, atribuindo ao almotacé a responsabilidade da limpeza da cidade e de todos os espaços públicos incluindo a Universidade, mas sem interferir na sua organização e autonomia.²⁷

As Posturas municipais e regimentos foram muito relevantes, e foram extraídas do *Livro I da Correia*²⁸, apresentando variadas leis/medidas impostas pelas autoridades, para assegurar uma cidade limpa e organizada. Destacam-se, entre várias, as preocupações para ter um local específico para despejar lixo, manter a praça da

²⁴ Arquivo Histórico e Municipal de Coimbra (AHMC), *Cartas e Ordens à Câmara (1526-1778)*.

²⁵ AHMC, *Cartas Originais dos Infantes (1418-1485)*.

²⁶ AHMC, *Cartas Originais dos Reis (1480-1571)*.

²⁷ AHMC, *Casa dos Vinte e Quatro (1372-1715)*, fl. 49.

²⁸ *Livro I da Correia: Legislação Quinhentista do Município de Coimbra*, pref.de J. Pinto Loureiro, (Coimbra: Biblioteca Municipal, 1938).

cidade limpa e os cuidados nas obras públicas e privadas para não obstruir ou sujar as ruas. Os documentos avulsos do Arquivo Histórico e Municipal de Coimbra, o Tombo Antigo da Câmara (1532), apesar de fontes preciosas para o funcionamento da cidade, ou normas impostas à sociedade, não acrescentaram novas informações concernente à higiene e saneamento na Idade Média para Coimbra.

Metodologia

Para a dissertação, a metodologia adotada consistiu na análise de documentação inédita e publicada relativa à regulamentação, correspondência entre o monarca e as autoridades locais, alvarás, regimentos e posturas para a cidade de Coimbra entre os séculos XV e XVI. Foi necessário proceder à sua leitura e algumas vezes à sua transcrição, de modo a ordenar a informação em tabelas de Excel, segundo os objetivos que nos propomos responder com este estudo. Os documentos foram analisados segundo categorias temáticas antecipadamente definidas: regulamentação urbana, participação e reação da população, penalidades, oficiais responsáveis, cuidados com o espaço público, a poluição e os meios de abastecimento de água. De acordo com essas categorias, os documentos selecionados foram organizados em três tabelas no Excel, divididas pelos seguintes temas: abastecimento de água, saneamento e, por último, poluição e sociedade.

Primeiramente, foi analisado o Arquivo Coimbrão²⁹, que havia publicado muita documentação relativa às posturas do século XV para Coimbra, nomeadamente dos *Livros da Correia*, e que possuía alguns artigos muito importantes sobre a toponímia e a topografia da cidade. Seguidamente, nos referidos *Livros da Correia*, prestou-se atenção aos regimentos e posturas, bem como à forma que a população reagia a essas medidas e às penas impostas. É de notar que houve dificuldades na aceitação das leis, uma vez que as medidas foram repetidas ao longo dos anos, sendo a principal alteração o aumento das penas.

A análise das *Cartas Originais dos Reis (1480-1571)* abrangeu todas as cartas até ao reinado de D. João III, enquanto das *Cartas Originais dos Infantes (1418-1485)* foram selecionadas quatro cartas do Infante D. Pedro. Procuraram-se documentos relativos a obras na cidade, encanamento do rio e das ruas da cidade, bem como informações sobre fontes e chafarizes, evidenciando-se a preocupação dos monarcas e das autoridades locais para proteger Coimbra das cheias do rio e zelar pela imagem urbana.

²⁹ O Arquivo Coimbrão é uma revista periódica ligada ao Arquivo Histórico e Municipal de Coimbra com o intuito de dar a conhecer pesquisas de carácter histórico e cultural, permitindo compreender melhor a história da cidade possuidora de artigos científicos/académicos, publicação de documentação relacionada à cidade de Coimbra.

Com as fontes já apuradas e em fase de estudo, foi importante intercalar a análise documental com a leitura de bibliografia específica. Temas como saúde, urbanismo que engloba estudos de arqueologia, obras sobre hidráulica, história de Coimbra, história económica e social são áreas que tiveram muito relevo para compreender melhor o contexto histórico, económico e social de Coimbra e compreender melhor as fontes que estão a ser analisadas.

Estrutura Provisória do trabalho final

A dissertação foi estruturada em cinco capítulos principais, divididos em pequenos subtítulos de acordo com os temas abordados. No primeiro, intitulado “Coimbra: o enquadramento geográfico e urbano”, pretende-se abordar a história da cidade, caracterizar a sua situação geomorfológica, a relação da cidade com o rio e compreender a ligação entre a área central e a região circundante. Seguidamente, o segundo capítulo, denominado “Abastecimento de Água”, visa explorar os métodos e estruturas de captação, abastecimento e armazenamento, assim como as medidas de prevenção da água limpa/salubre. O terceiro capítulo tem como tema “Saneamento: sistema de canalizações e esgotos”, destacando, primeiramente a caracterização da rede da canalização de esgotos medieval, e posteriormente a ação pública e privada para construção e preservação da rede. Para complementar a investigação, o quarto capítulo, intitulado “A poluição do espaço público”, corresponde ao estudo de questões de poluição, primeiro, fonte de poluição das águas, depois do ar e por último dos solos. O quinto e último capítulo da dissertação intitula-se “Intervenção pública de controlo da poluição”, pretende compreender as medidas da administração central (Rei, Duque, Infantes), as medidas da administração concelhia e a aceitação ou rejeição das medidas impostas e o seu impacto na vida urbana. Por fim, a conclusão, anexos com apêndice documental, bibliografia e fontes, tentando assim contribuir para uma maior compreensão e entendimento do que era a higiene e saneamento nas cidades medievais portuguesas, e a sua relação com todas as entidades envolvidas e a população.

Dados semi-tratados, hipóteses ou conclusões provisórias

Por estar ainda em andamento, este trabalho não oferece um conjunto definitivo de conclusões para apresentarmos neste artigo. No entanto, iremos propor algumas hipóteses preliminares, que até à conclusão da investigação poderão sofrer ajustes e alterações. Um aspeto essencialmente interessante que está a ser explorado é a questão da canalização da Coimbra medieval. Neste parâmetro, uma carta de 13 de outubro de 1526 desvela que as autoridades tinham alguma preocupação e, quem sabe,

algum conflito com a população, devido ao facto de, em épocas de chuvas e enxurradas atirarem “esterços”, o que provocava transtornos para os moradores da cidade, resultando mesmo em perdas materiais, dado que os canos entupiam por toda a cidade e as casas ficavam inundadas com essas águas.³⁰ Estas informações, em conjunto com outras cartas relativas à colocação de canos e à importância de ter funcionários responsáveis pelas valas, comprova como os sistemas de drenagem e captação das águas pluviais não eram eficientes e que a sua manutenção e limpeza não estavam sempre em dia. Provavelmente, isso levaria as autoridades terem de fazer um esforço para aumentar o número de canos e valas, como se verifica em outros documentos. Não obstante, faltam nestes documentos registos sobre a participação da população na manutenção destes sistemas. Acreditamos que essa participação fosse quase nula, sendo que eram os referentes habitantes quem contribuíam para que entupissem.

Sem embargo, nota-se que as autoridades ganharam gradualmente perceção da importância de estabelecer e manter uma boa gestão das águas pluviais na cidade, para que todos pudessem usufruir de melhores condições de vida. Mais uma vez, um exemplo que demonstra que Coimbra não era a única cidade a enfrentar estes problemas é Saragoça. O estudo de David Lacámara Aylón “Las Aguas Pluviales e su Problemática en los Entornos Urbanos Medievales: El Caso de la Zaragoza del Siglo XV”, mostra como, também naquele meio urbano o sistema de drenagem das águas pluviais era ineficiente. As valas e canos estavam constantemente entupidos o que causavam perdas e infiltrações nas moradias. Assim havia necessidade de manutenção e construção de novos sistemas de escoamento. O autor afirma que a documentação expressa que os proprietários não cuidavam dessas infraestruturas, só agiam quando o mal já estava feito. O mesmo sucede no documento para Coimbra, a população ajudava a obstruir os canos, por atirar “esterços” para as enxurradas. Assim como as autoridades locais de Coimbra, em Saragoça, devido também à negligência da população, as autoridades foram percebendo a importância da boa gestão das águas pluviais e a manutenção dos sistemas para certificar um adequado escoamento dessas águas.³¹

Ao trabalhar para responder às questões enunciadas no início deste texto, novas dúvidas nos surgem, novas reflexões se constroem. Com a dissertação que estamos

³⁰ *Livro I da Correa: Legislação Quinhentista do Município de Coimbra*, pref.de J. Pinto Loureiro, (Coimbra: Biblioteca Municipal, 1938): 76.

³¹ David Lacámara Aylón, “Las Aguas Pluviales y su Problemática en los Entornos Urbanos Medievales: El Caso de la Zaragoza del Siglo XV”, *Edad Media. Revista de Historia* 19 (2018): 306-308.

a redigir, procuraremos enquadrar esta investigação sobre Coimbra no contexto do reino e perceber as singularidades deste estudo de caso, para contribuir para a história desta cidade e, a partir dela, para a História do Portugal Medieval.

Per universum mundum. A memória, os espaços e a historiografia medieval portuguesa (1140-1340)

José Manuel Simões

Universidade de Évora

Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS)

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inca2>

Resumo

Entre os primeiros movimentos de afirmação do reino de Portugal, em meados do século XII, e a ressurgência pontual do conflito entre os reinos ibéricos e o Islão, no século XIV, a produção historiográfica no Ocidente peninsular desenvolve-se. Nesse período multiplicam-se não só os textos, como a sua abrangência espaço-temporal e a própria complexidade ideológica, num movimento que estará longe de ser linear. O objetivo desta investigação é estudar os processos de construção da memória dos espaços identificados por via da toponímia na historiografia produzida entre 1140 e 1340, precisamente no território do Ocidente peninsular que se ia constituindo, por essa altura, como o reino de Portugal. Procuramos, assim, aproximar-nos das formas e funções de apropriação mental, simbólica e ideológica dos espaços nessas narrativas. O modelo de trabalho basear-se-á numa conjugação entre métodos qualitativos, de análise hermenêutica e de representações, e quantitativos, de análise textual, associados às humanidades digitais.

Palavras-chave: Memória; Espaços; Historiografia; Idade Média; Representações.

Abstract

Between the first movements of affirmation of the Portuguese kingdom, in the mid-12th century, and the punctual resurgence of the conflict between the Iberian kingdoms and Islam, in the 14th century, the historiographical production in the peninsular West develops. In this period, not only the texts multiply, but also their spatial-temporal scope and the ideological complexity itself, in a movement that is far from linear. The aim of this

research is to study the processes of construction of the memory of the spaces identified through toponymy in the historiography produced between 1140 and 1340, precisely in the Western Peninsular territory that would be constituted, by then, as the kingdom of Portugal. Thus, we seek to approach the forms and functions of mental, symbolic, and ideological appropriation of spaces in those narratives. The working model will be based on a combination of qualitative methods, hermeneutic and representational analysis, and quantitative methods of textual analysis, associated with digital humanities.

Keywords: Memory; Spaces; Historiography; Middle Ages; Representations

Tema, problemas, objetivos

Entre os primeiros movimentos de afirmação do reino de Portugal, em meados do século XII, e a ressurgência pontual do conflito entre os reinos ibéricos e o Islão, no século XIV, a produção historiográfica no Ocidente peninsular desenvolve-se. Ao longo desse período multiplicam-se não só os textos, como a sua abrangência espaço-temporal e a própria complexidade ideológica, num movimento que estará longe de ser linear. Consequentemente, multiplicam-se os espaços referidos pelos diferentes textos, o modo como o são, como surgem e as longas cadeias de relações que estabelecem entre si. A representação e as relações que estabelecem entre si constituem, por isso, a problemática essencial em que se centra este estudo.

Será, partindo dela, que nos propomos estudar os processos de construção da memória dos espaços na historiografia produzida entre 1140 e 1340 no território do Ocidente peninsular que se ia definindo como o reino de Portugal. Dito de outro modo, a construção da memória que ao longo do tempo se foi fazendo dos espaços peninsulares, (entendidos aqui no sentido geográfico do termo e enquanto elemento heterogêneo e complexo, como processo e produto de múltiplas inter-relações, compreendendo a atribuição humana de significados¹) a partir de recordações de caráter individual, coletivo e social, fixadas mormente através da escrita².

Tempo

A cronologia definida, 1140-1340, aparece estremada por duas datas concretas, assumindo desde já a sua utilidade para a delimitação do estudo, não obstante o caráter poroso com que as possamos olhar. Nelas se reflete também uma profunda e

¹ Doreen Massey, *For space* (Londres: Sage, 2005), 9.

² Jeffrey K. Olick e Joyce Robbins, "Social Memory Studies: From 'Collective Memory' to the Historical Sociology of Mnemonic Practices", *Annual Review of Sociology* 24 (1998), 122.

significativa ligação ao espaço. A primeira, 1140, define-se desde logo em função da sua centralidade no intervalo cronológico representado pelos anos 1139-1141. Marcado por acontecimentos relevantes no plano político-militar, compreende a batalha de Ourique (julho de 1139), a subsequente aclamação de Afonso Henriques – amplamente repetida pela historiografia medieval portuguesa – e o seu provável regresso triunfal a Coimbra³. De modo semelhante, compreende ainda o chamado «recontro» ou «bafordo» de Valdevez, que opôs as tropas de Alfonso VII e as de Afonso Henriques, ocorrido muito provavelmente na Primavera de 1141⁴ e do qual resultaria um acordo favorável ao futuro rei de Portugal⁵. Esta «conjugação fortuita» de eventos interligados entre si e integrados no movimento de expansão e independência do reino português liderado por Afonso Henriques, além de projetar a independência portuguesa num «horizonte europeu⁶» e de enquadrar historicamente diferentes processos em curso nesse período, permite-nos, pois, travejar de modo significativo a nossa análise. Para mais, no plano da historiografia, essa datação corresponderia ainda ao momento em que se copiava no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, no final de um homiliário datado precisamente de 1139, um texto produzido cerca de 1111: o dos *Annales ad annum 1111*.

O segundo marco da cronologia que adotamos aqui, 1340, associa-se sobretudo a um outro acontecimento bélico cuja ligação ao espaço será também evidente. O combate travado entre as hostes portuguesas e castelhanas, coligadas após o tratado de paz que no ano anterior pusera fim à guerra entre os dois reinos, e coadjuvadas por tropas aragonesas e genovesas com os exércitos do império merínida de Marrocos e do reino de Granada nas margens do rio Salado, na região de Tarifa, configurara um triunfo tão efetivo no plano militar quanto simbólico para a cristandade⁷. Não eliminando a presença dominial do Islão na península, mantida através do reino de

³ José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Temas e Debates, 2007), 157-166.

⁴ Monika Blöcker-Walter, *Alfons I. von Portugal* (Zurich: Fretz und Wasmuth, 1966), 40-42; Bernard Reilly, *The Kingdom of Leon-Castilla Under King Alfonso VII, 1126-1157* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998), 70-72.

⁵ Mattoso, *D. Afonso Henriques*, 191-193. Veja-se ainda Luís Krus, *A construção do passado medieval* (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 229-234.

⁶ José Mattoso, “Entre Oriente e Ocidente. Contactos de Portugal com o mundo nas origens da nacionalidade”, in *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*, ed. Mário Barroca (Porto: CITCEM, 2017), 13.

⁷ Bernardo Vasconcelos e Sousa, “O sangue, a cruz e a coroa: a memória do salado em Portugal”, *Penélope* 2 (1989), 28-48; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV* (Lisboa: Temas e Debates, 2009), 259-270; Joseph O’Callaghan, *The Gibraltar crusade: Castile and the Battle for the Strait* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011), 162-188.

Granada, nem, claro está, essa imensa minoria muçulmana⁸, impedira, isso sim, o avanço da última grande invasão islâmica do espaço ibérico e afastara a ameaça de eventuais investidas muçulmanas na península e, a partir desta, na região transpirenaica.

Facto que, por isso, possuía um capital simbólico tal que tornava a sua memória «ideológica e politicamente apetecível tanto para a nobreza como para a coroa⁹», e por elas seria aproveitada e celebrada. Com efeito, a memória desse acontecimento não deixaria de ser ritualizada através de celebrações litúrgicas adotadas em várias dioceses portuguesas e igualmente narrativizada em textos, como aqueles encontrados no cartório da Sé de Lisboa que referiam a *Sancta et admirabili victoria Christianorum*, em poemas laicos ou canções de gesta e relatos de carácter histórico¹⁰. Ou, de modo mais contido, na última notícia da chamada *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, produzida entre 1330 e 1340, ainda que esta possa ter sido aí acrescentada posteriormente¹¹. Não obstante, é esse texto que fecha a nossa cronologia. Uma cronologia que será mais fluída do que rígida, permitindo-nos delimitar as fontes de que partimos mais do que marcar o início ou o fim dos processos que analisamos. Não exageremos nem subestimemos, por isso, a importância dos marcos cronológicos apresentados.

Espaço

Ao contrário do arco cronológico, o recorte geográfico deste estudo não se define em função da localização e do tempo da escrita. Define-se, sim, através das menções a espaços em cada um dos textos, mais concretamente através da toponímia e dos seus desdobramentos, tais como corónimos, orónimos ou hidrónimos. O recurso a estes identificadores será particularmente adequado às fontes em causa, uma vez que os espaços aí mencionados sê-lo-ão sobretudo através do nome (cidades, castelos, mosteiros) e não de outros expedientes (descrições, por exemplo).

Em traços gerais, essa espacialidade espelha uma geografia essencialmente concentrada na Península Ibérica – mais concretamente na sua zona mais ocidental – onde se ia desenhando e articulando a complexa realidade política que se designaria como reino de Portugal. Inclui também referências mais ou menos pontuais a lugares

⁸ Filomena Barros, “Tempos e espaços de mouros, a minoria mulçumana no Reino Português (séculos XII a XV)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2007), 125-152.

⁹ Sousa, *D. Afonso IV*, 269.

¹⁰ Sousa, “O sangue, a cruz”, 32-33; Sousa, *D. Afonso IV*, 265-269.

¹¹ Filipe Alves Moreira, “A historiografia régia portuguesa anterior ao Conde de Barcelos”, in *O contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV*, coord. Maria do Rosário Ferreira (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010), 33-51.

de além-Pirenéus, norte-africanos e da bacia do mediterrâneo, igualmente relevantes para a análise. Assim, apesar de a distribuição dessas menções não ser uniforme nos diferentes textos, o recorte geográfico foi definido em função da totalidade das referências espaciais. Não se trata, reiteramos, de uma análise cingida ao contexto ibérico de onde são provenientes os textos que analisamos, mesmo se é esse o referencial que centra e perspectiva a nossa leitura por se tratar, como dissemos, do espaço da escrita. Será, por isso, a análise de uma geografia convocada pela historiografia que tem como limite o universo toponímico dos textos.

Enquadramento historiográfico

Este estudo enquadra-se numa linha de análise historiográfica que entende o espaço como elemento participativo nas fontes históricas. Mais do que acentuar as origens oitocentistas das chamadas de atenção nesse sentido¹² ou o movimento, mais recente, em torno do chamado *spatial turn*¹³, parece-nos fundamental aqui recuperar alguns dos principais contributos para um entendimento do espaço medieval enquanto «objeto de história¹⁴». São esses os contributos que informam o nosso trabalho e esboçam, simultaneamente, o horizonte em que ele se inscreve.

Começando, por exemplo, por Alain Guerreau, que, ao introduzir a noção de polarização que descrevia o espaço feudal como heterogéneo, descontínuo e subdividido em múltiplos *loci*, positivos e negativos¹⁵, influenciaria muito outros trabalhos posteriores. À semelhança, de resto, daquilo que fariam Patrick Gautier-Dalché e Paul Zumthor¹⁶ (para citar as sínteses mais relevantes), evidenciando ainda que a

¹² Ver, por exemplo, o enquadramento de Susanne Rau, *History, Space and Place* (Abingdon: Routledge, 2019), 14-23.

¹³ Doris Bachmann-Medick, *Cultural Turns: Neuorientierungen in den Kulturwissenschaften* (Reinbek: Rowohlt 2006), 284-328; Jörg Doring e Tristan Thielmann, “Einleitung: Was lesen wir im Raume? Der Spatial Turn und das geheime Wissen der Geographen”, in *Spatial Turn: Das Raumparadigma in den Kultur- und Sozialwissenschaften*, ed. Jörg Doring e Tristan Thielmann (Bielefeld: Transcript, 2008), 7-45.

¹⁴ Jean-Pierre Devroey e Michel Lauwers, “L’«espace» des historiens médiévistes: quelques remarques en guise de conclusion”, in *Construction de l’espace au Moyen Âge: pratiques et représentations*, ed. Thomas Lienhard (Paris: Publications de la Sorbonne, 2007), 435-453.

¹⁵ Alain Guerreau, “Quelques caractères spécifiques de l’espace féodal européen », in *L’État ou le roi. Les fondations de la modernité monarchique en France (XIV^e-XVII^e siècles)*, ed. Neithard Bulst, Robert Descimon, Alain Guerreau (Paris: Maison des sciences de l’homme, 1996), 85-101.

¹⁶ Patrick Gautier-Dalché, “Un problème d’histoire culturelle: perception et représentation de l’espace au Moyen Age”, *Médiévales* 18 (1990), 5-15; Paul Zumthor, *La mesure du monde* (Paris: Seuil, 1993), 51-68; Alain Guerreau, “Structure et évolution des représentations de l’espace dans le Haut Moyen Âge Occidental”, in *Uomo e spazio nell’alto Medioevo* (Spoleto: CISAM, 2003), 95-115; Patrick Gautier-Dalché, “Perspectives de recherches. Considérations intempêtes sur l’objet «espace médiéval» et sur sa construction”, in *De l’espace aux territoires: La territorialité des*

perceção e a representação do espaço terão sido influenciadas pelos ambientes cultural e social em que se produziram durante a Idade Média. Poderíamos, nesse sentido, acrescentar igualmente alguns apontamentos de Chris Given-Wilson e de outros autores¹⁷, demonstrando estes como a escrita (incluindo a escrita poética¹⁸) também permitiu cartografar os territórios, as propriedades ou os lugares.

Mas o espaço tem também sido visto através da análise das representações textuais e iconográficas¹⁹ que abordam a presença de uma carga simbólica nos referentes espaciais e que convergem entre si na noção de que esses referentes carregam mais do que uma informação pura e simples. Nesse mesmo sentido, e no que diz respeito à construção e à representação letrada da memória dos espaços, têm surgido algumas propostas de análise, nomeadamente a partir das obras geográficas²⁰ e da cronística²¹ para o espaço da Europa setentrional, e, para o caso da Península Ibérica, da

processus sociaux et culturels au Moyen Âge, ed. Stéphane Boisselier (Turnhout: Brepols, 2010), 133-144.

¹⁷ Chris Given-Wilson, *Chronicles. The writing of History in Medieval England* (Londres: Hambleton and London, 2004), 113-135; Daniel Smail, "The Linguistic Cartography of Property and Power in Late Medieval Marseille", in *Medieval Practices of Space*, ed. Barbara Hanawalt e Michal Kobiálka (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000), 37-63.

¹⁸ Tom Conley, "Poetic mapping on Villon's «Contredictz de Franc Gontier»", in *Medieval Practices of Space*, ed. Barbara Hanawalt e Michal Kobiálka (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000), 242-260; Stephen Nichols, "Poetic Places and Real Spaces: Anthropology of Space in Crusade Literature", *Yale French Studies* 95 (1999), 111-133.

¹⁹ Meredith Cohen, Fanny Madeline e Dominique Iogna-Prat, "Introduction", in *Space in the Medieval West. Places, Territories, and Imagined Geographies*, ed. Meredith Cohen e Fanny Madeline (Abingdon: Routledge, 2014), 1-17; Rita Costa Gomes, "A reconquista e o imaginário da cidade peninsular", in *A simbólica do espaço: cidades, ilhas, jardins*, ed. Yvette Centeno e Lima de Freitas (Lisboa: Estampa, 1991), 43-57; Jean-Claude Schmitt, "«De l'espace aux lieux»: les images médiévales", in *Construction de l'espace au Moyen Âge: pratiques et représentations*, ed. Thomas Lienhard (Paris: Publications de la Sorbonne, 2007), 317-346.

²⁰ Nathalie Bouloux, "From Gaul to the Kingdom of France: Representations of French Space in the Geographical Texts of the Middle Ages (Twelfth–Fifteenth Centuries)", in *Space in the Medieval West. Places, Territories, and Imagined Geographies*, ed. Meredith Cohen e Fanny Madeline (Abingdon: Routledge, 2014), 197-218; Emmanuelle Tixier de Mesnil, *Géographes d'al-Andalus. De l'inventaire d'un territoire à la construction d'une mémoire* (Paris: Publications de la Sorbonne, 2014); Andrew Merrills, "Geography and memory in Isidore's Etymologies", in *Mapping Medieval Geographies: Geographical Encounters in the Latin West and Beyond, 300-1600*, ed. Keith D. Lilley (Cambridge: Cambridge University Press, 2014), 45-64.

²¹ Marie Bláhová, "Geographische Vorstellungen und Kenntnisse der böhmischen mittelalterlichen Chronisten", in *Raum und Raumvorstellungen im Mittelalter*, ed. Jan Aertsen e Andreas Speer (Berlim: De Gruyter, 1998), 540-556; Patrick Henriot, "L'espace et le temps hispaniques vus et construits par les clercs (IXe-XIIIe siècle)", *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 15 (2003): 93-106; Megan Cassidy-Welch, "Space and Place in Medieval Contexts", *Parergon* 27 (2010), 1-12; Megan Cassidy-Welch, "Memories of Space in Thirteenth-Century France: Displaced People After the Albigensian Crusade", *Parergon* 27 (2010):

épica²², da cronística²³ e também da linhagística. Na historiografia portuguesa, o trabalho de maior fôlego a partir desse último enfoque continua ainda a ser o de Luís Krus. Esse estudo, que segue uma lógica temática presente noutros lugares da sua obra²⁴, parte de uma conceção nobiliárquica da geografia peninsular enquanto elemento vivo na construção dos *Livros de Linhagens* e, seguidamente, baseia a sua análise do discurso sobre a legitimação do senhorialismo português nesses mesmos dados. Essa perspetiva de análise não foi continuada de modo substancial a não ser, muito recentemente, por Mariana Barros, na sua tese de doutoramento²⁵.

Por outro lado, nas últimas décadas desenvolveu-se igualmente um conjunto de temas de investigação, enquadrado por aquela perspetiva de Zumthor e associado a uma certa vivência «prática» do espaço²⁶, contemplando, entre outros, os espaços sagrados²⁷, urbanos e rurais²⁸. É igualmente uma espacialidade que concentra, representa e fundamenta o poder, tal como foi evidenciado de forma geral na obra

111-131; Isabelle Guyot-Bachy, *La Flandre et les Flamands au miroir des historiens du royaume (Xe-XVe siècle)* (Villeneuve d'Ascq: Presses universitaires du Septentrion, 2017).

²² Julian Weiss, "Remembering Spain in the Medieval European Epic: A Prospect", in *Locating the Middle Ages. The Spaces and Places of Medieval Culture*, ed. Julian Weiss e Sarah Salih (London: Boydell and Brewer, 2012), 67-82.

²³ Francisco Fernández Conde, "Espacio y tiempo en la construcción ideológica de Pelayo de Oviedo", *Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales* 15 (2003): 129-148; José Monsalvo Antón, "Espacios y fronteras en el discurso territorial del reino de Asturias (del Cantábrico al Duero en las 'Crónicas Asturianas')", *Studia historica. Historia medieval* 23 (2005), 43-87.

²⁴ Luís Krus, "O tema das origens da nobreza portugalense no relato fundacional da linhagem dos senhores da Maia (finais do século XIII)", in *A Memória da Nação*, ed. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Lisboa: Sá da Costa, 1991), 71-79; Luís Krus, "As origens lendárias dos condes de Trastâmara", *Penélope* 8 (1992), 43-49.

²⁵ Mariana Barros, "A geografia cultural do medievo. A representação do espaço na História Compostellana (século XII)" (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2024).

²⁶ Barbara Hanawalt e Michal Kobialka, "Introduction", in *Medieval Practices of Space*, ed. Barbara Hanawalt e Michal Kobialka (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000), IX-XVIII.

²⁷ Annie Dubourdieu e John Scheid, "Lieux de culte, lieux sacrés: les usages de la langue. L'Italie romaine", in *Lieux sacrés, lieux de culte, sanctuaires. Approches terminologiques, méthodologiques, historiques et monographiques*, ed. André Vauchez (Roma École Française de Rome: 2000), 59-80; Sarah Hamilton e Andrew Spicer, "Introduction", in *Defining the Holy. Sacred Space in Medieval and Early Modern Europe*, ed. Sarah Hamilton e Andrew Spicer (Abingdon: Routledge, 2005), 1-23.

²⁸ Albrecht Classen, "Urban Space in the Middle Ages and the Early Modern Age: Historical, Mental, Cultural, and Social-Economic Investigations", in *Urban Space in the Middle Ages and the Early Modern Age* (Berlim: De Gruyter, 2009), 1-146; Jörg Oberste e Susanne Ehrich, "Einführung: Stadt, Stadtraum, Städtelandschaft: Räume als Analysekatoren der mediävistischen Städteforschung", in *Städtische Räume im Mittelalter*, ed. Susanne Ehrich e Jörg Oberste (Regensburg: Schnell und Steiner, 2009), 7-16; Albrecht Classen, "Introduction. Rural Space in the Middle Ages and Early Modern Times: A Significant Domain Ignored For Too Long by Modern Research?", in *Rural Space in the Middle Ages and Early Modern Age. The Spatial Turn in Premodern Studies*, ed. Albrecht Classen (Berlim: De Gruyter, 2012), 1-186.

Topographies of Power in the Early Middle Ages (expressão particularmente feliz que Chris Wickham ajudaria a consolidar²⁹), editado por Mayke de Jong e Frans Theuws. Do mesmo modo, salienta os espaços do poder real (ou a «geografia do poder régio³⁰»), de construção do reino ou os «sítios da memória régia³¹», como se propõe no livro *Los espacios del rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas*, editado por Fernando Arias Guillén e Pascual Martínez Sopena.

É notória, porém, a ausência de um debate na historiografia medieval portuguesa (e diríamos mesmo na historiografia medieval europeia e internacional) em torno da construção da memória dos espaços e das suas múltiplas dimensões, no qual este estudo se filiaria necessariamente. Essa ausência merece ser pensada e interrogada, já que, no limite, nos impediria de realizar uma revisão da literatura. A própria noção de «lugares de memória³²», que seria mais próxima do nosso intento por apontar precisamente para os usos memória do espaço, acentuando ainda a construção do simbolismo dos lugares através de processos de apropriação ideológica e de enraizamento na memória coletiva, desenvolver-se-ia, todavia, noutros campos da História, mais distantes da época medieval, com exceção daqueles que temos vindo a mencionar. Restou-nos, por isso, enquadrar este trabalho no âmbito dos estudos sobre o espaço e, sempre que possível, no domínio da memória dos mesmos.

Fontes

Compõem as fontes de partida deste trabalho um conjunto de textos de cariz historiográfico que engloba registos de carácter analítico e cronístico³³. Incluiremos,

²⁹ Chris Wickham, “Topographies of power: introduction”, in *Topographies of Power in the Early Middle Ages*, ed. Mayke de Jong e Frans Theuws (Leiden: Brill, 2001), 1-8.

³⁰ Pascual Martínez Sopena, “Introducción”, in *Los espacios del rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)*, ed. Fernando Arias Guillén e Pascual Martínez Sopena (Bilbao: Universidad del País Vasco, 2018), 9-16; José Sottomayor Pizarro, “Monarquia e Aristocracia em Portugal (séculos XII-XIV): «Forais» e «Inquisições» na construção de uma Geografia do Poder Régio”, in *Los espacios del rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)* (Bilbao: Universidad del País Vasco, 2018), 133-184.

³¹ Fermín Miranda García, “Los lugares del rey muerto en el reino de Pamplona/Navarra (siglos X-XIII)”, in *Los espacios del rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)* (Bilbao: Universidad del País Vasco, 2018), 455-472; Alberto Navarro Baena, “La memoria regia a través de los obituarios leoneses”, in *Los espacios del rey. Poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)* (Bilbao: Universidad del País Vasco, 2018), 397-418.

³² Pierre Nora, “Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux”, in *Les lieux de mémoire* (Paris : Gallimard, 1984), XVI-XLII. Sobre os lugares enquanto veículos de memória, veja-se ainda Aleida Assmann, *Erinnerungsräume. Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses* (München: C. H. Beck, 2018), 298-327.

³³ Para um enquadramento, ver: Rodrigo Furtado, “Writing history in Portugal before 1200”, *Journal of Medieval History* 47, n. 2 (2021), 145-173.

como já dissemos, aqueles textos que foram sendo produzidos em território português e que recolheram essencialmente a memória dos monarcas do período acima definido ou versaram sobre figuras e temáticas régias, não se detendo em episódios específicos (caso, por exemplo, do *De expugnatione Scalabis*) ou lhe dedicaram breves trechos (no caso da linhagística). Procurámos assim justificar o conjunto tanto pelas características comuns, como pela sua heterogeneidade em termos de espaços mencionados, acontecimentos relatados ou nas variações mais subtis. Será essa complementar diversidade dos textos que nos permitirá não só acompanhar a evolução da historiografia medieval portuguesa, como também a sua fixação da memória dos espaços.

Assim, a nossa seleção incluiu os *Annales ad annum 1111*³⁴, os *Anais de Santa Cruz*³⁵, a *Chronica Adefonsis Portugalensis Regis*³⁶, a chamada *Continuatio ad annum 1198*³⁷, os *Anais de Oliveira*³⁸, os *Anais de Lamego*³⁹, a *Primeira Crónica Portuguesa*⁴⁰, a *Continuatio ad annum 1290*⁴¹ e a *IVª Crónica Breve*⁴².

Metodologia

A metodologia a que recorreremos privilegiou uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos, procurando com isso beneficiar da complementaridade desses métodos e das vantagens dos estudos de *métodos-conjugados* (*mixed-methods*⁴³). No primeiro caso optou-se pelas ferramentas das Humanidades Digitais enquanto forma de análise de texto e de mapeamento geográfico, recorrendo por um lado a softwares que permitem a contagem de palavras, a análise da frequência de termos, o exame de correlações entre palavras ou outras funcionalidades e, por outro lado, a um sistema de georreferenciação (GIS) que permitiu cartografar detalhadamente os

³⁴ António Cruz, *Anais, crónicas breves e memórias avulsas* (Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968), 27-28.

³⁵ Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle* (Lisboa: Portugal, 1947), 306-310.

³⁶ Blöcker-Walter, *Alfons I.*, 151-161.

³⁷ Cruz, *Anais*, 71-72.

³⁸ Alberto Feio, "Um cronicón do mosteiro de Oliveira". *Revista de Guimarães* (1940), 33-36.

³⁹ Alexandre Herculano, *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, (Lisboa: Academia das Ciências, 1856), 19-20.

⁴⁰ Filipe Alves Moreira, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa* (Porto: Estratégias Criativas, 2008), 125-140.

⁴¹ Cruz, *Anais*, 72-78.

⁴² Cruz, *Anais*, 139-147.

⁴³ Isadore Newman e Carolyn Ridenour, *Mixed Methods Research. Exploring the Interactive Continuum* (Carbondale: Southern Illinois University Press, 2008), 78-83; Patricia Bazeley, *Integrating Analyses in Mixed Methods Research* (Londres: Sage, 2018), 226-229.

topónimos identificados. No âmbito dos métodos qualitativos, por sua vez, adotamos uma conjugação da análise de representações⁴⁴, de observação intertextual ou *transtextual*⁴⁵ (em sentido idêntico ao de uma certa «arqueologia dos textos», como lhe chamava José Mattoso⁴⁶) e de uma dimensão hermenêutica de análise dos textos tendo em conta os referenciais dos mesmos⁴⁷.

Estrutura provisória do trabalho

O estudo de que nos ocupamos encontra-se estruturado em duas partes: a primeira delas corresponde à identificação e justificação das opções conceituais, terminológicas e metodológicas, bem como à apresentação do estado da arte, das fontes e do travejamento espacial e cronológico do estudo; a segunda, à análise propriamente dita das fontes. Se a primeira cumpre os ditames de um estudo deste tipo e não requer necessariamente que aqui nos detenhamos na sua estrutura, a segunda, por decorrer de uma dimensão analítica particular de um conjunto de textos, merece que a sua organização seja divisada mais pormenorizadamente.

Optámos, nesta fase, por subdividir o trabalho em dez pontos, correspondentes ao número de fontes, organizadas cronologicamente, e a um capítulo final que servirá de sùmula e apresentação dos dados mais gerais. Esta estrutura permitiu-nos apresentar, em cada ponto, a fonte em questão e os espaços nela mencionados, contextualizando histórica e geograficamente as menções toponímicas. Isto implicou analisar de um ponto de vista hermenêutico e intratextual a presença de cada espaço ou topónimo no interior da historiografia, tendo em conta a genealogia de cada texto, os diversos contextos de produção e os propósitos dos diferentes autores e promotores.

Depois, perscrutamos nesse ponto não apenas as relações que os textos do *corpus* estabelecem entre si, mas também, atendendo à sua própria genealogia, aquelas que

⁴⁴ Roger Chartier, “Le monde comme représentation”, *Annales* 44, n. 6 (1989), 1505-1520; Carlo Ginzburg, “Représentation: le mot, l’idée, la chose”, *Annales* 46, n. 6 (1991), 1219-1234; Maurice Godelier, “La part idéelle du réel. Essai sur l’idéologique”, *L’Homme*, 18, n. 4 (1978), 155-188; Claude Gauvard, “Les représentations au Moyen Âge: quelques pistes de réflexion”, *Sociétés & Représentations* 2, n. 40 (2015), 277-287; Pierre Monnet, “Représentation(s)”, in *Le Dictionnaire de l’historien*, ed. Claude Gauvard e Jean-François Sirinelli (Paris: PUF, 2015), 596-601.

⁴⁵ Nathalie Limat-Letellier, “Historique du concept d’intertextualité”, in *L’intertextualité*, ed. Marie Miguet-Ollagnier e Nathalie Limat-Letellier (Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 1998), 17-64.

⁴⁶ José Mattoso, *A escrita da História* (Lisboa: Estampa, 1997), 116-120. Ver ainda Gabrielle Spiegel, *The Past as Text. The Theory and Practice of Medieval Historiography* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999), 27-28.

⁴⁷ Jeff Malpas, “Introduction: Hermeneutics and Philosophy”, in *The Routledge Companion to Hermeneutics*, ed. Jeff Malpas e Hans-Helmuth Gander (Londres: Routledge, 2015), 1-9.

estabelecem com a historiografia que lhes terá estado na base. Do mesmo modo, confrontaremos esses dados com os de outras fontes coevas, da mesma tipologia ou de outra, já que se tratará sobretudo de procurar nelas elementos de contraste.

No último ponto, procurou-se, em concreto, identificar a existência de geografias privilegiadas pelas diferentes narrativas (primeiro em termos absolutos e depois de acordo com a sua tipologia) e através delas estabelecer a estratigrafia possível da memória do espaço. Não apenas no sentido de identificar as diferentes camadas que a constituem de modo heterogéneo, mas também como forma de conhecer os processos mais amplos que originaram cada elemento daquela estratigrafia.

Conclusões provisórias

Algumas das principais conclusões obtidas até ao momento refletem a geografia dos textos analisados. Numa visão panorâmica, vislumbramos essencialmente uma geografia do Ocidente peninsular inscrita no horizonte mediterrânico. Horizonte que, porém, somente enquadra, dado que é parcamente representado, se compararmos com a voluminosa quantidade de referências à Península Ibérica. Em particular, o relevo daquele espaço ocidental que viria a formar-se como reino de Portugal. Numa visão mais pormenorizada, porém, evidencia-se a heterogeneidade de cada um desses espaços. O espaço mediterrânico aparece assim representado a norte maioritariamente pelas urbes, de entre as quais se destaca Roma, a sul pelas tribos berberes e a leste quase exclusivamente por Jerusalém. A oeste, por sua vez, aparece o espaço ibérico marcado, na longa duração, por aquilo que poderíamos considerar a fixação narrativa da fronteira portuguesa em relação à Galiza, Leão, Castela e ao al-Andalus, relativamente bem definida desde os primeiros textos. Aí, observamos, contudo, como o Norte se afirma em relação ao Sul em termos de referências nominais.

Não podemos deixar de salientar como essas referências aparecem não raras vezes contaminadas, do ponto de vista da terminologia, pelas fórmulas utilizadas na diplomática: os seus redatores seriam, em muitos casos, os mesmos. Noutras casos, as expressões utilizadas evidenciam influências mais eruditas, especialmente no que diz respeito aos textos produzidos em Santa Cruz de Coimbra. Estes, em particular, fazem um uso de uma geografia muito particular e marcada pelo claro conhecimento das autoridades latinas, dos itinerários romanos e, assim parece, dos textos dos geógrafos do al-Andalus. Por outro lado, a historiografia oriunda do seu *scriptorium* reflete, à semelhança das suas hagiografias, os interesses territoriais do cenóbio, como, por exemplo, nos casos em que recorre claramente a documentos anteriores e inclui na narrativa historiográfica apenas os topónimos cujos benefícios obtivera ou

pretendia obter. Podemos concluir, a partir dessas evidências, que se tentou fixar (ou fabricar) nos textos a memória dos lugares para que de futuro pudesse ser utilizada em eventuais litígios com os restantes poderes.

Observamos também, como dissemos, aquilo que nos parece ser a construção narrativa das fronteiras do reino de Portugal, em particular na *Primeira Crónica Portuguesa* e na *IV^a Crónica Breve*. Sendo um o prolongamento aparente do outro, aquilo que sobressai são mapas régios, que organizam os espaços em função da memória de cada monarca como um contraponto a dois outros mapas, mais complexos e mais amplos, ambos desenhados por Pedro de Barcelos: um, pretensamente universal, na *Crónica de 1344*, o outro, ibérico e nobiliárquico, no *Livro de Linhagens*.

Não menos importante será a dimensão de geografia narrativa que encontramos nas diversas fontes, composta não apenas por mapas narrativos, mas também pela profusão de indicadores espaciais tais como a caracterização morfológica ou a indicação de distâncias, nos casos em que tal acontece. Símbolo, portanto, do desenvolvimento de um mapeamento do território que seria, em muito, anterior à cartografia visual, com as suas dimensões práticas de mapeamento dos territórios, sim, mas igualmente com as dimensões simbólicas. Uma geografia que recordava não apenas os espaços do reino de Portugal, mas que também os preenchia de simbolismo, que os recordava em função das diferentes efemérides e do que estas significavam para a história desse espaço – um movimento circular, portanto.

O trabalho da pestelença. Enfrentar a peste na Lisboa dos finais da Idade Média (1481-1521)

Verónica Francisco

Universidade Nova de Lisboa

Instituto de Estudos Medievais (IEM-NOVA/FCSH)

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inca3>

Resumo

O ocaso da Idade Média foi marcado pela ciclicidade epidémica, fenómeno do qual Portugal não foi alheio. Lisboa, a maior e a mais importante cidade do reino à época, em virtude da sua dimensão marítima, do seu peso económico e fiscal, diversidade demográfica e proximidade à Coroa, não escapou ao flagelo periódico da peste, forçando à intervenção sucessiva do poder local e do poder central neste domínio. Assim, este projeto visa tratar sistematicamente os surtos de peste que atingiram Lisboa entre 1481 e 1521, atendendo aos exemplos de estudos análogos para outros espaços e para cronologias coevas. Esta abordagem assenta em três elementos-chave: nas medidas preventivas e de combate à peste; nas reações à peste, no plano das transgressões à política sanitária, das respostas religiosas e da conflituosidade com as minorias étnico-religiosas durante estes períodos; e na intervenção e comunicação política entre a Câmara e a Coroa em torno da saúde. Com esta análise, colocam-se em evidência as singularidades do combate à peste na cabeça do reino, bem como a sua capacidade de sobrevivência e até de expansão a despeito dos embates recorrentes desta doença.

Palavras-chave: Lisboa medieval; peste; saúde urbana; poder régio e municipal.

Abstract

The Late Middle Ages saw multiple and recurrent epidemics, a phenomenon that Portugal was not unfamiliar with. Lisbon, the largest and most important city in the kingdom at the time, due to its maritime dimension, its economic and fiscal importance, its demographic diversity and its proximity to the Crown, did not escape the periodic scourge of the plague, forcing successive interventions by local and central authorities

in this regard. This proposal therefore aims to systematically address the outbreaks of plague that struck Lisbon between 1481 and 1521, drawing on examples from analogous studies of other regions and of similar chronologies. This approach is based on three key elements: the measures designed to prevent and fight the plague; the reactions to the plague, including health-related infractions, the religious responses and the conflicts with ethnic and religious minorities during these periods; and the intervention and political communication between the Crown and the City Council on health issues. This analysis seeks to demonstrate the singularities of the fight against the plague at Portugal's caput regni, as well as its ability to survive and even expand amid recurring outbreaks.

Keywords: Medieval Lisbon; plague; urban health; royal and municipal power.

Introdução

Enquadramento historiográfico

O espectro da peste e, em particular, da Peste Negra (1348-1351), contribuiu para conceder à Idade Média uma conotação *tenebrosa*, ensombrada por uma “tríade apocalíptica” à qual se juntavam a fome e a guerra. Talvez por este motivo tenha vindo a despertar o fascínio dos cultores da História, da Medicina e de outros ramos do saber, o que se tem espelhado numa ampla e diversificada produção historiográfica desde o século XIX¹.

A partir, sobretudo, da década de 1960, os estudos pestíferos tornaram-se devedores da historiografia dos *Annales*, que permitiu matizar gradualmente a noção de uma peste “abrupta” e “catastrófica”, passando esta a inserir-se na *longue durée* das instituições e mentalidades medievais². Têm surgido, desde então, importantes

¹ Faye Marie Getz, “Black Death and the silver lining: meaning, continuity, and revolutionary change in histories of medieval plague,” *Journal of the History of Biology* 24, nº 2 (1991): 266, <https://www.jstor.org/stable/4331174>. Veja-se, por exemplo, o arrolamento historiográfico em contínua atualização por Monica Green e por Joris Roosen, que conta já com mais de 1300 títulos (Joris Roosen, Monica H. Green, “The Mother of All Pandemics: The State of Black Death Research in the Era of COVID-19 – Bibliography,” última atualização e acesso a 24 de novembro de 2025, https://drive.google.com/file/d/1x0D_dwyAwp9xi9sMCW5UvpGfEVH5J2ZA/view?usp=sharing).

² Getz, “Black Death,” 283-288; André Filipe Oliveira da Silva, “A Peste Negra em Portugal. Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana” (Tese de Doutoramento em História, Universidade do Porto, 2021), 45, <https://hdl.handle.net/10216/137710>.

estudos, incluindo algumas obras gerais, como a de Jean-Noël Biraben³, e monografias dedicadas a diferentes espaços e cronologias, como as de Elisabeth Carpentier⁴, Carlo Cipolla⁵, Ann Carmichael⁶ ou, no quadro peninsular, de autores como Marcelino Amasuno⁷, Rubio Vela⁸ e, mais recentemente, Jon Arrizabalaga⁹ e Betrán Moya¹⁰.

A historiografia da peste, tal como sucede com outras enfermidades, tem-se interrelacionado desde cedo com as demais ciências, sendo influenciada pelos sucessivos avanços em torno da sua natureza, perfil clínico, transmissão, condições e vias de propagação¹¹. Nas últimas décadas, este diálogo foi pontuado pelo debate acerca da verdadeira identidade da peste medieval, tendo sido posto em causa o papel da *Yersinia pestis* como o seu respetivo agente patogénico¹². A identificação desta bactéria

³ Jean-Noël Biraben, *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*, 2 vols. (Paris: Mouton, 1975-1976). Mais recentemente veja-se, por exemplo, a obra de Ole J. Benedictow, *The Complete History of the Black Death* (Woodbridge: The Boydell Press, 2021).

⁴ Elisabeth Carpentier, "Autour de la peste noire: famine et épidémies dans l'histoire du XIV^e siècle," *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, n^o 6 (1962): 1062-1092, <https://doi.org/10.3406/ahess.1962.420916>; *Idem*, *Une ville devant la peste: Orvieto et la Peste Noire de 1348* (Paris: S. E. V. P. E. N., 1962).

⁵ Carlo M. Cipolla, *Fighting the Plague in Seventeenth-Century Italy* (Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1981); *Idem*, *O Burocrata e o Marinheiro. A "sanità" toscana e as atribuições dos ingleses em Livorno no séc. XVII*, trad. Alessandra Bálsamo (Oeiras: Celta, 1987).

⁶ Ann G. Carmichael, *Plague and the poor in Renaissance Florence* (Cambridge: Cambridge University Press, 1986); *Idem*, "Plague Legislation in the Italian Renaissance," *Bulletin of the History of Medicine* 57, n^o 4 (1983): 508-525, <http://www.jstor.org/stable/44443062>.

⁷ Marcelino V. Amasuno, *Contribución al estudio del fenómeno epidémico en la Castilla de la primera mitad del siglo XV: el "Regimiento contra la pestilencia" del bachiller Alfonso López de Valladolid* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 1988); *Idem*, "Literatura y epidemia: hacia una cronología del fenómeno pestoso en la Castilla del primer tercio del siglo XV," in *Medicina castellano-leonesa bajomedieval* (Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad, 1991), 9-35; *Idem*, "Cronología de la peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV," *Studia historica. Historia medieval* 12 (1994): 25-32; *Idem*, *La peste en la Corona de Castilla durante la segunda mitad del siglo XIV* (Salamanca: Consejería de Educación y Cultura, 1996).

⁸ Agustín Rubio Vela, *Peste negra, crisis y comportamientos sociales en la España del siglo XIV. La ciudad de Valencia (1348-1401)* (Granada: Universidad de Granada, 1979); *Idem*, "Las epidemias de peste en la ciudad de Valencia durante el siglo XV. Nuevas aportaciones," *Estudis Castellacionencs*, n^o 6 (1994-1995): 1179-1221.

⁹ Jon Arrizabalaga, "Discurso y práctica médicos frente a la peste en la Europa Bajomedieval y Moderna," *Revista de Historia Moderna*, n^o 17 (1998-1999): 11-20; *Idem*, "La Peste Negra de 1348: los orígenes de la construcción como enfermedad de una calamidad social," *Acta Hispanica ad Medicinam Scientiarumque Historiam Illustrandam* 11 (1991): 73-117; *Idem*, "Facing the Black Death: perceptions and reactions of university medical practitioners," in *Practical medicine from Salerno to the Black Death* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994), 237-288.

¹⁰ José Luis Betrán Moya, *La peste en la Barcelona de los Austrias* (Lleida: Milenio, 1996).

¹¹ Esta relação é explorada por Lester K. Little, "Plague Historians in Lab Coats," *Past & Present* 213, n^o 1 (2011): 267-290.

¹² Little, "Plague Historians," 272-284.

nos vestígios osteológicos de um comprovado cemitério de vítimas da Peste Negra, em 2011, acabou por solucionar esta questão¹³.

Em virtude das contínuas descobertas da Antropologia, Arqueologia, Biologia e, cada vez mais, da Paleogenómica, a par de outras áreas, os estudos sobre a peste têm-se alargado a novos espaços geográficos, abrindo outras possibilidades para a compreensão da doença, do seu impacto e difusão¹⁴. A eclosão da COVID-19 veio, aliás, reavivar este interesse, contribuindo para novas reflexões sobre as pandemias do passado tendo em vista os acontecimentos do presente¹⁵. Nesta senda, destaca-se, particularmente, a historiadora Monica Green, que tem advogado pelo aumento da interdisciplinaridade e pela ampliação dos horizontes dos estudos pestíferos¹⁶.

A respeito do panorama português¹⁷, importa referir, sobretudo, as tentativas de aproximação ao tema que surgiram a partir de meados do século XX, com os estudos pioneiros de Virgínia Rau¹⁸ e dos seus discípulos¹⁹, como Oliveira Marques²⁰, Iria

¹³ Kirsten I. Bos *et al.*, “A draft genome of *Yersinia pestis* from victims of the Black Death,” *Nature* 478 (2011): 506–510, <https://doi.org/10.1038/nature10549>.

¹⁴ São vários os estudos que o têm evidenciado. Veja-se, por exemplo, os textos apresentados em *The Medieval Globe* 1 (2015) - *Pandemic Disease in the Medieval World: Rethinking the Black Death*, ed. Monica H. Green, disponível em <https://scholarworks.wmich.edu/tmg/vol1/>; VARLIK, Nükhet Varlik, *Plague and Empire in the Early Modern Mediterranean World: The Ottoman Experience, 1347-1600* (Cambridge: Cambridge University Press, 2015); Monica H. Green, “Putting Africa on the Black Death Map: Narratives from genetics and history,” *Afriques* 9 (2018): 1-45, <http://journals.openedition.org/afriques/2125>.

¹⁵ Cf. Monica H. Green, “Emerging diseases, re-emerging histories,” *Centaurus* 62, n.º 2 (2020): 234-247, <https://doi.org/10.1111/1600-0498.12306>.

¹⁶ Para além das obras já citadas, cf. Monica H. Green, “The Four Black Deaths,” *The American Historical Review* 125, n.º 5 (2020): 1601-1631, <https://doi.org/10.1093/ahr/rhaa511>; *Idem*, “The Pandemic Arc: Expanded Narratives in the History of Global Health,” *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences* 79, n.º 4 (2024): 345-364, <https://doi.org/10.1093/jhmas/jrae008>; *Idem*, “A New Definition of the Black Death: Genetic Findings and Historical Interpretations,” *De Medio Aevo* 11, n.º 2 (2022): 139-155, <https://dx.doi.org/10.5209/dmae.83788>.

¹⁷ Cf. Silva, “A Peste Negra em Portugal,” 49-65; *Idem*, “Pari passu: Historiografia e Ciência da Peste em Portugal (1832-2021),” [RMd] *Revista Multidisciplinar* 4, n.º 2 (2022): 21-40, <https://doi.org/10.23882/rmd.22095>.

¹⁸ Virgínia Rau, “Un document portugais sur la peste noire de 1348,” *Annales du Midi* 78, n.º 77-78 (1966): 331-334; *Idem*, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, 2ª ed. (Lisboa: Presença, 1982).

¹⁹ Virgínia Rau, dir., A. H. de Oliveira Marques, coord., Iria Gonçalves, Humberto Baquero Moreno, Luís Oliveira Ramos, “Para o Estudo da Peste Negra em Portugal,” *Separata de Bracara Augusta* 14-15, n.º 1-2 (1963).

²⁰ A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 3ª ed. (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974), 87-104; *Idem*, *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3ª ed. (Lisboa: Edições Cosmos, 1978).

Gonçalves²¹, Humberto Baquero Moreno²² e Maria José Ferro Tavares²³.

Somam-se a estes os contributos de Maria Helena da Cruz Coelho²⁴ e de outros historiadores, alguns mais pontualmente, como José Mattoso²⁵. Mantiveram-se, por outro lado, alguns trabalhos do campo da medicina, do qual se destaca a obra de Mário Roque²⁶.

²¹ Iria Gonçalves, “Enfrentar a peste numa vila da Idade Média: Funchal, 1488-1489 (Nótula de história urbana),” *Medievalista* 32 (2022): 341-363, <https://doi.org/10.4000/medievalista.5700>; Iria Gonçalves, Alice Borges Gago, “Seguindo o conselho de Hipócrates: fugir da peste, no século XV português,” *En la España Medieval* 48 (2025): 203-223, <https://doi.org/10.5209/elem.100994>. Veja-se, também: Iria Gonçalves, “Físicos e cirurgiões quatrocentistas: as cartas de exame,” *Do Tempo e da História* 1 (1965): 69-112; *Idem*, *As Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV* (Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1987); *Idem*, “Possibilidades de acesso ao médico diplomado na Beira de Quatrocentos,” *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI. Cadernos de Cultura* 1 (1989): 11-15; *Idem*, “Fragilidades da velhice e da doença: alguns exemplos da Idade Média beirã,” *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao Século XXI. Cadernos de Cultura*, nº 4 (1991): 4-7; *Idem*, “Posturas Municipais e a vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa,” in *Um olhar sobre a cidade medieval* (Cascais: Patrimonia Histórica, 1996), 77-95.

²² Humberto Baquero Moreno, “A Epidemia de 1453-54,” *Revista de Ciências do Homem* 1, nº 1 (1968): 1-23; *Idem*, “Um Testamento concebido durante a Peste Negra,” *Bracara Augusta* 32, nº 73-74 (1978): 125-141; *Idem*, “Um documento sobre a peste de 1453-1455,” *Tellus*, nº 10-11 (1983): 15-20; *Idem*, “Reflexos da Peste Negra na Crise de 1383-85,” *Bracara Augusta* 37, nº 83-94 (1983): 373-386; *Idem*, “A Peste Negra e os Legados à Igreja,” *Revista de Ciências Históricas* 6 (1991): 133-144; Humberto Baquero Moreno, Ana Oliveira, “Documentos inéditos para o estudo da «Peste Pequena» de 1599,” *Revista de Ciências Históricas* 1 (1986): 227-238.

²³ Maria José Ferro Tavares, “A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV),” *Revista de História Económica e Social*, nº 19 (1987): 17-32; *Idem*, *Os Judeus em Portugal no século XV*, 2 vols. (Lisboa: UNL-FCSH, 1982-1984); *Idem* “Os sinais dos tempos: Para o estudo do clima e do litoral português,” in *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos: geologia, história, arqueologia e climatologia: actas do Colóquio, Lisboa, 3 e 4 de junho de 2004*, ed. António Augusto Tavares, Maria José Ferro Tavares e João Luís Cardoso (Lisboa: Universidade Aberta, 2004), 451-515.

²⁴ Maria Helena da Cruz Coelho, “Um Testamento Redigido em Coimbra no Tempo da Peste Negra,” *Revista Portuguesa de História* 18 (1980): 312-331; *Idem*, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989); *Idem*, “«Fugir depressa, para longe e por muito tempo»: comportamentos dos homens acossados pela peste,” *Memórias da Academia da Marinha* 50 (2020): 435-449; *Idem*, “1348. Peste Negra: o flagelo que foi quase «global»,” in *História Global de Portugal*, dir. Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva (Lisboa: Temas e Debates, 2020), 269-275.

²⁵ José Mattoso, “Para uma história das epidemias,” in *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, vol. 1 de *Obras Completas* (Lisboa: Círculo de Leitores, Temas & Debates, 2000), 93-106.

²⁶ Mário da Costa Roque, *As Pestes Medievais Europeias e o «Regimento Proueytoso contra ha Pestenença»* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1979); mas também de António Tunhas, *A peste negra: notas para uma interpretação psico-social* (Dissertação de Licenciatura, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, 1965); Luís de Pina, “A medicina portuense no século XV (alguns breves capítulos),” *Separata do Studium General do Centro de Estudos Humanísticos* (Porto: Instituto de Alta Cultura, 1960).

Mais recentemente, demarcam-se os trabalhos de André Silva, especialmente a sua Tese de Doutoramento, que contribuiu para o aprofundamento do estudo da Peste Negra em Portugal através da análise dos seus impactos e consequências nas comarcas de Entre-Douro-e-Minho e Entre-Tejo-e-Odiana²⁷.

Em suma, a produção historiográfica sobre a peste em Portugal tende a versá-la, geralmente, na sua relação com os meios urbanos, como demonstram os estudos dedicados ao Porto e ao Funchal²⁸. A estas aproximações, juntam-se abordagens a partir de perspetivas e de fontes específicas, como testamentos²⁹ ou vestígios epigráficos³⁰. De resto, a temática é frequentemente tratada de forma dispersa ou em estudos com outros objetivos³¹. Estes têm fornecido, contudo, importantes contribuições neste sentido, atendendo a diversos espaços e dimensões, entre as quais: a introdução, a cronologia e as vias de propagação da peste em Portugal ou em regiões mais

²⁷ Silva, “A Peste Negra em Portugal”. *Idem*, “A Pestis secunda em Portugal (1362),” *Revista Portuguesa de História* 52 (2021): 17-33, https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_1; *Idem*, “Cronologia dos surtos portugueses da segunda pandemia de peste (séc. XIV-XVII): importância e problemas,” in *Olhares cruzados sobre a história da saúde da Idade Média à contemporaneidade*, coord. Alexandra Esteves e Helena da Silva (Braga: Lab2PT, 2022): 12-21.

²⁸ Amândio Jorge Morais Barros, *A morte que vinha do mar: saúde e sanidade marítima num Porto atlântico (séculos XV-XVII)* (Porto: Fronteira do Caos, 2013); *Idem*, *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos* (Lisboa: Academia de Marinha, 2016); Pina, “A medicina portuense”; Francisco Manuel Teixeira Ferraz, Maria João Monteiro Domingues, “Notas sobre a peste na cidade do Porto na segunda metade do século XV,” *Revista da Faculdade de Letras* 5 (2004): 155-166. Para o Funchal, cf.: Gonçalves, “Enfrentar a peste,” 341-363.

²⁹ Moreno, “Um Testamento,” 125-141; *Idem*, “A Peste Negra,” 227-238; Coelho, “Um Testamento Redigido em Coimbra,” 312-331.

³⁰ Mário Jorge Barroca, “A peste negra na epigrafia medieval portuguesa,” in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coords. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Santos, vol. 3 (Porto: FLUP, 2003), 1159-1166.

³¹ Entre outros, cf.: Maria Amélia dos Santos Figueiredo, “A administração municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o Livro 6 de Vereações” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 1996); José Marques, “A administração municipal de Vila do Conde, em 1466,” *Separata de Bracara Augusta* 37, n.º 83-84 (1983); Amélia Polónia, *A expansão ultramarina numa perspectiva local: o porto de Vila do Conde no século XVI*, 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda), 187-193; Silva, “As Portas do Mar Oceano,” 164-169; Coelho, *O Baixo Mondego*; Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica, 1995); Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães: «duas vilas, um só povo»: Estudo de história urbana (1250-1389)* (Braga: CITCEM, 2010); Maria João Branco Marques da Silva, *Aveiro Medieval* (Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1991), 156-160. Para os impactos da peste em comunidades monásticas e de clérigos, vide: Rau, “Un document portugais”, 331-334; António Baião, “As Feiras de Lorvão e a Peste de 1348”, *Instituto* 100 (1942): 734-737; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O domínio da Santa Maria do Lorvão no século XIV: gestão feminina de um património fundiário* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001); José Marques, “A peste de 1362, na diocese de Tui,” *Boletim cultural de Melgaço* 9 (2016), 141-164.

circunscritas³²; as consequências demográficas, sociais e económicas dos surtos³³; e as respostas ao *morbo* num plano religioso³⁴. O tema conta, também, com propostas de síntese em algumas histórias gerais e em entradas de dicionários³⁵.

Apesar disto, seja pela escassez de referências diretas à peste, particularmente para uma cronologia anterior a meados do século XV, seja por outros entraves, o certo é que subsistem diversas lacunas por colmatar nesta área, que carece ainda de uma visão de conjunto mais completa.

O estudo da peste em Lisboa encaixa-se neste cenário. Realizaram-se já algumas aproximações ao tema, a começar pela de Eduardo Freire de Oliveira nos *Elementos para a História do Município de Lisboa*³⁶, ainda em finais do século XIX; depois, entre as décadas de 1960 e de 1980, com os estudos de Maria Teresa Campos Rodrigues³⁷, Mário Roque³⁸, José Menezes³⁹, Maria José Ferro Tavares⁴⁰ e Teresa Rodrigues⁴¹; e,

³² Por exemplo, em: Silva, *A Peste Negra em Portugal*, 218-249; *Idem*, "Chronology, routes, and conditions," 59-83; *Idem*, "A Pestis secunda," 17-33), Humberto Baquero Moreno; "A Epidemia de 1453-54," 3; Barros, *Porto: a construção de um espaço marítimo*, 125-127, *Idem*, *A morte que vinha do mar*, 96-99; Gonçalo Melo da Silva, "As Portas do Mar Oceano: vilas e cidades portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)" (Tese de Doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa), 164-169, <http://hdl.handle.net/10362/129349>.

³³ Rau, dir., Marques, coord., "Para o Estudo da Peste Negra".

³⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "Para a história do medo no Portugal quinhentista: peste e religiosidade," *Revista de Ciências Históricas* 8 (1993): 83-96; Coelho, "Um Testamento Redigido em Coimbra," 312-331; Moreno, "Um Testamento," 125-141; *Idem*, "A Peste Negra," 133-144.

³⁵ Maria Emília Cordeiro Ferreira, "Epidemias," in *Dicionário de história de Portugal*, dir. Joel Serrão (Porto: Livraria Figueirinhas, 1981), 406-408; A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques, vol. 4: *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (Lisboa: Presença, 1987); Isabel Drumond Braga, João Carlos Oliveira, "A saúde," in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques, vol. 5: *Portugal do Renascimento à crise dinástica* (Lisboa: Editorial Presença, 1998), 644-657; Armindo de Sousa, "Condicionamentos Básicos," in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 2: *A Monarquia Feudal*, coord. José Mattoso (Lisboa: Estampa, 1993), 340-342; Teresa Ferreira Rodrigues, "As estruturas populacionais," in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 5: *No Alvorecer da Modernidade*, ed. Joaquim Romero Magalhães (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), 210-257; Coelho, "1348. Peste Negra," 269-275).

³⁶ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, t. 1, 1ª parte (Lisboa: Typographia Universal, 1885), 452-512. Ainda da mesma altura, cf.: Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, dir. Torquato de Sousa Soares, 2ª ed., t. V (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945-1954), 165-186.

³⁷ Maria Teresa Campos Rodrigues, *Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV* (Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1968), 114-117.

³⁸ Roque, *As Pestes Medievais*, 175-224.

³⁹ José de Vasconcellos e Menezes, "Medidas sanitárias ao tempo de D. Afonso V e de D. João II," in *Memórias* (Lisboa: Academia de Marinha, 1985), 14: 3-34.

⁴⁰ Tavares, "A política municipal," 17-32

⁴¹ Teresa Ferreira Rodrigues, Rita Andersen, Vera Ortigão Ramos, "Para o estudo das pestes e epidemias na Lisboa quinhentista," Extrato do *Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etnológicos*

nos últimos anos, com as novas abordagens de Edite Alberto e de Joana Pinho⁴², à luz da recente pandemia vivida. Estas obras facultam dados a respeito de alguns surtos, reunindo parte das medidas preventivas e de combate à peste na cidade (como a existência de infraestruturas para o acolhimento e tratamento dos doentes), pelo que constituem um ponto de partida útil para a análise em mãos.

A bibliografia existente ainda não satisfaz, porém, uma abordagem compreensiva deste tema entre os finais do século XV e o século XVI. Assim, Lisboa carece de uma investigação ampla e detalhada em torno das pestes que a acometeram, para a qual podem não só ser carreadas informações provenientes de outros fundos documentais, como exploradas novas questões na documentação já conhecida.

Espaço e cronologia

Face ao presente esboço historiográfico, a nossa proposta tem por objetivo a análise aprofundada e sistemática dos surtos de peste que atingiram Lisboa entre 1481 e 1521.

Porquê Lisboa? Antes de mais, pelo seu peso e diversidade demográfica no contexto do reino, que se traduziram num aumento populacional significativo ao longo da Baixa Idade Média: de cerca de 35 000 habitantes no fim do século XIV, a cidade

1 (1986): 101-133; Teresa Ferreira Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa (Séculos XVI e XVII)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990); Rodrigues, “As estruturas populacionais,” 5: 214-230; Teresa Ferreira Rodrigues, coord., *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade* (Porto: CEPES; Afrontamento, 2008).

⁴² Edite Martins Alberto, Paula Serafim, “A Cidade de Lisboa e a luta contra as epidemias,” in *O Hospital Real de Todos-os-Santos; Lisboa e a saúde*, coord. Edite Alberto, Rodrigo Banha da Silva e André Teixeira (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2020), 611-621; Edite Martins Alberto, Joana Balsa de Pinho, “«Evitar que o mal não padeça mais avante» – O Regimento da Saúde de D. João III e a experiência italiana de saúde pública,” in *Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades*, coord. Joaquim Pinheiro, Samuel Mateus e Mario Franco (Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2022), 61-76; Joana de Balsa Pinho, “A casa dos doentes de peste da cidade de Lisboa: contributos para o seu estudo histórico, arquitetónico e urbanístico,” *Herança - Revista de História, Património e Cultura* 6, nº 2 (2023): 191-201, <https://revistaheranca.com/index.php/heranca/article/view/682>. Consulte-se, também: António Augusto Salgado de Barros, “Lisboa na confluência das rotas comerciais: efeitos na saúde pública (séculos XV a XVII)”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 3 (2015): 252, <https://doi.org/10.48751/CAM-2015-3258>; Danielle Abdon, “Epidemics and the royal control of public health in Lisbon, Portugal, 1480-95”, in *Epidemic Urbanism: Contagious Diseases in Global Cities*, ed. Mohammad Gharipour e Caitlin DeClercq (Bristol: Intellect, 2021) 162-170. A peste em Lisboa tem-se constituído como um aspeto secundário noutras obras: Priscila Aquino Silva, “O Príncipe Perfeito e a saúde do Reino (Portugal – século XV)” (Tese de Doutoramento em História, Universidade Federal Fluminense, 2012), <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16075>; Mário Jorge da Motta Bastos, *O poder nos tempos da peste (Portugal – séculos XIV/XVI)* (Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009).

“saltava” para uma população de aproximadamente 65 000 já em Quinhentos⁴³. Afigura-se, de seguida, a sua vocação marítima e crescente importância comercial, motivada pela expansão ultramarina, que lhe confere já nos primórdios do século XVI o estatuto de “grande porto internacional”⁴⁴. Por conseguinte, as dimensões de Lisboa e os constantes fluxos de gentes e de mercadorias, aliados às suas condições insalubres, criavam um terreno fértil para a eclosão e disseminação de doenças⁴⁵. Fosse por terra, por rio ou por mar (à semelhança de outros centros portuários⁴⁶), as epidemias chegavam a Lisboa e alastravam-se frequentemente a partir daí para outros lugares⁴⁷.

Esta opção justifica-se, igualmente, pela “proximidade única” dos monarcas à urbe, tendência que se acentuou com a dinastia de Avis⁴⁸. Enquanto espaço privilegiado para as estadias da corte e cenário de exercício de poder⁴⁹, era do interesse da Coroa enobrecê-la e preservar a sua “honra”, que passava, também, pela conservação da saúde da cidade. Esta estratégia é evidente não só nas preocupações com a higiene e limpeza do espaço urbano⁵⁰, como nos esforços para a contenção epidémica. Apesar de existirem sinais anteriores, a intervenção régia nestas questões acentua-se no reinado de D. João II, e mantém-se e evolui no seguinte, tendo em vista o desenvolvimento de políticas centralizadoras, expressas num controlo cada vez mais

⁴³ A. H. de Oliveira Marques, “Lisboa,” in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas: séculos XIII-XV*, coord. A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa, 1990), 55.

⁴⁴ Flávio Miranda, Diogo Faria, “Lisboa e o comércio marítimo com a Europa nos séculos XIV e XV,” in *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*, coord. João Luís Fontes *et al.*, (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016), 260-261.

⁴⁵ Aspeto já notado por Rodrigues, Andersen e Ramos, “Para o estudo das pestes,” 102-103; Rodrigues, *Crises de mortalidade*, 69-70; Barros, “Lisboa na confluência,” 252; Delmina Rijo, “Aspectos e vivências da Sociedade Quinhentista,” in *Lisboa de Fernão de Magalhães*, coord. Ana Cristina Leite (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Estrutura de Missão V Centenário Fernão de Magalhães, 2018), 71-72; Alberto e Serafim, “A Cidade de Lisboa,” 611. Para um retrato geral da higiene na cidade, cf. Gonçalves, “Posturas Municipais,” 77-95.

⁴⁶ Entre outras referências, cf.: Barros, *Porto: a construção de um espaço marítimo*, 123-161; Barros, *A morte que vinha do mar*; Polónia, *O porto de Vila do Conde*, 187-190; Silva, “As Portas do Mar Oceano,” 164-169.

⁴⁷ Rodrigues, *Crises de mortalidade*, 97; Alberto e Serafim, “A Cidade de Lisboa,” 611. Para além destas “vias de chegada”, note-se a possibilidade, ainda por explorar, da persistência enzoótica da *Yersinia pestis*, por exemplo, em populações de roedores que, contactando com humanos, podem ter estado na origem de novos surtos (Silva, “Cronologia dos surtos portugueses,” 15).

⁴⁸ Amélia Aguiar Andrade, “La dimensión urbana de un espacio atlántico: Lisboa,” in *Mercado inmobiliario y paisajes urbanas en el Occidente Europeo. Siglos XI-XV. XXXIII Semana de Estudios Medievales. Estella, 17 a 21 de julio de 2006* (Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Cultura y Turismo, 2007), 368-369.

⁴⁹ *Idem*, “La dimensión urbana,” 367-368.

⁵⁰ *Idem*, “La dimensión urbana,” 367-368; Gonçalves, “Posturas Municipais,” 87.

rigoroso sobre os municípios, e com especial impacto em Lisboa⁵¹. Estas circunstâncias ocasionaram uma comunicação singular entre a Coroa e a edilidade a propósito da saúde urbana e, concretamente, da peste, com poucos paralelos conhecidos na Europa deste período⁵².

Porquê entre 1481 e 1521? Para além dos aspetos anteriormente enumerados, a escolha desta cronologia baseia-se na recorrência e permanência da peste na cidade durante estas décadas, o que pode, porventura, justificar a existência de mais documentação a partir deste período, por oposição à escassez de referências diretas à peste e às respostas por ela suscitadas para cronologias mais recuadas.

Objectivos e problemáticas

A nossa proposta assenta em três questões estruturantes.

Em primeiro lugar, interessa-nos compreender as medidas aplicadas pela Coroa e autoridades camarárias perante a peste. Dividimos esta análise em duas vertentes: por um lado, consideramos as medidas preventivas, ou o “isolamento contra pestes alheias”⁵³, que recaem sobre os mecanismos de vigilância e defesa do perímetro urbano (como a colocação de guardas em pontos estratégicos, a imposição de “quarentenas” a navios oriundos de locais acometidos pelo mal ou a desinfeção de mercados). Por outro lado, examinamos as medidas impostas face à constatação de um surto na cidade, que englobam o despejo e a limpeza das casas onde se registavam casos de peste, bem como a desinfeção dos bens dos infetados; a datação, caracterização e mapeamento dos espaços para tratamento dos “pestilentos”; a identificação e o estudo da atuação dos “profissionais de cura” (físicos, cirurgiões, barbeiros e sangradores) nestas ocasiões; e, ainda, as práticas e espaços destinados ao enterramento das vítimas de peste, entre outras deliberações. É importante notar, contudo, que as medidas preventivas e as medidas de combate à peste são por vezes adotadas em simultâneo, e que a partição empregue se destina apenas a estruturar melhor a sua análise.

Incorporamos também, neste tópico, as disposições de higiene, quando subentendidas nas estratégias de contenção epidémica. Estas passam, desde logo, pelas tentativas de eliminação dos focos de maus odores, aos quais se imputava a corrupção

⁵¹ Armindo de Sousa, “A estratégia política dos Municípios no reinado de D. João II,” *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 6 (1989): 137-174, <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5771>.

⁵² Kristy Wilson Bowers, *Plague and public health in early modern Seville* (Rochester: University of Rochester Press, 2013), 98-99.

⁵³ Termo utilizado em Roque, *As Pestes Medievais*, 186.

dos ares e, por conseguinte, o surgimento da peste⁵⁴. Chegam-nos, por isso, medidas que preveem a remoção dos monturos e esterqueiras, a regulamentação das zonas para o lançamento de lixos e sujidades, a limpeza das ruas, praças e canos e, inclusive, prescrições acerca da disposição de cadáveres de animais e de escravizados, muitas vezes lançados na via pública. O levantamento e o cruzamento destes dados permitem-nos ter uma visão ampla das intervenções sanitárias levadas a cabo durante este período, e interligá-las com o contexto vivido.

O segundo objetivo a ter em conta situa-se no prisma das “reações” da população – neste caso, tanto aos surtos em si, como às disposições implementadas pelas autoridades. De modo a aproximarmo-nos deste propósito, procuramos analisar episódios de transgressão às medidas sanitárias, a par das penas atribuídas aos infratores. Através da sistematização destes dados, será possível detetar, por exemplo, a existência de padrões e comportamentos comuns no incumprimento destas disposições, ou oscilações no teor e na gravidade das penas estipuladas entre 1481 e 1521.

Ocupamo-nos, de igual forma, das respostas religiosas à peste, através do escrutínio das “práticas salvíficas”⁵⁵ empregues para mitigar a enfermidade (como procissões, orações, promessas e práticas penitenciais, ou o culto a santos protetores), mas também dos cuidados com a salvação das almas, particularmente daqueles que faleciam deste mal.

Ainda dentro do domínio das *reações*, tencionamos explorar os conflitos com as minorias étnico-religiosas à luz dos picos epidémicos registados. De facto, e como foi referido por Maria José Ferro Tavares, “[a peste] surge-nos nas principais cidades do reino ligadas a acontecimentos que envolvem, ou a minoria judaica, ou os conversos”⁵⁶, os quais eram recorrentemente associados à eclosão e à propagação da peste.

Em terceiro lugar, atendemos a um elemento transversal a esta análise: a comunicação política em torno da saúde e o papel dos poderes central e local neste contexto. Esta questão foi já levantada por Amândio Barros para o caso do Porto, o qual alertou para a necessidade de se perceber qual a extensão da autonomia municipal e, por sua vez, da intervenção régia, em matéria sanitária⁵⁷. No que toca a Lisboa – que, como vimos, desfrutava de uma relação mais próxima com a Coroa – podemos examinar esta questão de várias formas. Desde logo, é-nos possível elaborar, a partir da documentação disponível, uma análise espaço-temporal das cartas régias endereçadas à câmara, bem como dos intervenientes associados a estes contactos. O estudo das esferas de intervenção da Coroa e do município a este respeito – desde a nomeação

⁵⁴ Silva, “A Peste Negra em Portugal,” 446.

⁵⁵ Coelho, “«Fugir depressa, para longe e por muito tempo»,” 44.

⁵⁶ Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, 1: 425.

⁵⁷ Barros, *A morte que vinha do mar*, 29-30.

daqueles que desempenhavam ofícios ligados à saúde pública até à criação e financiamento das instalações para acolhimento de doentes de peste – ajudam-nos a auscultar o peso destes poderes na tomada de decisões. Adicionalmente, pretendemos apresentar os oficiais municipais com responsabilidades em assuntos de peste e higiene, a fim de compreender a sua atuação.

Para além da observação destas vertentes, propomos o estabelecimento pontual de comparações com as medidas endossadas noutros núcleos urbanos, não só ao nível do reino, como no contexto europeu, em relação a vilas e cidades com escalas e funções semelhantes a Lisboa. Esta abordagem permite-nos explorar a adaptação, ao espaço em estudo, de normas sanitárias já aplicadas noutros lugares, bem como os aspetos comuns e as singularidades do enfrentamento epidémico no caso lisboeta. Finalmente, projetamos uma avaliação, se possível, das tendências, alterações ou evoluções na legislação implementada ao longo desta cronologia.

Proposta de estrutura

A estrutura provisória do trabalho insere, sumariamente, dois dos objetivos enunciados no ponto anterior: uma abordagem das medidas sanitárias, dividida em “prevenir” e “remediar”, e as dimensões das reações à peste. A comunicação entre os poderes está subjacente a todas as vertentes tratadas, pelo que não constitui um tópico isolado, mas sim uma questão à qual procuramos responder no decurso do texto.

Introdução

Enquadramento historiográfico

1. As fontes documentais: possibilidades e desafios

2. Contextualização

2.1. A peste nas conceções atuais: enquadramento clínico e epidemiológico

2.2. A peste nas conceções medievais

2.3. Lisboa e a peste

2.3.1. Lisboa, a *maioral* das cidades do reino

2.3.2. Vias de circulação da peste

3. “Prevenir e remediar”: meios, espaços e agentes

3.1. Prevenir

3.2. Remediar

4. Transgredir, punir e expiar: reações aos surtos epidémicos

4.1. A transgressão das medidas sanitárias

4.2. As respostas religiosas

4.3. A conflituosidade com minorias étnico-religiosas

5. Considerações finais

Fontes, metodologias e desafios

O processo heurístico encetado – entre meados do século XIV e o início do século XVI – culminou na compilação de mais de seis centenas de referências documentais, entre inéditas e publicadas, para o tratamento da peste e de temáticas a ela subordinadas, as quais se traduziram num *corpus* diversificado.

Notámos, nesta etapa, a existência de fundos documentais particularmente ricos e em larga medida inexplorados sobre o assunto, passíveis de facultar novas informações e perspectivas. Assim, procedemos, por um lado, ao levantamento documental no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com o intuito de recolher as determinações da Coroa face às pestes verificadas. Para além das *Chancelarias Régias* e da coleção *Aclamações e Cortes*, a consulta do *Corpo Cronológico* e da *Colecção de Cartas* possibilitou o recenseamento de alvarás régios e de outras cartas que facultaram dados úteis para a nossa investigação.

Por outro lado, empreendemos um levantamento da documentação constante no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, em especial das secções *Provisamento da Saúde* e *Chancelaria Régia*, que compõem o grosso do nosso *corpus* documental, mas também da *Administração*, da *Chancelaria da Cidade* e da *Casa de Santo António*. A documentação municipal dá-nos a conhecer grande parte das medidas sanitárias implementadas, facultando-nos importantes pistas acerca da comunicação entre os monarcas e o concelho e da gestão municipal em torno da saúde. No decorrer desta pesquisa, beneficiámos da publicação de coletâneas documentais⁵⁸ e de textos

⁵⁸ Englobando documentação do Arquivo Municipal, sublinhamos Oliveira, *Elementos para a História*, t. I, 1ª pt.; *Documentos do Arquivo Histórico de Lisboa – Livros de Reis*, 8 vols. (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1957-1964) (que deverão ser consultados de forma criteriosa); *Livro das Posturas Antigas*, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974); Inês Morais Viegas e Marta Gomes, coord., *Livro dos Pregos. Estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices*, estudo introdutório de Edite Martins Alberto (Lisboa: Câmara Municipal, 2016); Helena Neves e Marta Gomes, coords., *Livro dos regimentos dos vereadores e oficiais da câmara (Livro Carmesim)*, estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices de Edite Martins Alberto (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2020). Recorremos, ainda, às publicações das *Chancelarias portuguesas* e das *Cortes Portuguesas* levadas a cabo pelo Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa entre os reinados de D. Afonso IV e de D. Manuel I, bem como às compilações legislativas publicadas pela Fundação Calouste Gulbenkian (*Ordenações Afonsinas; Ordenações del-rei Dom Duarte; Ordenações Manuelinas*).

literários⁵⁹, bem como de algumas contribuições arqueológicas⁶⁰, que permitiram enriquecer nossa pesquisa. Não consultámos, todavia, os fundos eclesiásticos, tarefa que dificilmente se coadunaria com o tempo disponível para a realização da Dissertação. No entanto, seria pertinente fazê-lo no futuro, sendo provável que estes proporcionem dados significativos para este tema.

Os documentos recolhidos foram compilados em tabelas, descritos e analisados preliminarmente. Atribuímos-lhes uma categorização elementar, conforme os assuntos neles visados: “peste”; “higiene”; “profissionais de cura”; “respostas religiosas”; e “oficiais municipais e régios”.

Partimos, numa segunda fase, para a sistematização destes dados em diferentes esquemas, a incorporar nos anexos do trabalho final. Prevemos, entre outros elementos, a realização de uma cronologia dos surtos de peste ocorridos em Lisboa durante este período, estruturada por entradas (cada uma correspondente a um surto identificado, com a respetiva contextualização e análise). Organizaremos, também, as informações em quadros e em mapas (ilustrativos das intervenções de higiene empreendidas, dos locais de enterramento e das casas para as vítimas de peste, das guardas e dos locais de quarentena). A elaboração destas figuras permitir-nos-á visualizar os dados compilados com maior clareza, as suas tendências e os cuidados a ter ao longo da redação, etapa final deste processo.

⁵⁹ Nomeadamente de crónicas: Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, int. Humberto Baquero Moreno, pref. António Sérgio, vol. 1 (Porto: Livraria Civilização-Editora, 1990); *Idem, Crónica de D. João I*, ed. M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, vol. 2 (Porto: Livraria Civilização-Editora, 1991); Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915); Rui de Pina, *Crónicas de Rui de Pina: D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, int. e rev. Manuel Lopes de Almeida (Porto: Lello & Irmão – Editores, 1977); Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, ed. Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991); Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, anot. e pref. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926). Consultámos outra literatura adicional: Dom Duarte, *Leal Conselheiro o Qual Fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*, ed. Joseph M. Piel (Lisboa: Livraria Bertrand, 1942); Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*, fixação do texto e estudo de Aida Fernanda Dias (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990-1993); *Regimento proveitoso contra a pestilença*, ed. e estudo José Barbosa Machado (Braga: Vercial, 2010).

⁶⁰ Os dados arqueológicos permitem identificar locais de enterro de “empestados”: Maria Margarida Ataíde Nunes, “A morte em Lisboa na Idade Média. Contributo arqueológico (séculos XII a XV)” (Tese de Doutoramento em História, Especialização em Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa). Veja-se, também, a descoberta de uma vala comum associada à antiga Ermida de São Roque, possivelmente destinada ao enterramento de vítimas de peste na primeira metade do século XVI: Maria Moreira Baptista de Magalhães Ramalho, “Memórias e vestígios arqueológicos de quatro casas religiosas de Lisboa: Convento de São Francisco, Casa Professa de São Roque, Casa do Espírito Santo da Pedreira e Convento do Santíssimo Sacramento,” *Revista de História da Arte* 5 (2016): 119-137, <http://hdl.handle.net/10362/118273>.

Sem embargo, as fases da heurística e da hermenêutica não se revelaram isentas de desafios. Desde logo, confrontámo-nos com a escassez de referências diretas à peste entre os anos que medeiam entre a eclosão da Peste Negra em Portugal e o reinado de D. João II. Embora Lisboa seja a cidade mais bem documentada ao nível do reino, perderam-se fontes significativas, como os livros de acórdãos da vereação, que só nos chegaram a partir dos finais de Quatrocentos e não fornecem dados relevantes para esta investigação. Por sua vez, as atas da vereação disponíveis para outras vilas e cidades, como o Porto⁶¹ ou Vila do Conde⁶², evidenciam respostas camarárias à peste para esta cronologia e, inclusive, para décadas anteriores. Além disso, não sobreviveram, para este período, arrolamentos de óbitos, como os *libri dei morti* das cidades norte-italianas⁶³, ou registos paroquiais⁶⁴ que permitissem uma aproximação aos impactos demográficos dos surtos ou à distribuição da mortalidade, pelo que nos abstermos de desenvolver estes aspetos.

Adicionalmente, o *corpus* documental compulsado apresenta assimetrias ao nível das tipologias documentais e dos respetivos produtores. Até 1500, predomina, sobretudo, a documentação emitida pelo rei, na forma de missivas enviadas à câmara. Depois dessa data, passamos a dispor de mais documentação emitida pelo concelho, que nos fornece outras informações relevantes.

Apesar das dificuldades listadas, a construção deste “puzzle” é necessária para alcançar uma compreensão mais ampla sobre esta matéria. Se não dispomos de algumas fontes que poderiam ser-nos úteis, a verdade é que a documentação em mãos também põe a descoberto vários aspetos sobre a peste que apenas emergem superficialmente ou que não são sequer visados para outros núcleos urbanos. Reportamo-nos às estratégias de defesa portuária que, para esta altura, nos parecem ser mais complexas e precoces em Lisboa no que toca ao recurso a sinalética e à realização de

⁶¹ Ferraz e Monteiro, “Notas sobre a peste,” 155-166; Barros, *A morte que vinha do mar*; Marco Alexandre Ribeiro, “As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488. Leitura Paleográfica, Publicação e Estudo Prévio” (Dissertação de mestrado, FLUP, 2019); Carla Susana Barbas dos Ramos, “A Administração Municipal e as Vereações do Porto de 1500 a 1504” (Dissertação de mestrado, FLUP, 1997); Cristina Isabel de Oliveira Gomes Ferreira, “A vereação da cidade do Porto: 1512/1514” (Dissertação de mestrado, FLUP, 1997).

⁶² Marques, “A administração municipal,” 43-48.

⁶³ Ann G. Carmichael, “The Forensic Tradition in Milan’s Civic Mortality Registers,” *Journal of Early Modern Studies* (2022): 1-23; *Idem*, *Plague and the poor*, 27-28.

⁶⁴ Pere Benito Monclús *et al.*, “Assessing epidemic outbreaks in late medieval Catalonia (1348-1530): from communities to family units”, *The History of the Family* 30, nº 3 (2025): 378, <https://doi.org/10.1080/1081602X.2025.2532437>.

visitas sanitárias, do que, por exemplo, no caso do Porto⁶⁵ ou do Funchal⁶⁶. Descobrem-se, para Lisboa, até ao momento, vestígios de estruturas que possam ter albergado doentes de peste, como a Torre de Pero do Sem, no Porto⁶⁷; porém, apurámos informações mais detalhadas acerca da organização e administração destes espaços, bem como do seu pessoal. Finalmente, importa reforçar a singularidade da comunicação política entre os poderes central e local, e até do envolvimento da Coroa nesta esfera, que não é tão notório noutras vilas e cidades, tanto dentro como fora do reino, ocorrendo, geralmente, numa fase mais tardia⁶⁸. Tudo isto confere a Lisboa particularidades que carecem ainda de ser exploradas.

Hipóteses e conclusões provisórias

Na senda da investigação em curso, têm-se vindo quer a reforçar noções pré-existentes, quer a formular novas hipóteses por explorar.

Alguns autores observaram, de forma global, a progressiva complexificação das respostas epidémicas ao longo da Baixa Idade Média e da época moderna⁶⁹. Dentro da cronologia em estudo, e conquanto estejamos condicionados pela maior disponibilidade documental para o seu final, esta tendência parece constatar-se⁷⁰. Vemo-la na ampliação do sistema de defesa sanitária na embocadura do Tejo e no perímetro terrestre da cidade, ou na ambição de D. Manuel em criar um edifício permanente para receber os doentes de peste⁷¹, em oposição às infraestruturas provisórias que até então se adaptavam ou construíam para este fim.

⁶⁵ No Porto, por exemplo, o sistema de comunicação por bandeiras só se desenvolve num século XVI já bem avançado; o mesmo quanto às visitas sanitárias, que na altura que nos ocupa ainda não se faziam de modo categórico em Lisboa, mas temos indícios mais precoces da sua existência (Barros, *A morte que vinha do mar*, 83-129; *Idem, Porto: a construção de um espaço marítimo*, 123-161).

⁶⁶ Para este período, também não subsistiram vestígios desta prática nas atas da Câmara do Funchal (José Pereira da Costa, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal*, 3 vols. (Funchal: CEHA; SRTC, 1995-2002); Gonçalves, “Enfrentar a peste,” 341-363.

⁶⁷ Pina, “A medicina portuense,” 72; Tavares, “A política municipal,” 24-25; Barros, *A morte que vinha do mar*, 109; *Idem, Porto: a construção de um espaço marítimo*, 142-143.

⁶⁸ Sobre este assunto, veja-se, entre outros, Bowers, *Plague and public health*, 90-99. Em Inglaterra, esta intervenção surgiu, pela primeira vez, em 1518, de acordo com Paul Slack, *The impact of plague in Tudor and Stuart England* (Londres: Routledge & Kegan, 1985), 199-226.

⁶⁹ Entre outros, cf. Jon Arrizabalaga, “Discurso y práctica médicos frente a la peste en la Europa Bajomedieval y Moderna”, *Revista de Historia Moderna*, n.º 17 (1998-1999): 17, <http://hdl.handle.net/10045/4763>.

⁷⁰ Naturalmente, esta predisposição extravasa a cronologia aqui contemplada.

⁷¹ Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico (AML-AH), Provimto da Saúde, Livro 1º do provimento da saúde, fls. 65-66v; Oliveira, *Elementos para a história*, t. I, 1ª pt.: 452-512; Pinho, “A casa dos doentes,” 196-198.

Sublinhámos já a ingerência do poder régio no funcionamento e prerrogativas municipais, fator extensível ao domínio da saúde urbana. Esta atuação fez-se notar, entre outros aspetos, no estabelecimento, administração e provimento das infraestruturas para o tratamento e acolhimento de doentes de peste, bem como na determinação dos locais para o cumprimento de quarentenas, e na imposição de apaniguados régios na gestão local, incluindo nestas esferas.

Outro elemento notório tem sido a agudização e a urgência da comunicação entre os monarcas e o concelho em circunstâncias de peste, explícitas tanto no discurso régio, como na rapidez com que as cartas eram entregues à câmara. A deflagração de surtos forçou a corte a abandonar Lisboa em vários momentos; ainda assim, em algumas ocasiões os reis dirigiam-se à cidade a partir de locais na sua proximidade, que desfrutavam de rápidos acessos à urbe, facilitando a comunicação nestes momentos⁷².

Os dados apresentados são ainda preliminares, e subsistem várias questões por esclarecer. Acreditamos, no entanto, que o cruzamento e o estudo sistemático das fontes elencadas será pertinente para compreender pormenorizadamente os impactos e as estratégias de combate à peste na “cabeça do reino”. Mais do que uma simples abordagem das medidas sanitárias, estas especiais circunstâncias permitem-nos observar, em profundidade, uma comunicação política em torno da saúde. Esta caracteriza-se, em última instância, pela diversidade de respostas, reações, meios e agentes que se entrecruzam numa Lisboa em contínuo crescimento nos finais da Idade Média.

⁷² Assinalado por António Borges Coelho, “D. João II (1455-1495): esboços para um retrato”, *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa* 1 (1996): 40. Sobre este assunto, consulte-se também: Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de el-rei D. João II (1481-1495)* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993); Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia, *Itinerários do rei D. Manuel I* (Lisboa: Edições Colibri; Academia Portuguesa da História, 2022).

Las clarisas de Palencia y sus patronos. Notas para el estudio del primer panteón del linaje Enríquez

María Carrión Longarela

Universidade de Santiago de Compostela

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inca4>

Resumen

En esta contribución se pretende realizar una propuesta de estudio sobre el patronazgo de la familia Enríquez, almirantes de Castilla, en el convento de Santa Clara de Palencia, el primer panteón de este linaje. Para abordar el conjunto arquitectónico y artístico en este espacio de espiritualidad femenina, imágenes y objetos son las fuentes primarias. Se debe contextualizar el convento y contemplar sus usos y públicos. Por ello, se atenderá tanto a los intereses de legitimación de la familia Enríquez y la relación del edificio con la villa de Palencia; como al rol de la comunidad de clarisas, intercesoras por las almas de sus patronos y a su vez miembros de la familia del almirantazgo. El reducido número de fuentes, así como las limitaciones para su consulta y para el acceso la clausura conventual, todavía habitada, son algunas de las problemáticas que condicionan esta investigación y requieren una observación más detallada.

Palabras-clave: Patronazgo Nobiliario; Arte Funerario; Segunda Orden Franciscana; Cultura visual

Abstract

The aim of this contribution is to propose a study on the patronage of the Enríquez family, Admirals of Castile, in the Convent of Santa Clara in Palencia, the first pantheon of this lineage. To examine the architectural and artistic ensemble in this space of female spirituality, images and objects will serve as the primary sources. The convent must be contextualized, and its uses and audiences considered. Therefore, attention will be given both to the Enríquez family's interests in legitimization and the relationship of the building with the village of Palencia, as well as to the role of the community of Poor Clare nuns—intercessors for the souls of their patrons and themselves members of the admiralty family. The limited number of sources, the constraints on consulting them, and the difficulties concerning the access to

the convent's enclosure, still inhabited, are among the issues that condition this research and deserve a detailed observation.

Keywords: Noble Patronage; Funerary Art; Second Franciscan Order; Visual culture

Introducción

El punto de partida de este proyecto de tesis doctoral es el patronazgo de la familia Enríquez sobre el convento de las Claras de Palencia dentro de la cronología en que su iglesia fue panteón de la estirpe de los almirantes de Castilla desde el siglo XV hasta 1510. Don Alfonso Enríquez (+1429), iniciador del linaje, era sobrino por vía natural del monarca Enrique II y escogió como lugar de sepultura este convento, promovido inicialmente por el mismo monarca Trastámara y su esposa Juana Manuel. En su capilla mayor se enterraron algunos almirantes con sus esposas, disponiendo un extravagante sepulcro con forma de nave del que dan cuenta las fuentes.

Algunos objetivos iniciales son: realizar un estudio arquitectónico de la iglesia y las dependencias en clausura; profundizar en el conjunto funerario perdido y en el papel mediador de las fuentes; y abordar espacios e imágenes devocionales en relación con las prácticas litúrgicas de la comunidad de monjas. El enfoque parte del ámbito de la historia del arte y concretamente se enmarca en el estudio de la imagen que concibe el artefacto visual y los elementos materiales como fuentes primarias. Algunos referentes que enmarcan metodológicamente el proyecto son los trabajos acerca de la muerte bajomedieval desde la historia de las mentalidades; así como las aportaciones del giro icónico que han destacado el valor comunicativo de las imágenes y su poder, no supeditado al texto. Del giro litúrgico se toma la atención a los usos y funciones de espacios religiosos. Por último, la reciente atención historiográfica a la memoria y los lugares de recuerdo es de utilidad para la reflexión acerca del legado póstumo de los Enríquez y su perdurabilidad en el tiempo.

Para acceder a las múltiples capas de significado de los espacios y piezas cabe atender al papel de la imagen para modelar una realidad y configurar visualmente el linaje. Además, el estudio arquitectónico debe complementarse con el de la genealogía Enríquez, en especial la femenina, más desatendida, pero de gran presencia en lo que respecta al convento palentino. Se pretende articular el contenido en función de los espacios que conforman el convento (iglesia, coro, claustro...) yendo de lo particular a lo general, poniendo en relación este caso de estudio con las prácticas espirituales y las estrategias de promoción de la nobleza castellana bajomedieval. Así, el convento de las clarisas palentinas se comprenderá dentro de su especificidad, pero como parte integrante de una sociedad ritualizada. Con este enfoque de conjunto se busca integrar esta fundación dentro de la red arquitectónica del linaje de

los almirantes y, sobre todo, aproximarse a la configuración de una memoria familiar materializada en un espacio concreto y custodiada por la comunidad de clarisas.

Elección del tema, problemas, objetivos, cronología y espacio

El proyecto de tesis doctoral: *El patronazgo de los Enríquez, almirantes de Castilla, en el convento de Santa Clara de Palencia. Culto, imágenes y devociones laicas* tiene como núcleo de estudio el convento de la segunda orden franciscana, las clarisas, en la capital palentina desde sus orígenes constructivos (siglos XIV-XVI). Este edificio se abordará con relación a la familia Enríquez, almirantes de Castilla, patronos de este espacio desde un momento indeterminado de comienzos del siglo XV hasta la desaparición de la dignidad del almirantazgo y el agotamiento de la estirpe en 1704. Como era costumbre, la nobleza castellana patrocinó numerosos conventos mendicantes con vistas a erigir en ellos imponentes conjuntos funerarios a mayor gloria de su estirpe¹.

El objetivo de estos dispositivos funerarios era doble, por una parte, encomendándose a las oraciones de los mendicantes, las familias obtenían garantías de alcanzar el Paraíso acelerando su paso por el Purgatorio; y, por otro lado, los ingentes sepulcros, ubicados en lugares próximos a la capilla mayor o en el coro de la comunidad, servían para recordar la imagen y poder de los patronos, la fama terrena de su parentela, una vez la muerte les arrebatase su cuerpo². En línea con lo segundo, el panteón constituye una de las formas de autodefinición del linaje, y en el caso de los Enríquez, su ubicación en Santa Clara de Palencia responde a necesidades de legitimación de la nueva nobleza trastamarista tras el enfrentamiento dinástico entre don Enrique II y su hermanastro don Pedro I entre 1351 y 1369. La fundación de las clarisas de Palencia se debe precisamente a los monarcas Enrique II y doña Juana Manuel, y su ubicación fue fruto de las consecuencias nefastas de la contienda.

¹ Sobre las imágenes de la muerte y los métodos para abordarlas transgrediendo las fronteras de las periodizaciones históricas destaca el reciente volumen: Stephen Perkinson, Noa Turel, *Picturing Death 1200-1600* (Leiden/Boston: Brill, 2021). Para el caso castellano: Joaquín Yarza Luaces, "La capilla funeraria hispana en torno a 1400", in *La idea y el sentimiento de la muerte en la historia y en el arte de la Edad Media*, coords. M. Núñez Rodríguez and E. Portela Silva (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, 1988), 67-92; del mismo autor: "La imagen del rey y la imagen del noble en el siglo XV castellano", in *Realidad e imágenes de poder. España a fines de la Edad Media*, coord. A. Rucquoi (Valladolid: Ámbito, 1988) 267-291.

² Sobre la escatología medieval: Jacques Le Goff, *El nacimiento del purgatorio* (Madrid: Taurus, 1981); Jacques Chiffolleau, *La comptabilité de l'au delà. Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age* (Rome: Ecole Française de Rome, 1980); y para el caso castellano: Ariel Guance, *Los discursos sobre la muerte en la Castilla medieval: (siglos VII-XV)* (Valladolid: Junta de Castilla y León, 1998).

La comunidad de clarisas de Reinoso de Cerrato fue violentada por las huestes de Bertrand du Guesclin, aliado de Enrique II, que habrían dejado el convento en pésimas condiciones. Por tanto, como deuda espiritual, el nuevo monarca Trastámara y, con especial interés, su esposa, Juana Manuel, adquieren unas casas en Palencia, en la calle de Burgos, dentro de la parroquia de San Lázaro, para trasladar a esa comunidad de religiosas. A pesar de las reticencias iniciales con el cabildo palentino, una concordia del siglo XIV confirma que en 1378 el traslado de la comunidad ya sería efectivo³. Si bien, precisamente, la falta de datos fehacientes acerca de los años fundacionales, fechas de consagración e inicios constructivos del convento, ya suponen un primer problema para la aproximación y estudio del edificio⁴.

Paralelamente, del hermano de don Enrique II, don Fadrique, maestre de Santiago (†1358), nace por vía natural don Alfonso, que en su juventud adoptó el apellido Enríquez e inicia una estirpe llamada a tener un gran papel en la corte castellana⁵. El ascenso de don Alfonso se debió a sus éxitos militares y a las mercedes de su tío. En 1405 le fue dado el título de almirante, desde ese momento hereditario, y en una fecha desconocida recibirá bajo su patronazgo el convento de Santa Clara de Palencia⁶. Las raíces regias de la dinastía quedan así integradas en este edificio, que prácticamente desde los inicios de su fábrica constructiva, pasó a ser el primer panteón de los almirantes.

³ En 1378 se firma una concordia entre el cabildo de la catedral de Palencia y la comunidad de clarisas por las desavenencias que existían entre ambos en relación con la titularidad de los terrenos con los que lindaba el convento y la celebración del oficio de difuntos, cuya recaudación perjudicaba a la sede episcopal. En el documento se clarifica el lugar destinado a la construcción del monasterio “en la carrera que lleva a la iglesia de San Lázaro”. Entre otras cláusulas, la abadesa y la comunidad quedaban sometidas a la jurisdicción del obispo. Documento transcrito en Manuel de Castro y Castro, *Real Monasterio de Santa Clara de Palencia II. Apéndice Documental* (Palencia: Institución Tello Téllez de Meneses, Diputación, 1983), 7-11.

⁴ Las fuentes franciscanas que informan sobre los orígenes del convento no son claras al respecto y ofrecen diferentes versiones en torno a su patronazgo. Francesco Gonzaga, *De origine Seraphicae religionis Franciscanae eiusque progressibus, de regularis observantiae institutione, forma administrationis ac legibus, admirabilique eius propagatione. Tertia pars* (Roma: Dominici Basae, 1587), 887; Luca Waddingo Hiberno, *Annales Minorum seu trium ordinum A. S. Francisco institutorum. Tomus octavus*, ed. José María Fonseca (Roma: Bernabo, 1733), 287-289.

⁵ No hay constancia documental acerca del momento en que el convento pasó a estar bajo la protección de don Alfonso Enríquez, aunque cabe señalar que un gran número de las tierras y villas que integran el mayorazgo de los almirantes se debieron a donaciones reales. Esta debió de ser la vía por la que debieron obtener el convento. Pascual Martínez Sopena, *El señorío de Medina de Rioseco bajo el almirante Alfonso Enríquez: 1389-1430* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 1977).

⁶ Manuel de Castro y Castro, *El Real Monasterio de Santa Clara de Palencia y los Enríquez, Almirantes de Castilla* (Palencia: Institución Tello Téllez de Meneses, Diputación, 1982), 55.

El interés del convento como conjunto funerario implica abordar una realidad fragmentada y modificada a lo largo del tiempo. Aunque la iglesia conserva el espacio medieval (aún con reformas menores que afectan, sobre todo, a los vanos), de los túmulos de los almirantes no ha quedado ningún rastro material, por lo que nos enfrentamos a una memoria incompleta, un panteón sin sepulcros. Asimismo, las estancias conventuales, como corresponde a un lugar habitado, han sido intensamente transformadas, aunque en el coro y en el claustro se encuentran importantes vestigios tardogóticos. El suelo del coro y de la iglesia ha sido recrecido y entarimado, sin una prospección arqueológica documentada que permita ubicar con seguridad los cuerpos allí enterrados, o localizar algún fragmento del desaparecido sepulcro.

El patrimonio mueble medieval ha desaparecido casi en su totalidad o ha sido desplazado a numerosos destinos, algunos inciertos. Piezas como el artesanado del coro, conjuntos de alfombras donadas por los almirantes, y varias tablas góticas, fueron trasladadas por la Comisión General de Monumentos en el siglo XIX a Madrid, o vendidas⁷. El Museo Arqueológico Nacional de Madrid conserva, por ejemplo, fragmentos de la sillería de coro, o de una balaustrada gótica. Sin embargo, diversas piezas se encuentran dispersas en varios museos internacionales (Philadelphia Art Museum; Metropolitan Museum de Nueva York; Musée des Beaux-Arts de Lyon, Art Institute Chicago); y otras menos afortunadas están en paradero desconocido. Un evidente patrimonio disperso en el que el estudio de proveniencia de las piezas es complejo de realizar y que complica la contextualización espacial de cada objeto dentro de su hogar original, Santa Clara de Palencia.

Por otro lado, como destaca P. Martínez Sopena, los fondos documentales relativos a los Enríquez han sufrido una intensa merma debido a su traslado a Italia con razón de las enemistades de los últimos almirantes con la Corona Española. Su archivo también se vio afectado por un incendio⁸. La colección Salazar y Castro en el Archivo Histórico Nacional es el fondo documental disponible para trabajar sobre la familia Enríquez. Testamentos, contratos matrimoniales se encuentran allí conservados, y afortunadamente existe numerosa documentación ya transcrita y publicada.

Como el foco del proyecto es el convento de las Claras, ello añade otra dificultad al tratarse de un edificio en el que todavía reside la comunidad en clausura. Se trata

⁷ Museo Arqueológico Nacional (M.A.N.), Juan de Rada y Delgado y Juan de Malibrán. Memoria que presentan al Excmo. Sr. Ministro de Fomento, dando cuenta de los trabajos practicados y adquisiciones hechas para el Museo Arqueológico Nacional, cumpliendo con la comisión que para ello les fue conferida, 1871.

⁸ La documentación más abundante se encuentra en el Archivo Histórico de la Nobleza en Toledo (A.H.N.) como recoge: Pascual Martínez Sopena, *El señorío de Medina de Rioseco bajo el almirante Alfonso Enríquez: 1389-1430* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 1977), 13-14.

de un espacio de habitación y de culto de uso continuado, pues la iglesia es lugar de adoración perpetua, lo que dificulta la toma de fotografías, tanto por la iluminación como por el tránsito y la actividad cultural que allí sucede ininterrumpidamente. Al mismo tiempo, la estricta clausura que observa la orden de Santa Clara condiciona la entrada al convento y, por añadido, a su archivo. Este acceso a las fuentes (materiales y documentales) resulta, por tanto, limitado y depende de la voluntad de la comunidad de religiosas que lo custodia y habita.

En cuanto a los problemas que se observan en los antecedentes historiográficos, el estudio de los Enríquez no cuenta con una completa investigación de su patrimonio, ni mueble ni inmueble, y los monográficos sobre ellos abarcan generaciones concretas de la estirpe, presentando numerosas lagunas. El estudio más completo relacionado con Santa Clara de Palencia es el citado de Manuel de Castro y Castro, con un solvente estudio documental e histórico, una base sólida sobre la que trabajar, si bien, se trata de un enfoque alejado de la historia del arte y de las líneas historiográficas actuales⁹.

Los principales objetivos de este proyecto son:

- Realizar un estudio arquitectónico actualizado de la iglesia y las dependencias medievales del convento. Además de la labor de los primeros almirantes, se tendrá en cuenta el patronazgo femenino de sus esposas y de aquellas monjas de su mismo linaje.
- Recabar más datos acerca del conjunto funerario y abordar el discurso que la historiografía y la tradición han ido creando a su alrededor. Ante la imposibilidad de reconstruir el monumento funerario se rastrearán las posibles fuentes textuales, planteando eventualmente comparaciones con otros casos que puedan dar alguna clave sobre la excepcional forma de nave que tendría el sepulcro.
- Abordar la cultura material del convento, desde el patrimonio mueble conservado, a aquellas piezas desaparecidas. Se tratará, en la medida de lo posible, de contextualizar los objetos dentro de sus usos y funciones y de establecer la eventual relación con los Enríquez y su estrategia de promoción del linaje.
- Relacionar los anteriores espacios y las imágenes devocionales conservadas con el culto y la liturgia de la congregación de clarisas.

El marco cronológico abarcaba inicialmente desde la fundación del convento en suelo palentino, hasta el cambio de panteón de Palencia a San Francisco de Medina de Rioseco, centro del señorío de los Enríquez hacia comienzos del siglo XVI¹⁰. Si

⁹ En el apartado dedicado a la historiografía se profundizará en esta cuestión.

¹⁰ Esteban García Chico, *La orden franciscana en Medina de Rioseco* (Valladolid: Boletín de la Academia de Bellas Artes de Valladolid, 1991).

bien, elementos anexos como la capilla del Santísimo Cristo, a los pies de la iglesia en el lado del evangelio, plantean una datación posterior a 1500. Su devoción en época moderna es parte de la recepción de una imagen de Cristo medieval que resulta de interés por su leyenda vinculada al almirante don Alfonso (†1431).

Asimismo, la reforma del cardenal Cisneros, el potencial impacto del Concilio de Trento, o que ciertos miembros femeninos Enríquez fuesen especialmente próximos al convento palentino (como María de Velasco, esposa del tercer almirante fallecida aquí en 1505) motivan la extensión de los límites cronológicos del trabajo hasta el primer tercio del siglo XVI. Por otro lado, las continuidades de la vida en clausura suponen ciertas conexiones de este pasado medieval con los usos actuales de las piezas y con el valor de la tradición que la comunidad de monjas sigue transmitiendo actualmente. Por ello, aunque el objeto sea el panteón Enríquez y la fundación medieval, la recepción de las piezas medievales fruto de sus donaciones y el espacio a través de su historia son elementos que merecen atención¹¹.

Encuadre historiográfico

El presente proyecto pretende ofrecer un enfoque del convento desde la historia del arte y, concretamente, desde el estudio de la imagen partiendo de la amplia conceptualización proporcionada por Hans Belting, alejada de la teoría de los estilos¹². Conviene atender al poder retórico de las imágenes, ya sean esculpidas, pintadas o construidas¹³. Si bien, el objeto de estudio y su casuística particular: espacio funerario, de devoción franciscana y ubicado en el contexto castellano del siglo XV, implican a diversas líneas historiográficas.

Patronazgo nobiliario

El título de esta contribución indica ya la relación de este estudio con los enfoques que han relacionado las diferentes estirpes nobiliarias con su patrimonio y sus fundaciones piadosas. Arquitectura y objetos muebles articulan en palacios y conjuntos funerarios escenarios de poder que configuran una imagen de cada linaje. Los ricos materiales empleados, amueblamiento de los espacios con ingentes artesonados y tapices, e incluso el diseño del blasón deben entenderse como elementos de

¹¹ Georges Didi-Huberman, *Ante el tiempo : historia del arte y anacronismo de las imágenes* (Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2011).

¹² El concepto de imagen desborda los límites impuestos por las categorías artísticas y cabe comprenderlo desde una perspectiva antropológica: “Vivimos con imágenes y entendemos el mundo en imágenes”. Hans Belting, *Antropología de la imagen* (Buenos Aires: Katz, 2007), 13-23.

¹³ Ver los capítulos: “La imagen construida” y “la imagen esculpida” en: Lucía Lahoz Gutiérrez, *La imagen y su contexto cultural. La iconografía medieval* (Madrid: Síntesis, 2022), 113-150.

configuración de escenografías del poder, incluso en espacios sacros. Para el caso castellano dentro de los estudios sobre patronazgo nobiliario y la arquitectura, destaca el estudio de Joaquín Yarza sobre este mismo convento: “Las Clarisas en Palencia”, entre otros trabajos¹⁴. La aproximación de Felipe Pereda a las imágenes bajomedievales castellanas es también un referente para la imagen nobiliaria bajomedieval castellana, en concreto para las devociones de la familia Velasco¹⁵. Dentro de los estudios concretos de conjuntos nobiliarios destaca Lucía Lahoz para el canciller López de Ayala entre una larga lista de aportaciones. Recientemente, María Teresa Chicote o Elena Paulino han abordado los casos de estudio del patronazgo de otras poderosas familias castellanas y sus núcleos de poder¹⁶.

La atención al patronazgo femenino es fundamental en este trabajo, pues las fundaciones pías, no son solamente favorecidas materialmente y encargadas por nobles mujeres, sino que devienen en medios para ejercer el denominado poder en red. Numerosas investigaciones que se han llevado a cabo y continúan realizándose en los estudios medievales en el ámbito europeo e ibérico, han puesto de manifiesto los campos de acción del poder femenino, ya sea por parte de monarcas, abadesas o nobles damas¹⁷.

Muerte fama y memoria

Por otra parte, en relación con el contexto funerario, los estudios desde la Escuela de los Annales y la denominada “historia de las mentalidades” han permitido la

¹⁴ Joaquín Yarza Luaces, “Las clarisas en Palencia”, in *I Jornadas del Arte de las Órdenes Religiosas en Palencia* (Palencia: Diputación Provincial, 1990) 149-180 y *La nobleza ante el rey. Los grandes linajes castellanos y el arte en el siglo XV* (Madrid: Ediciones El Viso Iberdrola, 2003).

¹⁵ Felipe Pereda, *Las imágenes de la discordia: política y poética de la imagen sagrada en la España del cuatrocientos* (Madrid: Marcial Pons, 2007). Felipe Pereda, Alfonso Rodríguez G. de Ceballos, ““Coeli enarrant gloriam dei”. Arquitectura, iconografía y liturgia en la capilla de los Condestables de la Catedral de Burgos”, *Annali di Architettura. Rivista del Centro Internazionale di Studi di Architettura Andrea Palladio* 9 (1997): 17-34.

¹⁶ Lucía Lahoz Gutiérrez, “En torno al panteón de don Fernán Pérez de Ayala,” *Sancho el Sabio* 5 (1995): 285-298; Elena Paulino Montero, *Arquitectura y nobleza en la Castilla Bajomedieval. El patrocinio de los Velasco entre al-Andalus y Europa* (Madrid: La Ergástula, 2020); María Teresa Chicote Pompanin, “Adapting a Pantheon to a Lineage's Memory. The Collegiate Church of Belmonte and the Marquises of Villena”, *Codex aquilarensis: Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa María la Real* 34 (2018): 197-212.

¹⁷ June Hall McCash (ed.), *The Cultural Patronage of Medieval Women* (Athens: University of Georgia Press, 1996), 1-50. Therese Martin, *Reassessing the Roles of Women as “makers” of Medieval Art and Architecture* (Leiden: Brill, 2012). Diana Pelaz Flores, *Poder y representación de la reina en la corona de Castilla (1418-1496)* (Valladolid, Junta de Castilla y León, 2017). Sonia Caballero Escamilla, *María Dávila, una dama de la reina Isabel. Promoción artística y devoción* (Ávila: Institución Gran Duque de Alba, 2010).

aproximación al fenómeno de la muerte y a las diferentes actitudes frente a ella, desde sufragios, estrategias del buen morir, filiaciones devocionales... A este respecto cabe recordar, a Jacques Le Goff y Jacques Chiffolleau como referentes para la visión escatológica de la vida y la mediación de los santos, así como el concepto de “muerte propia” acuñado por Philippe Ariès. Si bien, abogando por una atención mayor la aproximación documental a los ritos de tránsito y espiritualidad del morir es de obligada mención la contribución de Michel Vovelle¹⁸. En el ámbito castellano destacan Ariel Guance y Manuel Núñez, que recoge la línea francófona de la denominada historia de las mentalidades¹⁹. Próximo a esta escuela, las categorías de Arón Guriévich, son sugerentes a la hora de situar la construcción del tiempo escatológico y los tiempos de la vida y muerte medievales, donde el designio divino se entrelaza con la fama humana y el tiempo terrenal²⁰.

La *performance* del ritual funerario ha ido cobrando valor, y es que además del estudio tipológico e iconográfico, es preciso situar los monumentos funerarios, en conjunto y en acción, como parte de los ritos para los que fueron destinados²¹. Las misas de difuntos, los lugares de enterramiento, próximos a los altares, y las prácticas del morir, deben contemplarse al unísono a la hora de abordar cualquier conjunto funerario, como sugiere el volumen *Picturing Death* en las contribuciones que recoge²².

Desde la historiografía actual, el concepto de relato lineal está siendo replanteado con conceptos como la heterocronía y la adopción de enfoques anacrónicos centrados en la recepción de las piezas en cada periodo histórico²³. Tratándose Santa

¹⁸ Philippe Ariès, *El hombre ante la muerte* (Madrid: Taurus, 1983); Michael Vovelle, *La mort et l'Occident de 1300 à nos jours* (París: Gallimard, 1983).

¹⁹ Ver las referencias de las notas 1 y 2.

²⁰ Arón Guriévich, *Las categorías de la cultura medieval* (Madrid: Taurus, 1990).

²¹ María Jesús Gómez Bárcena, “La liturgia de los funerales y su repercusión en la escultura gótica funeraria en Castilla”, in *La idea y el sentimiento de la muerte en la historia y en el arte de la Edad Media*, coords. M. Núñez Rodríguez and E. Portela Silva (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago, 1988), 31-50. Rocío Sánchez Ameijeiras, “Monumenta et memoriae: the thirteenth-century episcopal pantheon of León Cathedral”, in *Memory and the Medieval Tomb*, eds. Carol Stamatidis y Elizabeth Valdez (Aldershot: Ashgate, 2000), 269-300.

²² Stephen Perkinson, Noa Turel, *Picturing Death 1200-1600* (Leiden/Boston: Brill, 2021), 1-9. Un reciente ejercicio metodológico muy sugerente sobre la riqueza de un panteón funerario desmembrado y fragmentado en el tiempo, como es el de las tumbas del panteón real de la catedral de Santiago de Compostela, lo ofrece: Rocío Sánchez Ameijeiras, *Conversaciones en la catedral. Sobre estética, política y conmemoración regia en torno a 1200* (Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2025).

²³ Keith Moxey, *El tiempo de lo visual. La imagen en la historia* (Barcelona, Buenos Aires: Sans Soleil, 2015), 75-92. “La imagen no se reduce a un mero acontecimiento del pasado ni a un bloque de eternidad despojado de las condiciones de ese devenir. (...) en el presente del objeto resurge

Clara de Palencia de un espacio habitado de uso prolongado en el tiempo, la aproximación a estas líneas de investigación permite trazar hilos que atraviesan el pasado medieval del convento hasta la actualidad, poniendo de manifiesto continuidades y cambios que merecen, igualmente, ser atendidos. Del mismo modo, la memoria como concepto transhistórico está muy presente en este trabajo, centrado, por una parte, en la construcción del recuerdo póstumo del linaje Enríquez, y por otro, en su perdurabilidad, en los vestigios remanentes que permiten estudiarla. Por tanto, los trabajos del “giro memorial” que valora soportes materiales y espacios como depósitos de una memoria que se activa y reinventa a lo largo del tiempo, también deben ser considerados²⁴.

Teoría de la imagen. Lo visual como fuente

El denominado giro icónico ha motivado la aproximación a los objetos y espacios considerándolos bajo el ambiguo y difuso término de imagen. Además de estudios concretos aplicados al periodo medieval, los ámbitos de la *Bildwissenschaft* o los *Visual Studies* se han interesado por comprender este término de imagen como medio propio, no equiparable al medio textual y cuyo componente visual es capaz de evocar una presencia y establece una relación con el espectador a través de diferentes medios sensoriales, insustituible por medios documentales²⁵. Las aproximaciones teóricas a los objetos visuales componen una serie de constelaciones que cabe aplicar a los estudios de casos particulares. Se deben analizar las potencialidades comunicativas de lo visual, su proyección, la *mise en scène* de los objetos en el espacio sacro²⁶. Asimismo, la relación con los receptores y productores de cada pieza y objeto es fundamental para poder desentrañar la retórica de las imágenes.

Para nuestro caso de estudio, un ejemplo de la aplicación de las aportaciones de la teoría de la imagen es el concepto de blasón como “rostro-medial” que acuña Hans Belting²⁷. Del mismo modo, para el conjunto funerario perdido, se debe plantear la in-mediación visual del sepulcro de los Enríquez, insustituible por ninguna descripción textual, e irreconstruible, aunque no por ello menos relevante en su tiempo. El

la duración de un pasado latente”, Didi-Huberman, *Ante el tiempo : historia del arte y anacronismo de las imágenes* (Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2011), 17.

²⁴ Aleida Assman, *Erinnerungsräume. Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses* (Munich: C.H. Beck, 2018).

²⁵ Sobre el papel de los sentidos en la percepción del arte medieval; Éric Palazzo, “Les cinq sens au Moyen Âge : État de la question et perspectives de recherche”, *Cahiers de civilisation médiévale* 220 (2012): 339-366.

²⁶ Roland Recht, *Le croire et le voir. L'art des cathédrales (XIIe-XVe siècles)*(París: Gallimard, 1999).

²⁷ Belting, *Antropología de la imagen* (Buenos Aires: Katz, 2007), 13-23. 143-175.

conjunto va además dirigido a unos determinados públicos, (las monjas y los fieles), cuyo papel debe ser indagado²⁸.

Espiritualidad femenina y espacios de clausura

Los edificios mendicantes femeninos han recibido creciente atención historiográfica, especialmente en el ámbito germánico, aunque antes fuesen poco considerados por su poca calidad e interés artístico. En estos ámbitos monásticos destinados a las comunidades femeninas se dispone una distribución espacial llena de límites y barreras para preservar la estricta clausura y servir a variadas funciones, que no responden a una tipología concreta y pautada sino a diversos factores y casuísticas. Carola Jäggi ha abordado un amplio estudio de esta espacialidad específicamente femenina, ahondando en el núcleo de la liturgia de las monjas: el coro²⁹. La misma autora, y especialmente Jeffrey F. Hamburger han profundizado en los usos concretos de las imágenes y objetos litúrgicos dentro de espacios de clausura bajomedievales³⁰.

El catálogo de la exposición doble *Krone und Schleier* marca un hito referencial para el estudio del arte en los monasterios femeninos, abriendo líneas de investigación y contemplando ciertos aspectos claves para el tema, desde la separación de los fieles; las damas nobles; la liturgia de las horas; o la educación de las monjas³¹. Ciertas imágenes devocionales *Andachtsbilder* mantienen una relación íntima y cotidiana con las religiosas como pueden ser pequeñas tallas de santos o de Cristo, libros devocionales... A su vez estas piezas se relacionan con ciertos espacios que las dotan de significado. Por ello, es fundamental tratar de situar en estas prácticas y “manejo” de las imágenes el conjunto de material medieval de Santa Clara³².

²⁸ Sobre la inmediatez e intermediación de las imágenes: William J. T. Mitchell, *Teoría de la imagen* (Madrid: Akal, 2009), en especial el capítulo “la imagen y la esfera pública”, 315-318; del mismo autor: *What do pictures want?* (Chicago: Chicago University Press, 2005).

²⁹ Carola Jäggi, *Frauenklöster im Spätmittelalter: die Kirchen der Klarissen und Dominikanerinnen im 13. und 14. Jahrhundert* (Petersberg: Michael Imhof, 2006).

³⁰ Carola Jäggi “Dialogar con Dios: el uso de las imágenes en los conventos femeninos de dominicas en la Teutonia bajomedieval”, *Anuario de estudios medievales* 44, no. 1 (2014): 241-276, DOI: <https://doi.org/10.3989/aem.2014.44.1.08>; Jeffrey F. Hamburger, *The Visual and the Visionary* (Nueva York: Zone Books, 1998) y del mismo autor: *Nuns as Artists. The Visual Culture of a Medieval Convent* (Berkeley: University of California Press, 1997).

³¹ Jutta Frings, *Krone und Schleier: Kunst aus mittelalterlichen Frauenklöstern : Ruhrlandmuseum: die frühen Klöster und Stifte 500 - 1200 : Kunst- und Ausstellungshalle der Bundesrepublik Deutschland: die Zeit der Orden 1200 – 1500* (München: Hirmer, 2005).

³² Interesante por la metodología de estudio para las Santas Vivas y su relación con la imagen: Rebeca Sanmartín, *Staging Authority. Spanish Visionary Women and Images (1450-1550)* (Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2023).

Acerca del convento

Por último, una revisión a la historiografía local palentina, poco difundida y con un enfoque más descriptivo que analítico, permite recabar importantes datos sobre el convento y otros próximos³³. Las primeras menciones a la arquitectura de las clarisas de Palencia pertenecen a volúmenes de intención catalográfica y analizan desde la teoría de los estilos las características constructivas de la iglesia del convento³⁴. Un estudio más detallado de la fundación y la arquitectura lo encontramos dentro de la publicación dedicada a las construcciones góticas palentinas de Rafael Martínez³⁵. Como ya se ha mencionado, la contribución más conspicua dedicada a Santa Clara de Palencia es el volumen de Manuel de Castro, de amplia base documental y el único monográfico hasta la fecha³⁶. Para el arte de las clarisas el punto de partida es el artículo de Joaquín Yarza, al que se añade la reciente aportación de Diana Lucía, vinculada a la reforma observante³⁷. Varios estudios tratan de manera parcial ciertos aspectos del convento, donde cabe destacar, acerca del patronazgo femenino a I. Beceiro³⁸; y en lo referido al coro conventual, a Mercedes Pérez Vidal³⁹. Tratándose de un edificio nobiliario, aunque no se trate de una disciplina artística, el estudio de la heráldica de Manuel de Viguri proporciona interesantes noticias sobre los escudos

³³ Patricia Andrés González, *Los monasterios de clarisas en la provincia de Palencia* (Palencia: Institución Tello Téllez de Meneses, 1997).

³⁴ Vicente Lampérez y Romea, *Historia de la arquitectura cristiana en la Edad media*, vol. 3 (Madrid: Espasa-Calpe, 1930), 137-139; Leopoldo Torres Balbás, *Arquitectura gótica* (Madrid: Ed. Plus-Ultra, 1952), 165-169; Juan José Martín González y Jesús Urrea Fernández, *Inventario artístico de Palencia y su provincia*, (Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural, 1977).

³⁵ Rafael Martínez, *La Arquitectura gótica en la ciudad de Palencia (1165-1516)*. (Palencia: Diputación Provincial de Palencia, 1989), 104-118.

³⁶ Manuel de Castro y Castro, *El Real Monasterio de Santa Clara de Palencia y los Enríquez, Almirantes de Castilla* (Palencia: Institución Tello Téllez de Meneses, Diputación, 1982), 7-8.

³⁷ Diana Lucía Gómez-Chacón, "El espejo de la eternidad: arte, observancia y patronazgo femenino en Santa Clara de Palencia en el siglo XV," in *Desde el clamoroso silencio. Estudios del monacato femenino en América, Portugal y España de los orígenes a la actualidad*, eds. D. Arciello, J. Paniagua y N. Salazar (Berlín: Peter Lang, 2021), 625-656, DOI: <http://dx.doi.org/10.3726/b18419>.

³⁸ Los estudios sobre patronazgo nobiliario son muy numerosos, próximos a nuestro ámbito territorial destacamos: Isabel Beceiro Pita, Ricardo Córdoba de la Llave, *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana. Siglos XII-XV* (Madrid: C.S.I.C., 1990); Isabel Beceiro Pita, "Los conventos de clarisas y sus patronas. Medina de Pomar, Palencia y Calabazanos", *Sémata. Ciencias Sociais e Humanidades* 26 (2014): 319-341.

³⁹ Mercedes Pérez Vidal, "«Estavan todas no coro e ben cantand' e lendo». Tipologie e funzioni dei cori nei monasteri delle domenicane dal XIII al XVI secolo, con particolare riferimento alla Castiglia", in *Spaces for friars and nuns Mendicant choirs and church interiors in medieval and early modern Europe*, ed. Haude Morvan (Roma: École Française de Rome, 2022), 227-258, DOI: <https://doi.org/10.4000/books.efr.21290>

Enríquez en Palencia y Tierra de Campos⁴⁰. Sobre la familia Enríquez, la historiografía se ha centrado en su dimensión de almirantes o en la primera fase de creación de su señorío, una dimensión histórica que también se debe tener en cuenta⁴¹.

Fuentes. Variadas tipologías y diferentes posibilidades de acceso

El acceso a las fuentes es de especial dificultad en este trabajo, ya sea por la falta de ellas, el limitado acceso, o el nivel de confianza que plantean. Resulta fundamental la documentación guardada en el archivo del convento, a la que únicamente tenemos acceso actualmente mediante la colección publicada por Manuel de Castro⁴². Los testamentos de las tres primeras generaciones de almirantes y sus esposas se encuentran publicados y son documentos claves para comprender su vinculación con Santa Clara de Palencia y las posibles donaciones al mismo⁴³. De otro orden distinto, pero de gran interés para conocer las fases de reformas y modificaciones acontecidas, son los datos proporcionados en los libros de cuentas, que informan sobre modificaciones estructurales y dispendios con motivo de la realización de obras en los espacios del convento⁴⁴. Las noticias de la crónica del convento a través del *Libro Becerro* guardado en su archivo podrían igualmente proporcionar información de la

⁴⁰ Miguel de Viguri, *Heráldica palentina. Tomo I: La ciudad de Palencia* (Palencia: Diputación Provincial, 2005), 110-114; Rafael Martínez, *La Arquitectura gótica en la ciudad de Palencia (1165-1516)* (Palencia: Diputación Provincial de Palencia, 1989), 104-117.

⁴¹ José Manuel Calderón Ortega, *El almirantazgo de Castilla: Historia de una institución conflictiva* (Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2003), 73-150; Alfonso de Ceballos-Escalera y Gila, *Norma y Ceremonia de los Almirantes de Castilla* (Madrid: Universidad Camilo José Cela, 2006).

⁴² Manuel de Castro y Castro, *El Real Monasterio de Santa Clara de Palencia y los Enríquez, Almirantes de Castilla II. Apéndice Documental* (Palencia: Institución Tello Téllez de Meneses, Diputación, 1983), V-VIII. También contiene documentos transcritos de los almirantes: Esteban García Chico, *La orden franciscana en Medina de Rioseco* (Valladolid: Boletín de la Academia de Bellas Artes de Valladolid, 1991), 33-113.

⁴³ Testamentos de Alfonso Enríquez, almirante de Castilla († 1429); Juana de Mendoza (†1431) y María de Velasco († 1505) en Manuel de Castro y Castro, *Real Monasterio de Santa Clara de Palencia II. Apéndice Documental* (Palencia: Institución Tello Téllez de Meneses, Diputación, 1983), 13, 20 y 66; Carmen Muñoz de Roca Tallada. "Testamentos de doña Marina de Ayala y de don Fadrique Enríquez, segundo Almirante de Castilla", *Boletín de la Real Academia de la Historia* 123, no. 2 (1948): 561-586. Testamento del almirante Alfonso Enríquez de Quiñones (†1485): Castro, *Teresa Enríquez. La Loca del Sacramento y Gutierre de Cárdenas* (Toledo, Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos, Diputación Provincial, 1992), 253-276.

⁴⁴ En el Archivo del Monasterio de Santa Clara de Palencia (A.M.S.C.P.), Libros de cuentas; o bien en la documentación del Archivo Histórico Nacional (A.H.N.), Clero Regular, carpeta, 1729 (1444-1455); legajo 5397/5398 (1442-1836) y libro 9777/9779 (1731-1836). Los documentos guardados en el A.H.N. son donación de Francisco Simón y Nieto, miembro y presidente de la Comisión Provincial de Monumentos de Palencia (1918-1961).

vida en clausura, ritos concretos, e incluso las tradiciones transmitidas acerca de los orígenes de la fundación⁴⁵. Por otra parte, aun desde su punto de vista teórico e hipotético, los estatutos de la orden o ciertos textos devocionales extendidos en Castilla en relación con la *cura monialium* también son de obligada consulta⁴⁶.

Dentro de las fuentes secundarias, la *Silva Palentina del Arcediano* de Alcor, del siglo XVI, ya en época moderna, es la primera que hace mención al sepulcro de los almirantes con forma de nave; y así posteriormente, algunas crónicas de la orden franciscana inciden en ello⁴⁷. No obstante, para este asunto cabe ahondar en fuentes de otra clase, como memoriales del linaje que, aunque sean posteriores puedan ofrecer más datos, al menos de la transmisión de la recepción de esta pieza funeraria. Asimismo, es de interés otra variada documentación custodiada en el Archivo Histórico Provincial de Palencia (A.H.P.P.), referente al convento, en concreto dentro de la sección de protocolos⁴⁸.

Eventuales visitas pastorales, guardadas en el Archivo Histórico Diocesano de Palencia (A.H.D.P.)⁴⁹, o los testimonios de viajeros que acuden a Palencia, como los recogidos en la colección de J. García Mercadal, pueden ser ilustrativos informando acerca de curiosidades o refiriendo el estado de Santa Clara⁵⁰. Asimismo, cabe acudir a documentación gráfica, como planimetrías guardadas en el archivo conventual (las publicadas se encuentran incompletas e incluyen solamente el edificio de la iglesia) y fotografías en los fondos del Archivo Histórico Provincial de Palencia y publicaciones históricas sobre la villa que puedan arrojar luz sobre reformas recientes en el exterior⁵¹.

⁴⁵ La noticia fundacional se encuentra transcrita en: Manuel de Castro y Castro, *Real Monasterio de Santa Clara de Palencia II. Apéndice Documental* (Palencia: Institución Tello Téllez de Meneses, Diputación, 1983), 143-152.

⁴⁶ Joaquín Yarza Luaces, "Estatutos de los franciscanos", en *Fuentes y documentos para la Historia del Arte. Arte Medieval II* (Barcelona: 1982). Ignacio Omaechevarría; *Escritos de Santa Clara y documentos complementarios* (Madrid: La Editorial Católica, 1982).

⁴⁷ Alonso Fernández de Madrid, *Silva palentina*, ed. Matías Vielva y Ramón Revilla (Palencia: Diputación, 1932), 40-41.

⁴⁸ Como una relación notarial del 1654 que proporciona una completa enumeración de la heráldica dispuesta en la iglesia y la clausura, Archivo Histórico Provincial de Palencia (A.H.P.P.), Protocolos, 2709.

⁴⁹ Desde el año 2024 se está produciendo el traslado de fondos del archivo catedralicio y el archivo diocesano a una única sede. Ello dificulta la consulta de esta documentación.

⁵⁰ José García Mercadal, *Viajes de extranjeros por España y Portugal*, vol. 2 (Salamanca: Junta de Castilla y León, 1999). Más reciente resulta la recopilación de Luis Antonio Arroyo, Marina Arana, Cesáreo Pérez, *Palencia en los libros de viajes* (Palencia: Institución Tello Téllez de Meneses, Diputación Provincial, 2008).

⁵¹ José Milicua, *Palencia monumental* (Madrid: Plus Ultra, 1954) 148-153. Por ejemplo, desde la calle de Burgos se percibe la reforma intensa de la parte superior de la techumbre. La galería ("las

Metodología. La teoría aplicada al caso de estudio

En este trabajo se plantea aplicar aquellos enfoques historiográficos citados sobre nuestro caso de estudio. El punto de partida es tomar las imágenes (las piezas y los espacios) como fuentes históricas y como fuentes para escribir la historia⁵². Se abordarán la arquitectura y objetos del convento en época medieval atendiendo a los usos y funciones, pudiendo trazar conexiones con los usos actuales por parte de la comunidad monástica. El estudio de estos elementos se tratará de contextualizar debidamente en relación, por una parte, con la familia Enríquez, como comitentes y patronos (cuyo foco espacial es la iglesia); y, por otra parte, con las religiosas, custodias de la memoria de sus benefactores y habitantes de la clausura. Esta clasificación no pretende ser dualista ni mucho menos, pues en clausura habitaron numerosas Enríquez o parientes de los almirantes, no sólo como profesas, sino también durante sus periodos de viudedad. Se trata de analizar el uso funerario junto al uso para la liturgia diaria y habitacional de las clarisas.

La comparación formal con otros edificios y piezas contemporáneos y próximos espacialmente, como la catedral de Palencia u otros conventos franciscanos y de clarisas del área palentina, es de utilidad para aclarar ciertas dataciones y hallar tipologías similares, ante la falta de fuentes fiables que acoten las dataciones. Los libros de cuentas, contratos de obras, crónicas de reformas son las fuentes con las que contamos para realizar el estudio arquitectónico, permitiendo deconstruir el estado actual de ciertas partes del convento. La arquitectura, sus planimetrías y alzados deben ser leídos como imágenes, e ilustran acerca de replanteos, intenciones o necesidades prácticas⁵³. Se realizará un fotografiado completo de los elementos arquitectónicos que conforman el interior y el exterior de la iglesia y los espacios de clausura a los que tengamos acceso y se consultará la comunidad acerca de las transformaciones realizadas y tradiciones alrededor de espacios e imágenes.

La revisión documental de las fuentes indicadas indagará en nuevas preguntas y reflexiones, planteando una reflexión y revisión historiográfica. Ello se complementará con los enfoques y marcos metodológicos enumerados, introduciendo los datos

vistillas”) originalmente habría estado abierta y sus vanos fueron cegados en repetidas ocasiones para evitar la entrada de las palomas.

⁵² Lucía Lahoz Gutiérrez, *La imagen y su contexto cultural. La iconografía medieval* (Madrid: Síntesis, 2022), 16; Peter Burke, *Visto y no visto. El uso de la imagen como documento histórico* (Barcelona: Crítica, 2005).

⁵³ Como ya planteaba el clásico de Richard Krautheimer, *Introducción a una iconografía de la arquitectura* (Sans Soleil: Vitoria-Gasteiz, 2018). Para un estudio historiográfico y sobre el planteamiento de una re-materialización del espacio sacro: Roland Recht, *Le croire et le voir. L'art des cathédrales (XIIe-XVe siècles)*(París: Gallimard, 1999), 47.

histórico-artísticos en líneas temáticas más amplias y pretendiendo un enfoque de conjunto del panteón Enríquez, y de los habitáculos conventuales en vez de abordar cada pieza por separado. Como señala Víctor del Río, no existe una única línea metodológica “ortodoxa” para la historia del arte, sino que el estudio de las imágenes requiere un “sincretismo metodológico”⁵⁴.

Estructura provisional del trabajo final

La estructura del proyecto pretende articularse en función de los diferentes espacios del convento, desde la portada exterior a cada ámbito interior y analizar cada uno en su totalidad y en contexto, abordando en cada apartado sus múltiples temporalidades, incógnitas y preguntas suscitadas. Estos capítulos irán agrupados en varios bloques. A la introducción le seguirá un amplio apartado historiográfico en el que se definirán los enfoques y objetivos del proyecto. A continuación, el primer bloque corresponderá a la familia Enríquez, perfilando sus intereses de patronazgo en el convento y su estrategia linajística; asimismo se atenderá a la heráldica (elemento omnipresente en las bóvedas de la iglesia y en toda la clausura) y al espacio funerario, es decir, los sepulcros y sus incógnitas. Las actitudes ante la muerte, devociones laicas serán igualmente tematizadas en este apartado.

Un segundo bloque abordará la relación del edificio conventual con la ciudad de Palencia, con otros núcleos de poder nobiliario (palacios, fundaciones conventuales, panteones y la catedral de San Antolín) y con el público laico. A continuación, otro gran apartado tratará la clausura, desde su relación con otras fundaciones próximas geográficamente, a los miembros Enríquez que la habitaron; y su distribución espacial. En este bloque se dedicará un amplio capítulo al complejo del coro; otro a la imagen devocional más característica del convento, el famoso Cristo de las Claras, en una capilla anexa a la iglesia; y otro a las yaserías del claustro y las dependencias de habitación, o lo que queda de ellas. El patrimonio actualmente desplazado, ya citado, como el caso de las tablas de un hipotético retablo, se organizará en los diferentes capítulos cuando sea posible relacionarlo o ubicarlo dentro del convento. Para aquellos casos cuya ubicación exacta es desconocida y no podamos trazar su procedencia, se dedicará un bloque aparte que tendrá en consideración la intrahistoria de las piezas y su recorrido hasta llegar al museo⁵⁵.

⁵⁴ Víctor del Río y Alberto Santamaría (coords.), *Imagen, lenguaje e ideología. Aproximaciones desde la historia y la teoría del arte* (Madrid: Akal, 2023), 9-11.

⁵⁵ No se ofrece una estructura definitiva, sino una delimitación aproximada. En cualquier caso, al tratarse de un enfoque conjunto, los diferentes apartados podrán remitir unos a otros.

Datos semitratados, hipótesis y algunas conclusiones provisionales

En este punto de la investigación, el estudio inicial de los Enríquez y su señorío parece indicar que su presencia, al menos física, en Palencia, fue menor. No han llegado noticias de ningún palacio suyo en la villa, y frente a Valladolid o Medina de Rioseco, capital de su mayorazgo, las menciones a Palencia son mínimas. Más todavía cuando en menos de cien años trasladaron su panteón a la nueva fundación de San Francisco de Medina de Rioseco, por tanto, parece que Santa Clara fue un panteón de corta duración para la línea directa del almirantazgo. Si bien, la devoción franciscana se presenta con claridad en esta familia a lo largo de varias generaciones.

A la luz de los testamentos podemos comprobar la relevancia de las decisiones de la rama femenina de la estirpe para elaborar la memoria familiar y decidir los lugares de sepultura. La implicación de Juana de Mendoza en la memoria de la línea de los almirantes, aun siendo por iniciativa personal, enaltece el escudo de los almirantes, de su esposo⁵⁶. Los testamentos (en concreto los que pertenecen a las dos primeras generaciones de almirantes) son llamativos, además, en lo respectivo al misterioso sepulcro desaparecido. Las indicaciones proporcionadas no corresponden a la llamativa forma de nave que transmiten las fuentes desde el siglo XVI, por lo que todo parece apuntar a que el encargo del sepulcro corresponda a un miembro de la familia, posterior al último tercio del siglo XV, incluso hacia el filo del siglo XVI y no a un interés inicial del primer almirante, Alfonso Enríquez, ni de Juana de Mendoza.

Otra hipótesis es la posibilidad de que la iglesia estuviese abierta al culto, a la que apuntan la rica disposición interior de la heráldica, la disposición en tres naves y el abovedamiento, que indican una intención para ser mostrados; y especialmente, la portada norte⁵⁷. Su disposición en el lado septentrional del edificio se abre a una calle de tránsito y muy relevante en el itinerario urbano, lo que invita a pensar que se trataría de un umbral para ser atravesado. Si bien, desconocemos si por los fieles para asistir a la misa, o solamente por los patronos del convento en ciertas fechas señaladas. La posición del coro de las monjas, situado desde la última mitad del siglo XV a los pies de la iglesia puede apoyar esta hipótesis, pues crearía dos espacios separados para cada tipo de público.

⁵⁶ María Carrión Longarela, "Las claves del recuerdo: El escudo de armas de los Enríquez en Santa Clara de Palencia como presencia efectiva", *Eikón/Imago* 14, 1-14, DOI: <https://doi.org/10.5209/eiko.96725>.

⁵⁷ *Idem*, *Ibidem*, 10.

A identificação dos habitantes de Loulé no ocaso da Idade Média: estudo antroponímico

Miguel Augusto Luís

Universidade Nova de Lisboa

Instituto de Estudos Medievais (IEM-NOVA/FCSH)

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inca5>

Resumo

O trabalho apresenta os pontos-chave da dissertação de mestrado do autor, dedicada ao estudo das práticas de nomeação da população cristã de Loulé entre 1366 e 1527. Analisam-se nomes registados em fontes notariais, administrativas e fiscais, tendo como foco principal a sua função social. O estudo combina métodos quantitativos e qualitativos, permitindo observar dinâmicas de mudança e permanência na antroponímia local. São comparados os nomes masculinos e femininos, bem como as diferenças entre o centro urbano e as áreas rurais do concelho, e também as especificidades da nobreza local.

Palavras-chave: Loulé, Antroponímia, História Social, estruturas de parentesco, Baixa Idade Média.

Abstract

This work presents the key aspects of the author's MA thesis, which is devoted to the study of naming practices among the Christian population of Loulé between 1366 and 1527. It analyses personal names recorded in notarial, administrative, and fiscal sources, focusing mainly on their social function. The study combines quantitative and qualitative approaches to identify patterns of change and continuity in the local anthroponymy. It compares male and female repertoires, as well as the contrasts between the urban centre and the rural areas of the municipality and the specificities of the local nobility.

Keywords: Loulé, Anthroponymy, Social History, kinship structures, Late Middle Ages.

Introdução

O projeto que aqui apresento, desenvolvido no âmbito da obtenção do grau de Mestre em História, área de especialização de História Medieval, aborda as práticas antroponímicas da população cristã do concelho de Loulé, no final da Idade Média. Seguindo uma metodologia quantitativa com tradição nos estudos medievais em Portugal e na Europa, procurou-se a Antroponímia como janela para as dinâmicas socioeconómicas e culturais que afetaram a vida de uma pequena comunidade com uma posição bem definida na malha urbana do Algarve.

Antroponímia e Historiografia

*O tema e os conceitos*¹

Os nomes próprios pessoais são uma constante na vida de qualquer ser humano: tanto o seu, que o particulariza e que toma parte na sua identidade, como aqueles que utiliza para se referir aos outros, e que, por vezes, ajuda a definir. Estes não são escolhidos aleatoriamente, como não o são os nomes que escolhemos para designar qualquer outro aspeto da nossa existência: estão ligados a modos de pensar, devoções, modas e heranças culturais². Cumpram funções de identificação e integração social dos indivíduos. Em sociedades que temem o desconhecido e o desenquadrado, os elementos onomásticos tornam-se meios de integração social e são largamente inspirados por essas circunstâncias. Os elementos antroponímicos adaptam-se, por conseguinte, às transformações das estruturas socioeconómicas que condicionam cada grupo que os produz e utiliza³.

Assim, o nome pessoal constitui um objeto de estudo de grande importância, que pode ser inserido nos vários âmbitos da História Social. O estudo da antroponímia tem contributos a dar, por exemplo, para o estudo de tendências migratórias, das

¹ Para tudo o que será dito nesta secção do texto, vejam-se, além das obras citadas em notas de fim de página, Iria Gonçalves, “Linhas mestras da antroponímia medieval portuguesa”, *Media Aetas – Cadernos de Estudos Medievais*, 2ª série, 4 (2009-2010): 93-113; ead., “O nome” in *História da Vida Privada em Portugal.*, dir. de José Mattoso, *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e Sousa (Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2013), 229-242.

² É quase um lugar-comum, reiterado por diversos autores; veja-se desde logo José Leite de Vasconcelos, “Ensaio de Onomatologia Portuguesa”, *Revista Lusitana* 1 (1887): 45-46.

³ J. A. García de Cortázar, et al., “Introducción” in *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispano-cristianos en los siglos IX a XIII*, coord. Pascual Martínez Sopena (Santiago de Compostela; Valladolid: Universidad de Santiago de Compostela; Universidad de Valladolid, 1995), 11 e ss.

relações campo-cidade e entre centros populacionais, estruturas sociais e familiares, entre outras áreas⁴.

Foi na Idade Média que se estruturou grande parte do património onomástico moderno, um pouco por toda a Europa Ocidental. Não se trata Portugal de uma exceção. Aportações dos diversos ocupantes e conquistadores políticos do espaço que atualmente compõe o território nacional construíram o vocabulário antroponímico disponível aos homens e mulheres medievais, que o souberam estruturar à medida das suas necessidades, e ao passo que estas foram evoluindo. Nos séculos XI-XII, a expansão demográfica⁵ traz a necessidade de diferenciar eficazmente um número cada vez maior de indivíduos. Então, de um ponto de partida uninominal, de origem germânica, fixa-se um sistema a dois nomes, processo que tomou o nome, na historiografia, de “revolução antroponímica”⁶, e que permaneceu funcional, no seu equilíbrio entre concisão e funcionalidade, bem entrados os séculos modernos.

Na faixa atlântica da Península Ibérica, o “segundo nome” com mais expressão nestes tempos é o patronímico: a repetição do nome próprio paterno a seguir ao do filho ou filha, declinado, ou não, num caso genitivo⁷. É o nome mais enraizado desta área geográfica, quase sempre necessário à identificação, nunca sendo substituído de forma esmagadora, ao longo da cronologia, por um de diferente tipo. Nome, na verdade, comum a toda a Europa Ocidental, a determinado momento da sua história:

⁴ Por todos, veja-se Christiane Klapisch-Zuber, “Quel Moyen Âge pour le nom?” in *L’anthroponymie, document de l’histoire sociale des mondes méditerranéens médiévaux. Actes du colloque international «Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne»* (Rome, 6-8 octobre 1994), dir. Monique Bourin, Jean-Marie Martin, François Menant (Rome: École Française de Rome, 1996), 473-480. www.persee.fr/issue/efr_0223-5099_1996_act_226_1.

⁵ Para uma visão sobre este fenómeno, pode ser visto, e.g., Chris Wickham, *Medieval Europe* (New Haven: Yale University Press, 2016), 121-140 ou Wim Blockmans, Peter Hoppenbrouwers, *Introduction to Medieval Europe (300-1500)* (2.^a ed., London & New York: Routledge, 2014), 129-153.

⁶ O conceito é, naturalmente, muito problematizável, mas permanece operativo, tendo presente os diferentes ritmos que esta assume em diferentes regiões da Europa. Veja-se maximamente Monique Bourin, “Bilan de l’enquête: de la Picardie au Portugal, l’apparition du système anthroponymique à deux éléments et ses nuances régionales” in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne*, I, ed. Monique Bourin (Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 1990), 233-246. <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16321>.

⁷ Pode mesmo ter sido originado de um caso pré-latino com a função específica de filiação. Vejam-se Joseph-Maria Piel, “Sobre os Apelidos Portugueses do tipo patronímico em -ICI/-ES (Rodrigues)”, *Boletim de Filologia XXI* (1958), 167-175; Maria Valentina Garcia Ferreira, “Ainda os patronímicos ibéricos”, in *Actas do 6.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1991), 93-104; Iria Gonçalves, “Do uso do patronímico na baixa Idade Média portuguesa”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, I, ed. Mário Jorge Barroca (Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999), 347-363; Júlío Diéguez Gonzalez, *De «Lopez» a «Lopes»: A consoante final dos apelidos procedentes de patronímicos* (Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2013).

que, nos contextos buliçosos e marcadamente urbanos do Midi francês e da Catalunha, se fossilizou, passando a ser transmitido de pai para filhos cerca do século XII; que, na Europa “das margens” (no leste europeu, no país de Gales, nos países nórdicos...⁸), rural e menos dinâmica, permaneceu em uso em tempos hodiernos; e que em Portugal e na Galiza se manteve generalizadamente funcional até meados do século XVI, num processo mais ou menos obscurecido nas suas causas e mecanismos específicos que nunca tem deixado de intrigar os seus estudiosos⁹.

A necessidade de identificar plenamente os seus diferentes elementos – crescente, conforme crescem também os centros populacionais e, por isso, as homonímias –, bem como de os integrar socialmente, leva as comunidades a adicionar a esse sistema binomial um outro nome, tomando como inspiração ora a posição do indivíduo no tecido produtivo local, ora a sua origem geográfica (tratando-se de um imigrante), ora uma característica física ou moral que o distinguisse; a estas designações, atribuímos o nome genérico de apodo.

Mas nome pessoal, na Idade Média, não é uma realidade fixa. Mutável, sempre em busca de soluções para os problemas com que se deparavam indivíduos e comunidades, sem obedecer a regras ou a um registo oficial, a ele se retiram ou adicionam elementos conforme as necessidades sentidas pelo grupo. Pode gerar, assim, em momentos diferentes, formas antroponímicas distintas para uma mesma pessoa. Os vários elementos do nome podem ser omitidos; podem ainda substituir-se entre si. E não são raras as vezes em que vêm acompanhados de adjunções nominais que melhor esclarecem a identidade que se procura fixar, invocando realidades como a família, a morada ou a função social¹⁰. Adjunções essas que são escolhidas conforme forem mais úteis, no momento em que são invocadas; mas que, se a sua utilização para determinado indivíduo se torna muito corrente na língua do povo, podem dar origem a antropónimos estáveis.

⁸ A bibliografia que recolhi sobre estes espaços não é abundante, mas veja-se, para o caso galês, Donald Moore, “The indexing of Welsh personal names”, *The Indexer* 29-2 (Junho de 2011): C8-C10. <https://doi.org/10.3828/indexer.2011.26>, e, para o caso islandês, Kendra Wilson, “A 150-Year Debate over Surnames vs. Patronymics in Iceland”, *Genealogy* 7, nº4 (2023), art. 85. <https://doi.org/10.3390/genealogy7040085>.

⁹ Vejam-se Iria Gonçalves, “Do uso do patronímico na baixa Idade Média portuguesa”; Júlio Diéguez Gonzalez, *De «Lopez» a «Lopes»*.

¹⁰ Estes elementos foram abordados, em Portugal, nomeadamente, em Iria Gonçalves, “Notas sobre a Identificação Social Feminina nos finais da Idade Média”, *Medievalista* [Online] 5 (2008). <https://doi.org/10.4000/medievalista.6398>; ead., *Maria, Catarina e Tantas Outras* (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2013), 137-166.

Enquadramento historiográfico

A Antroponímia é disciplina originária na Linguística e na Filologia, assentando o seu estudo, em Portugal, na obra pioneira de José Leite de Vasconcelos¹¹. Em *Antroponímia portuguesa*, este autor abordou longamente os fenómenos da onomástica pessoal; como o próprio refere, “conquanto fundamentalmente glotológico, procurou o autor dar, conforme pôde, base histórica”¹² ao seu trabalho, abordando não apenas a origem etimológica ou a evolução linguística dos nomes, mas também registar as mutações com que se deparou, ao longo da História, e os aspetos sociais e históricos que as fundamentaram.

A abrangência e profundidade do trabalho de Leite de Vasconcelos fizeram dele uma referência obrigatória, servindo de base teórica e conceptual para quase todos os estudos posteriores, mas inibindo, ao mesmo tempo, muitos autores de se debruçarem sobre o tema¹³. O campo viu surgir investigações filológicas e linguísticas pontuais durante o início do século XX¹⁴, embora em número inferior aos dedicados à toponímia. A necessidade de um grande projeto colaborativo, sistemático, para o estudo do tesouro onomástico português foi sugerido por autores como Amadeu Ferraz de Carvalho¹⁵ – um projeto que, apesar das aspirações, nunca se concretizou como pretendido. No segundo quartel do século, destacou-se o trabalho do romаниsta alemão Joseph-Maria Piel, pela sua abordagem à influência germânica na onomástica do Noroeste peninsular¹⁶, além de outros trabalhos que desenvolveu.

Sendo a Idade Média a época em que, em grande parte, se estabelece o sistema

¹¹ É responsável mesmo pela introdução do tema no país: José Leite de Vasconcelos, “Ensaio de Onomatologia Portuguesa”, *Revista Lusitana* I (1887-1889): 240-245.

¹² Id., *Antroponímia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a idade-média até hoje* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1928), 21.

¹³ Ivo Castro, “A investigação antroponímica em Portugal”, in *Actes du 1er. Colloque du Dictionnaire Historique des Noms de Famille Romains* (Trèves, 1987) (Tübingen, 1990), 10-13. https://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/1987_Antroponmia_em_Portugal.pdf.

¹⁴ Autores como António Augusto de Cortesão, Pedro de Azevedo, Manuel de Paiva Boléo, entre outros, além do próprio José Leite de Vasconcelos; cf. id., *Opúsculos*, III: *Onomatologia*, série I: “Nomes pessoais (= Antroponímia)” (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931).

¹⁵ Amadeu Ferraz de Carvalho, “Da actual feição da antroponímia portuguesa. Proposta dum inquérito onomástico”, *BIBLOS* III-7 e 8 (1927): 19; id., “Contribuição para o estudo da antroponímia portuguesa. Três épocas nos nomes de habitantes dum concelho da Beira – Besteiros, hoje Tondela” in *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso da Ciência*, Tomo VIII (Lisboa, 1950), 152.

¹⁶ Alguns dos mais relevantes: Joseph-Maria Piel, “Nomes de possessores latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa”, *Biblos* XXIII (1947): 283-407; id., “Sobre os Apelidos Portugueses do tipo patronímico em -ICI/-ES (Rodrigues)”; id., “Antroponímia Germânica da Península Ibérica”, in *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989), 129-147.

onomástico contemporâneo, a Antroponímia foi captando o interesse dos historiadores, especialmente medievalistas, com maior ou menor dedicação, um pouco por toda a Europa. Em Portugal, foi Iria Gonçalves quem primeiro abordou com interesse historiográfico este tema de investigação, desenvolvendo, ao longo de mais de cinquenta anos de trabalho, uma metodologia própria, assente numa forte base quantitativa. Trata-se de um esforço sistemático, em grande medida isolado – pelo menos no afincamento, no rigor e na amplitude temática que lhe aplicou¹⁷ –, ainda que outros autores lhe tenham vindo a dedicar algumas páginas¹⁸.

Orientação metodológica distinta, centrada sobretudo na leitura das redes de sociabilidade reveladas pela onomástica pessoal, têm a dissertação de mestrado e a tese de Doutoramento de Isabel Madureira Franco¹⁹, onde se privilegia a interpretação prosopográfica dos dados antroponímicos, numa perspetiva essencialmente qualitativa e, influenciada pelos métodos da sociologia, menos voltada para a análise diacrónica.

A antroponímia portuguesa foi também foco de estudo de Robert Durand²⁰, autor inserido num projeto colaborativo de grande envergadura que publicou seis

¹⁷ A esta autora se devem nomeadamente os dois principais esforços de sistematização do tema em foco, ambos já citados: Iria Gonçalves, “Linhas mestras da antroponímia medieval portuguesa”; ead., “O nome”. Vejam-se ainda, entre outros, os primeiros que desenvolveu nesta área: ead., “Amostra de antroponímia alentejana do século XV”, *Do Tempo e da História* IV (1971): 173–212; ead., “Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média”, *Do Tempo e da História* V (1972): 159–200, e outras obras que cito acima e mais adiante.

¹⁸ Destaco sobretudo Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, “A onomástica, o indivíduo e o grupo”, *Arquipélago – História*, 2.ª série, VII (2003): 229-242; ead., “Antroponímia fronteiriça minhota no século XIII” in *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata, Luís Krus (Lisboa: Caleidoscópio, 2009), 563-569; Marco Liberato, “Antroponímia do concelho de Torres Novas nos finais da Idade Média”, *Nova Augusta. Revista de Cultura do Município de Torres Novas* 18 (2006): 11-37; Margarida Paes Leme, “Onomástica cortesã no século XV. Os moradores da casa real”, *Signum*, 12-2 (2011): 243-264. https://www.academia.edu/10815958/Onom%C3%A1stica_cortes%C3%A3_no_s%C3%A9culo_XV_os_Moradores_da_Casa_Real.

¹⁹ Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa Franco, “O Couto de Santo Tirso 1432-1516: antroponímia e socialidade” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 1995); ead., “Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto (século XIV)” (Tese de Doutoramento em História - Área do Conhecimento em Idade Média, Universidade do Minho, 2006).

²⁰ Robert Durand, “Données anthroponymiques du Livro Preto de la Cathédrale de Coïmbre” in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne*, I. <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16315>; id., “Trois siècles de dénomination aristocratique portugaise d’après la littérature généalogique” in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne*, III: *Enquêtes généalogiques et données prosopographiques*, ed. Monique Bourin, Pascal Chareille (Paris: Presses universitaires François-Rabelais, 1995). <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16855>; id., “Dénomination d’esclaves au Portugal (fin ix^e-début x^e siècle)”, in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne*, V-1: *Intégration et exclusion sociale*,

volumes de artigos de vários autores, a partir dos anos de 1990, em França, sob o título comum de *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne*²¹. É a base quantitativa e a modelação estatística dos dados que orientam, na sua base, este projeto, ainda que não dispense, na sua grande dispersão de estudos e autores, outras metodologias²². Cada volume oferece conclusões de elevado valor sistemático, embora, para a aplicação ao contexto português, se deva ter em conta o predomínio dos estudos sobre os centros da Europa (a França meridional, principalmente, bem como a Catalunha), com os vieses que isso por vezes implica.

Também em Espanha se desenvolveu um projeto semelhante, resultando na coleção de vários estudos de caso sobre a Península Ibérica (particularmente, a Norte), cerca dos séculos XI a XIII²³. Coube, também aqui, a Robert Durand a abordagem a um espaço do território nacional²⁴.

Não pretendendo esgotar toda a literatura produzida, sobretudo internacionalmente, ficam abordados, ainda assim, os principais autores e projetos que orientaram, em grande parte, o meu estudo²⁵. Especial foco deve ser reforçado na metodologia que foi sendo desenvolvida pela autora já por diversas vezes citada: Iria Gonçalves²⁶.

lectures anthroponymiques, ed. Monique Bourin, Pascal Chareille (Paris: Presses universitaires François-Rabelais, 2002). <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16546>.

²¹ Veja-se o primeiro dos seus seis volumes, por várias vezes já citado: Monique Bourin ed., *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne*, I. <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16225>.

²² Os seus tomos III e IV, por exemplo, têm como foco o tratamento de dados antroponímicos derivados da prosopografia e genealogia (Monique Bourin, Pascal Chareille, eds., *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne*, t. 3: *Enquêtes généalogiques et données prosopographiques*) e os discursos literários sobre o nome (Patrice Beck ed., *Genèse médiévale de l'anthroponymie moderne*, IV: *Discours sur le nom* [Paris: Presses universitaires François-Rabelais, 1997]. <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16420>).

²³ Pascual Martínez Sopena, coord., *Antroponimia y sociedad. Sistemas de identificación hispanocristianos en los siglos IX-XIII* (Santiago de Compostela/Valladolid: Universidades de Santiago de Compostela y Valladolid, 1995).

²⁴ Robert Durand, “Le système anthroponymique portugais (région du Bas-Douro) du Xe au XIIIe siècle” in *Antroponimia y sociedad*, 103-120.

²⁵ Note-se a circunstância de me não ter sido possível aceder a algumas das obras mais recentes publicadas internacionalmente. como é o caso de Monique Bourin, Pascual Martínez Sopena eds., *Anthroponymie et migrations dans la chrétienté médiévale* (Madrid: Casa de Velázquez, 2010); Monique Bourin, Pascal Chareille, *Noms, prénoms, surnoms au Moyen Age* (Paris: Picard, 2014); mas também a alguns trabalhos fundadores da disciplina, como Karl Michaëlsson, *Études sur les noms de personne français d'après l'hes rôles de taille parisienne (1222 – 1313)* (Upsala, 1927).

²⁶ Vêm mais bem explicitadas as dificuldades e desafios da recolha de dados desta natureza em Iria Gonçalves, “O nome próprio masculino no extremo norte de Portugal”, *Biblos* 77 (2001): 79-86; e ead., *Maria, Catarina e Tantas Outras*, 13-34.

Que Idade Média através dos nomes?²⁷: um contributo louletano

Fontes e recolha de dados: desafios e soluções

O concelho de Loulé revelou-se especialmente adequado para este estudo de caso. Por um lado, dispõe de um acervo documental municipal exceccionalmente rico, o que permitiu reunir um volume de dados suficiente para o tratamento estatístico diacrónico dos elementos onomásticos, mas, ainda assim, controlável. Por outro lado, e por esse mesmo motivo, trata-se de um território bem conhecido no panorama medievista nacional – nomeadamente através da monografia de Maria de Fátima Botão²⁸, mas também em vários outros trabalhos²⁹ –, enquadrado numa região igualmente bem conhecida dos estudos medievais³⁰.

A cronologia foi definida durante a fase de exploração das fontes: o limite inferior ficou fixado a partir do momento em que a informação se torna satisfatória para o seu tratamento estatístico, no final do século XIV. Tendo ainda em conta a divisão da cronologia em cinco segmentos menores, para permitir a sua análise comparativa, fixou-se o ano de 1366. Como limite superior, estabeleceu-se o último ano para o qual existem fontes já editadas, 1527. Inicialmente, hesitei quanto à inclusão do início do século XVI neste estudo, atendendo às profundas transformações que então se

²⁷ Ecoando a pergunta de Christiane Klapisch-Zuber, “Quel Moyen Âge pour le nom?”, no artigo com esse nome, já citado.

²⁸ Maria de Fátima Botão, *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval. O caso de Loulé* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009).

²⁹ São inúmeros os trabalhos dedicados a Loulé, dada a reconhecida riqueza do seu arquivo municipal. Veja-se, por exemplo, A. H. de Oliveira Marques, “Para a história do concelho de Loulé na Idade Média” in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa* (Lisboa: Editorial Presença, 1988), 154-170; ou os volumes já publicados das actas dos Encontros de História de Loulé, iniciativa em que muito se tem dado a conhecer sobre este território e cronologia; a sua primeira edição: Nelson Vaquinhas ed., *Atas do I Encontro de História de Loulé* (Loulé: Câmara Municipal de Loulé; Arquivo Municipal de Loulé, 2018).

³⁰ Veja-se sobretudo Gonçalo Melo da Silva, “As portas do mar Oceano: vilas e cidades portuárias algarvias na Idade Média (1249 1521)” (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2021), mas também os vários títulos que lhe dedicou Alberto Iria (de entre eles, maximamente, *O Algarve e os Descobrimentos*, vol. II de *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história*, ed. João Martins da Silva Marques [Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956]), e os capítulos dedicados à Idade Média da obra: Maria da Graça Maia Marques coord., *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias (Elementos para a sua história)* (Lisboa: Edições Colibri, 1999), entre tantos outros. Não posso deixar de citar, para o período subsequente, a extensa obra de Joaquim Romero Magalhães: entre outros, *O Algarve Económico, 1600-1773* (Lisboa, Editorial Estampa, 1988) e *O Algarve na Época Moderna* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012).

observam no sistema antroponímico³¹; contudo, essas reservas foram ultrapassadas no decurso do trabalho, constatando-se o contributo notável que a riqueza quantitativa e qualitativa da documentação desse período lhe proviria.

O ponto principal do processo é a constituição de um ficheiro com o maior número possível de indivíduos associados à área geográfica que se pretende analisar; isto é, neste caso, indivíduos residentes no território do concelho de Loulé. O tamanho dos *corpora* estudados varia muito em estudos semelhantes. Quanto mais limitado, menos fiáveis serão as tendências verificadas. Nos trabalhos mais robustos, rondam normalmente os vários milhares de indivíduos (chegando mesmo à dezena e meia de milhar, em *Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos*³²).

Surgem, assim, duas questões. A primeira é que seria virtualmente inatingível este objetivo se fosse necessário, ao mesmo tempo, a leitura paleográfica das fontes e respetiva revisão e crítica. Assim, o ficheiro que orienta o meu trabalho é constituído por informação recolhida apenas em fontes já transcritas³³. A segunda questão decorre também da anterior: há que aproveitar o máximo possível de fontes, de origens e tipologias diversas, sacrificando-se para isso a homogeneidade e maior segurança do uso de um só tipo documental.

Os resultados de um estudo desta natureza dependem, em grande parte, do uso de edições seguras, de confiança. Para isso, foi identificada extensa documentação concelhia já publicada, como as *Actas de vereação de Loulé* (3 volumes)³⁴, o seu *Fundo dos Órfãos*³⁵, *Livros de Receita e Despesa*³⁶ e *Livros da repartição e do pagamento da Fruta*³⁷. As referências recolhidas nestes serão complementadas por menções nas

³¹ Isto é: a diversificação onomástica, a fossilização do patronímico ibérico e o avanço dos nomes de família.

³² *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 2ª série, 79–80 (1973-1974).

³³ Cf. “Entrevista [a Iria Gonçalves, conduzida por Amélia Aguiar, Andrade, Maria do Rosário Themudo Barata, Hermenegildo Fernandes e Luís Krus]” in *Olhares sobre a História*, 38.

³⁴ Manuel Pedro Serra coord., *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV e XV*, sup. de *Al’-Ulyã*, 7 (1999-2000); id., *Actas de vereação de Loulé. Século XV*, sup. de *Al’ Ulyã*, 10 (2004). Luís Miguel Duarte coord., *Actas de vereação de Loulé. Século XVI. 1522-1527*, sup. de *Al’-Ulyã*, 14 (2014).

³⁵ Maria de Fátima Machado transc., *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI* (Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 2016).

³⁶ Gonçalo Melo da Silva, coord., *Livros de Receita e Despesa de Loulé* (Loulé: Arquivo Municipal de Loulé, 2022).

³⁷ Luís Miguel Duarte, “O “Livro da Repartição da Fruta” de Loulé de 1450”, *Al-Úlyã: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, 20 (2018): 79-98; Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, vol. II de *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história*, ed. João Martins da Silva Marques (Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956), 449-476.

*Chancelarias*³⁸ e *Cortes portuguesas*³⁹, bem como documentos avulsos recolhidos nos *Monumenta Henricina*⁴⁰ e em coletâneas do mesmo teor⁴¹.

Foi descartada, para este efeito, a recente edição dos *Documentos do Cartório da Câmara de Loulé transcritos por Fr. Joaquim de Santo Agostinho*⁴². Qualquer transcrição paleográfica está sujeita a falhas, o que é potenciado, neste caso, por ter passado por dois transcritores diferentes. Uma análise preliminar revelou alguns erros que comprometeram a minha confiança na sua verosimilhança em relação aos originais medievais⁴³.

Escolhidas as fontes, recolhem-se os nomes dos indivíduos nelas referidos, excluindo as personagens arredadas da realidade geográfica em estudo: reis, oficiais de nível superior e outros indivíduos que claramente não residissem em Loulé⁴⁴.

As homonímias são muito comuns na Idade Média, dada a condensação do repertório onomástico que se verifica ao longo do período; por outro lado, é um sistema aberto, a que se acrescentam ou retiram elementos conforme querido ou necessário. Por isso, todos os dados relevantes para o esclarecimento das identidades e individualização dos seres humanos em estudo foram recolhidos: locais de origem e moradia, onde possui propriedade, relações familiares, cargos, profissões,

³⁸ *Chancelarias portuguesas: D. João I*, I – 1 e 2; II; III – 2 e 3; e IV – 1, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2004-2006); *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*, I – 2; e III, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1999-2002).

³⁹ *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Fernando*, I: 1367-1383, ed. A. H. de Oliveira Marques, João Paulo Salvado, Nuno José Pizarro Pinto Dias (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Históricos, 1990-1993); *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V*, 3 vols, ed. João José Alves Dias, Pedro Pinto (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2014); *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I*, I: 1498, e III: 1502, org. João José Alves Dias (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Históricos, 2001-2002); Carlos Silva Moura, transc., “Traslado de carta de D. Afonso V com a resposta a agravos enviados à corte pela Câmara de Loulé (1448)”, *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática* 6 (2018): 109-111.

⁴⁰ *Monumenta Henricina*, VI-VII, ed. António J. Dias Dinis (Coimbra: Atlântida, 1964 e 1965).

⁴¹ *Documentos inéditos de Marrocos. Chancelaria de D. João II*, ed. P. M. Laranjo Coelho (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1943) *Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história*, I, *Suplemento ao volume I* e II-2, ed. e pref. João Martins da Silva Marques (Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944-1956).

⁴² *Documentos do Cartório da Câmara de Loulé transcritos por Fr. Joaquim de Santo Agostinho*, transc. Maria do Rosário Barbosa Morujão (Loulé: Arquivo Municipal de Loulé, 2024).

⁴³ Erros de transcrição que poderiam ser menos relevantes, não se tratando de um trabalho sobre onomástica.

⁴⁴ J. A. García de Cortázar, et al., “Conclusión”, 14.

carreiras.... Os casos duvidosos foram eliminados⁴⁵, sendo preferida a diminuição da base de dados à sua desvirtuação, dentro do que seja possível controlar.

A diferentes pontos da análise, foi útil o registo de diferentes realidades. Se a perspetiva do indivíduo é útil no estabelecimento de identidades e na abordagem a cada um dos elementos constitutivos do nome, por outro lado, as diferentes formas antropónicas que usam, independente da pessoa a quem estas se referem, interessam para a abordagem do sistema em uso; isto é, na avaliação das relações estabelecidas entre cada um dos elementos do nome. O ficheiro foi estabelecido, assim, com ambas as vertentes em mente.

Um segundo momento foi o da quantificação. Constituído e revisto o ficheiro, através do MS Word, seguiu-se a transferência das variáveis em estudo para folhas de cálculo no MS Excel, procedendo-se à sua contagem e à produção de indicadores estatísticos.

Ciente da existência de ferramentas mais eficientes, que permitiriam sistematizar melhor o processo de registo e contagem da informação recolhida⁴⁶, o método descrito apresentou, todavia, algumas vantagens. Por um lado, as ferramentas do MS Office são amplamente utilizadas e, por isso, intuitivas, reduzindo a necessidade de configurações ou treino adicionais, bem como de potenciais problemas técnicos ou operacionais – o que foi essencial para desenvolver este trabalho no espaço de tempo disponível para a sua realização. Por outro, a flexibilidade na gestão dos dados: o processador de texto permite, mais facilmente que outras ferramentas de estrutura

⁴⁵ Refiro-me a casos de homonímias não resolvidas, impossíveis de clarificar pelas restantes informações disponibilizadas pelas fontes; por exemplo: Afonso Eanes, homem-bom na vereação de Loulé entre 1401 e 1403 (*Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV e XV*, 73-116), Afonso Eanes, homem do alcaide em 1402 (*ib.*, 90), Afonso Eanes, com cuja propriedade confina com um mato de Maria Esteves (*O Fundo dos Órfãos de Loulé*, 26) e Afonso Eanes, tutor do filho de Estêvão Peres Taful (*ib.*, 66), entre outros casos semelhantes.

⁴⁶ O Nomen foi um *software* utilizado nos projectos de alguma monta que tenho referido: Pascal Chareille, “Chapitre 4. De l’identification des anthroponymes et de la lemmatisation” in *Genèse médiévale de l’anthroponymie moderne*, VI: *Le nom, histoire et statistiques*, (Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2008), 83-101, n. 27. <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16687>; A. J. García de Cortázar, et al., *ob. cit.*, 14, n. 5. Também o MS Access tem sido utilizado pelos investigadores, como Isabel Maria Alves Pedrosa Franco, *Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto*. Por outro lado, a base de dados de Judite A. Gonçalves de Freitas, “A antroponímia da oficialidade régia (1367-1481), identidade pessoal e diferenciação social”, in *Estudos em homenagem ao prof. Doutor Martim de Albuquerque* (Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010), 93-95 – foi construída com base no MS Excel. Este *software*, que utilizei num trabalho anterior, em menor escala, tornou confusa, pelo peso da sua estrutura, a primeira fase de recolha e individualização dos antropónimos, razão pela qual procurei a alternativa desenvolvida.

mais rígida, lidar com dados nuançados, bem como notas, comentários e averbamentos decorrentes de uma recolha em fontes muito diversas.

Decidi pela exclusão deste estudo dos grupos étnico-religiosos minoritários⁴⁷. Os modos de nomeação de judeus e muçulmanos, por um lado, exigiriam, para uma análise satisfatória, um enquadramento linguístico e idiomático que ultrapassa a minha formação. Por outro lado, o estudo da sua antroponímia conta com uma tradição menos consolidada em Portugal, sem uma base metodológica e teórica tão desenvolvida como a que existe para a cristã. O mesmo para a onomástica dos escravos: ainda que o repertório que se usa para a sua identificação seja idêntico ao dos seus escravizadores, a atribuição do nome a indivíduos escravizados rege-se por uma lógica diferente da que preside à nomeação de um filho, pelo que a sua inclusão poderia enviesar o objeto da análise⁴⁸. Finalmente, os dados recolhidos nas fontes louletanas referentes a estes três grupos populacionais revelaram-se demasiado escassos e fragmentários para permitir uma abordagem comparável à aplicada ao conjunto cristão.

No final, recolhi um ficheiro composto por um pouco mais de três mil indivíduos. A colheita não foi tão frutífera quanto desejaria, tendo em conta a sua abrangência cronológica, bem como a comparação com alguns dos seus homólogos mais sólidos. É particularmente parca no seu período central, de 1433-1465, onde não atinge os duzentos registos, o que enviesa sobremaneira os resultados desse segmento. Mas foi a colheita possível, tendo sido aproveitadas todas as fontes primárias disponíveis, dentro da orientação metodológica discutida acima.

⁴⁷ Para a onomástica muçulmana, veja-se sobretudo, Maria Filomena Lopes de Barros, *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2007), 258-310. Para a antroponímia judaica, ainda que com um objeto menos abrangente, cf. Saul António Gomes, “A antroponímia judaica de Leiria medieval”, *História e Crítica* 13 (1986): 53-58; mesmo não os abordando em perspetiva onomástica, pode ver-se também a recolha prosopográfica de Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. 2 (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984). Pode ainda ser visto José Leite de Vasconcellos, *Antroponímia portuguesa*, 381-421; Francisco José Velozo, “Alguns nomes de Judeus portugueses dos séculos XIII a XV”, *Revista de Portugal, Série A: Língua Portuguesa*, XXXIV-273 (1969): 126-140; id., “Alguns nomes muçulmanos portugueses (sécs. XIII a XV)”, *Revista de Portugal, Série A: Língua Portuguesa*, XXXIV-280 (1969): 522-526; Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Judeus de Castela em Portugal no final da Idade Media: onomástica e fontes documentais”, *Sefarad: Revista de Estudios Hebraicos y Sefardíes* 74-2 (2014): 303-342; mesmo que com uma digressão espacial e metodológica, Abraham I. Laredo, *Les noms des juifs du Maroc. Essai d'onomastique judeo-marocaine*. (Madrid: Consejo Superior De Investigaciones Científicas; Instituto «B. Arias Montano», 1978).

⁴⁸ Veja-se para este grupo populacional José Leite de Vasconcellos, *Antroponímia portuguesa*, 361-380; e Naidea Nunes Nunes, “Os prenomes de escravos na antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV a XVII)” in *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, ed. de Ivo Castro, vol. II (Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1997), 171-178.

Estrutura da análise

A investigação que apresento estrutura-se em seis capítulos, articulados segundo as várias componentes do nome⁴⁹.

No primeiro capítulo, descrevem-se as fontes utilizadas e as condições da sua exploração, discutindo as limitações e potencialidades de cada tipologia documental, as dificuldades de construção do ficheiro e as características sociais da amostra que serviu de base ao estudo.

O capítulo segundo é dedicado ao nome próprio, entendido como o núcleo primário da identificação medieval. É, afinal, este nome que identifica os fiéis perante Deus, que os inscreve, no plano celeste, no Livro da Vida⁵⁰. Neste capítulo examinam-se os processos de atribuição do nome e os critérios sociais que orientavam essa escolha; segue-se a análise do repertório antroponímico louletano e das suas diversas camadas culturais e observam-se dinâmicas de mudança e permanência no léxico dos nomes, destacando-se, ao longo de todo o período, a preponderância do nome João.

O terceiro capítulo incide sobre o nome patronímico, abordando-o tanto na sua função original como marcador de filiação como no processo de desgaste que conduziu à sua progressiva fossilização semântica. Segue-se a análise do apodo, elemento de atribuição exógena ao indivíduo e à sua família, considerando as várias origens possíveis e o modo como essas designações se cristalizaram em apelidos hereditários.

No quinto capítulo, discute-se a articulação entre nome próprio, patronímico e apodo e a forma como a sua interação gerou um sistema de nomeação estável, embora flexível e adaptável a diversas exceções, bem sinalizadas. O sexto capítulo, por sua vez, ocupa-se das expressões complementares de identificação utilizadas quando os elementos onomásticos próprios não bastavam para distinguir ou situar socialmente os indivíduos.

Sempre que as fontes o permitiram, foi dada atenção específica ao ficheiro feminino, sabendo-se, *a priori*, da dificuldade que se reveste o estudo da antroponímia das mulheres⁵¹. Procedeu-se também a comparações do comportamento onomástico

⁴⁹ Veja-se a estrutura de Iria Gonçalves, *Maria, Catarina e Tantas Outras*.

⁵⁰ Entre outros, Iria Gonçalves, “Linhas mestras”, 95 e n. 9; Monique Bourin e Patrice Beck, “Conclusion” in *Genèse médiévale de l’antroponymie moderne*, t. IV, 1997, par. 13. <https://books.openedition.org/pufr/16498>.

⁵¹ As dificuldades do estudo da onomástica feminina foram observadas em muitos estudos congêneres. Cf., por todos, Monique Bourin, “Les difficultés d’une étude de la désignation des femmes” in *Genèse médiévale de l’antroponymie moderne*. t. II-2: Persistances du nom unique,

entre centro – o núcleo urbano muralhado – e áreas progressivamente mais periféricas, nomeadamente o arrabalde e as freguesias rurais de Salir e Boliqueime. Foi ainda realizada uma leitura comparativa entre o conjunto global da amostra e o segmento correspondente à pequena nobreza local.

Sendo um estudo de base marcadamente quantitativa, as análises são acompanhadas por representações gráficas e tabelas que sustentam as inferências apresentadas. Nos apêndices, incluem-se listas integrais de nomes próprios e apodos, concebidas não apenas como suporte para a verificação dos dados recolhidos, mas também como recurso aberto àqueles que pretenderem trabalhá-los em futuras investigações.

Naturalmente, a análise não se limitou ao plano quantitativo. É certo que a contagem dos dados e a produção de índices estatísticos enformou a investigação desenvolvida, permitindo avaliar a força dos fenómenos de concentração e condensação do repertório onomástico, ao nível do nome próprio, a adequação do patronímico e do apodo à identificação individual, a progressão dos nomes de família, entre outros aspetos de um modelo de evolução da antroponímia medieval portuguesa, em Loulé. Todavia, foi o enquadramento destes indicadores pelas dinâmicas sociais e económicas dos séculos XIV e XV que lhes deram significado e que permitiram compreendê-los, nas suas partes e no conjunto.

Entre os aspetos mais importantes na explicação de muitos dos fenómenos visíveis no plano estatístico, incluem-se a evolução do modelo familiar⁵² – este, muito particularmente –, a promoção social das camadas da governança da terra, no culminar da conjuntura revolucionária de 1383-1385⁵³ e a posição de Loulé na malha urbana dos reinos de Portugal e do Algarve⁵⁴. Internamente, as oposições que pude

ed. Monique Bourin, Pascal Chareille. (Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 1992.) <https://doi.org/10.4000/books.pufr.16749>.

⁵² Veja-se, a este ponto, José Mattoso, “Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média” in *Portugal Medieval. Novas Interpretações* (Lisboa: Instituto Nacional para a Investigação Científica, 1985), 248-251; id., “Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa” in *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder* (Lisboa: Editorial Estampa, 1981), 389-417; Leontina Ventura, “A família: o léxico” in *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*, 98-125.

⁵³ Sobre este assunto, veja-se sobretudo Maria Helena da Cruz Coelho, Joaquim Romero Magalhães, *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de história social* (Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2008), bem como José Mattoso, “Cavaleiros andantes, a ficção e a realidade” in *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, 353-369; Georges Duby, “A vulgarização dos modelos culturais na sociedade feudal” in *A Sociedade Cavaleiresca*, trad. Telma Costa (Lisboa: Teorema, 1989), 183-194; id., “Estruturas de parentesco e nobreza no Norte da França nos séculos XI e XII” in *A Sociedade Cavaleiresca*, 133-155.

⁵⁴ Vejam-se, entre outros, Maria de Fátima Botão, *A construção de uma identidade urbana* e Gonçalo Melo da Sila, *As portas do mar Oceano*, já citados; para a compreensão das dinâmicas populacionais e sociais, de modo geral, foram úteis A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos*

verificar entre ruralidade e urbanidade, camadas sociais superiores (ascendentes, como visto) e inferiores explicam as diferenças verificadas no plano onomástico. No reverso, as diferenças na antroponímia puderam contribuir para uma caracterização do concelho, no seu todo e nos seus diferentes espaços, estratos socioeconómicos e culturas.

Finalmente, a oposição entre antroponímia feminina e masculina permitiu um breve olhar sobre a condição das mulheres na Loulé tardo-medieval, nos papéis socioeconómicos desempenhados⁵⁵, entre o apagamento da memória escrita e os lampejos da sua identidade que nela se preservaram. Curtos e limitados lampejos, é certo, que impediram uma análise mais profunda, como já indicado.

A terminar

Apesar do que um entendimento aprofundado dos fenómenos antroponímicos significaria para a compreensão das identidades, da vida social dos indivíduos, da sua relação consigo e com os outros, este campo permanece largamente marginalizado na historiografia portuguesa. A investigação que desenvolvi se pretende contribuir para o preenchimento desta lacuna, trata-se, em última análise, de um estudo de caso que beneficiaria de uma comparação mais sistemática com projetos semelhantes, temática e metodologicamente, o que só parcialmente pude fazer. No presente trabalho, procurei sobretudo explicitar os problemas de tal investigação, as soluções que, para o efeito, fui considerando mais eficazes e as potencialidades que, no seu decurso, o estudo da antroponímia a nível local foi evidenciando.

XIV e XV (Lisboa: Editorial Presença, 1987) e João José Alves Dias, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996).

⁵⁵ Essenciais para a sua compreensão foram os estudos de Iria Gonçalves, *Maria, Catarina e Tantas Outras* e “Notas sobre a identificação social feminina”, já citados, bem como Ana Rodrigues de Oliveira, António Resende de Oliveira, “A mulher” in *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*, 300-347; Maria Helena da Cruz Coelho, “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas” in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI, I: Notas do viver social* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 37-59, e os trabalhos reunidos em Georges Duby, Michelle Perrot coord., *História das Mulheres no Ocidente, 2: A Idade Média*, dir. Christiane Klapisch-Zuber (Porto: Edições Afrontamento, 1990).

O Mosteiro do Salvador de Lisboa entre 1391 e 1513: uma investigação em curso¹

Joana Lages Gonçalves

Universidade Nova de Lisboa

Instituto de Estudos Medievais (IEM-NOVA/FCSH) | Centro de História Além-Mar (CHAM-NOVA/FCSH)

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inca6>

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de investigação, no âmbito da nossa dissertação de mestrado, sobre o mosteiro do Salvador de Lisboa entre 1391 e 1513. Através da recolha, sistematização e análise das informações disponíveis no acervo do cenóbio, procuramos compreender a instituição que existia antes (uma colegiada), a presença de mulheres emparedadas junto ao local e o seu possível impacto na transformação num espaço monacal. Iremos também realizar um estudo prosopográfico das mulheres que faziam parte da comunidade religiosa e dos seus servidores, de forma a compreender a sua identidade e, em particular, identificar a sua família. A par destes elementos, tentaremos compreender a vida das freiras a partir da documentação normativa, mas também como é que a comunidade se sustentava, querendo entender a lógica de organização das suas propriedades.

Palavras-chave: Lisboa, Monaquismo Feminino, Mosteiro do Salvador, Ordem dos Pregadores

Abstract

The aim of this article is to present a research proposal, within the scope of our master's thesis, on the monastery of Salvador between 1391 and 1513. Through the collection,

¹ Este artigo foi comentado pelo colega Pedro Dinis Neto Costa (Universidade de Coimbra) e analisado pelo professor Luís Rêpas (CHSC-FLUC). Agradecemos muito a ambos e a todos os participantes do Workshop de Estudos Medievais que ofereceram importantes sugestões e contribuições para complementar e aprimorar este trabalho.

systematisation and analysis of the information available in the monastery's archives, we seek to understand the institution that existed before (a collegiate church), the presence of female anchoresses next to the site and their possible impact on its transformation into a monastic space. We will also carry out a prosopographic study of the women who were part of the religious community and their servants, in order to understand their identity and, in particular, identify their families. Alongside these elements, we will try to understand the life of the nuns from the normative documentation, but also how the community sustained itself, seeking to understand the logic behind the organisation of its properties.

Keywords: Lisbon, Female Monasticism, Monastery of Salvador, Order of the Preachers

Tema e objetivos

O tema de investigação que pretendemos estudar na nossa dissertação de mestrado diz respeito ao Mosteiro do Salvador de Lisboa, entre 1391 e 1513, desde a outorga por Bonifácio IX da licença apostólica para transformar a igreja do Salvador num mosteiro de religiosas dominicanas, até ao início da reforma dos dominicanos portugueses, um processo que se alonga até 1560.

Num primeiro momento, importa compreender os antecedentes desta transformação, uma vez que o local em questão era uma igreja colegiada, mas também dissecar as eventuais relações com outras formas de experiências religiosas femininas. Esta articulação das relações com mulheres emparedadas procurará compreender se estas influenciaram a elevação da igreja a um mosteiro dominicano feminino. De seguida, o processo de transição para um mosteiro feminino da Ordem dos Pregadores, nomeadamente a passagem do património e os protagonistas envolvidos na fundação, salientando-se D. João da Azambuja, o monarca, mas também outros elementos, provenientes das elites leigas e cortesãs. Neste âmbito, interessam as motivações, quer ligadas à espiritualidade individual, quer ligadas a interesses linhagísticos, que promoveram essa intervenção.

Num segundo momento, abordar-se-á a comunidade monástica. Interessa entender a forma de organização e estruturação da comunidade, um elemento possibilitado pelo texto normativo: as Constituições elaboradas por D. João da Azambuja, que deveriam complementar as Constituições de S. Sisto de Roma e a Regra monástica de Santo Agostinho de Hipona². Ademais, examinar-se-ão as formas de

² Denote-se a ausência de fontes coevas que revelem momentos de incumprimento da documentação normativa, mas também que atestem elementos sobre devoções particulares e culturais

recrutamento das freiras, questionando as suas relações de parentesco e laços de solidariedade, dentro e fora da comunidade monástica.

Num terceiro momento, os benfeitores, já que o mosteiro se relaciona com diversos poderes, dos quais se destaca a conexão com o poder régio, que lhe atribui um conjunto de privilégios. Outra relação importante desenvolve-se com outros membros da Ordem dos Pregadores, quer masculinos, quer femininos, mas também os poderes eclesiásticos como o episcopal. Uma vez que o mosteiro se localizava em Lisboa, a “cabeça” do reino, concentravam-se elites leigas urbanas e cortesãs, que também estabeleciam relações com o cenóbio. Assim, torna-se premente conhecer quem foram os protagonistas nessa intervenção, as suas motivações e as consequências das suas ações na comunidade monástica. Outras personagens externas, como os dependentes, servidores e foreiros, são elementos essenciais de estudo, dado que são fundamentais para a organização e sustentação da vida comunitária.

Num quarto momento, para ter a perceção do seu sustento, consideramos relevante discorrer acerca da estratégia de aquisição de património, mas também da sua gestão para a viabilização económica da comunidade. Neste sentido, apurar-se-á a área de intervenção do Mosteiro do Salvador, através do mapeamento dos bens e das formas de aquisição, procurando compreender as repercussões que daí advêm.

Enquadramento historiográfico

Os objetivos por nós já indicados são guiados e sustentados por uma bibliografia diversificada.

Em primeiro lugar, sobre Lisboa e a rede paroquial, destaca-se a obra de Manuel Fialho Silva³, que permite um conhecimento aprofundado das alterações do tecido urbano lisboeta entre o período dos reinos de Taifas e o final do reinado de D. Dinis, nomeadamente a delimitação do Arrabalde Oriental, um aspeto significativo na presente dissertação uma vez que o objeto em estudo se encontra nesse espaço. Além

– como a indicação de livros e leituras. Na verdade, só existe informação para essas questões a partir do século XVII. Ao longo da documentação corrente denota-se um grande foco no cumprimento das constituições outorgadas pelo fundador e da Regra de Santo Agostinho, em particular em momentos de apossamento por parte do mosteiro de propriedades derivadas de heranças familiares das freiras.

³ Manuel Fialho Silva, *Mutação Urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis* (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2022).

disso, aborda a implantação e desenvolvimento da rede paroquial, um elemento essencial para o ensaio – para o qual também recorreremos a artigos de Mário Farelo⁴.

Em segundo lugar, sobre as colegiadas, recorreremos a estudos introdutórios ao tema por Ana Maria Rodrigues⁵, Maria Amélia Álvaro de Campos⁶ e Manuela Santos Silva⁷. Seguidamente, procurámos teses de mestrado que também estudassem colegiadas lisiponenses, destacando-se os trabalhos sobre a de São Lourenço, a de Santo Estêvão e a de Santa Cruz do Castelo, de Gonçalo Melo da Silva, Joaquim Bastos Serra e Fernando Martins, respetivamente⁸. Porém, importa não esquecer que esses ensaios foram realizados com uma maior massa documental e para um intervalo cronológico mais alargado.

Em terceiro lugar, sobre o padroeiro da igreja desde 1391, D. João da Azambuja, utilizámos os trabalhos de António Domingues de Sousa Costa, Carlos Eduardo de

⁴ Mário Farelo, "In the city and countryside. The establishment and definition of the parish network in the diocese of Lisbon (12th-15th centuries)," *Espacio, tiempo y forma*, Serie III Historia Medieval, 36 (2023): 105-122, <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/84622/1/FARELO%20-%202023%20ETF.pdf>; Mário Farelo, "O Padroado Régio na Diocese de Lisboa durante a Idade Média. Uma Instituição In Diminuendo," *Fragmenta Historica: Revista do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa* 1 (2013): 39-107, <https://run.unl.pt/handle/10362/12500>; Mário Farelo, "O Direito de Padroado na Lisboa Medieval," *Promontoria* 4 (2006): 267-289, <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/7144>.

⁵ Ana Maria Rodrigues, "Colegiadas," in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. I (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), 399-403 e Ana Maria Rodrigues, "As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV," in *Espaços, Gentes e Sociedades no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval* (Cascais, Patrimonia Historica, 1996), 195-274.

⁶ Maria Amélia Álvaro de Campos, *Santa Justa de Coimbra na Idade Média. O espaço urbano, religioso e socio-económico* (Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012); Maria Amélia Álvaro de Campos, "Estudar uma Colegiada Urbana Medieval no contexto de um projecto de doutoramento," in *Incipit 1. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto*, coord. Flávio Miranda, Joana Sequeira (Porto: Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012), 55-64, <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9937.pdf>.

⁷ Manuela Santos Silva, "Igrejas-Colegiadas na Idade Média: uma linha de investigação a ser (pros)seguida," in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata, Luís Krus (Lisboa, Caleidoscópio, 2009), 583-589.

⁸ Gonçalo Melo da Silva, "Espiritualidade e Poder na Lisboa dos Finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515)" (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013), <https://run.unl.pt/handle/10362/10759>; Joaquim Bastos Serra, "A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa nos finais da Idade Média: os homens e a gestão da riqueza patrimonial" (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001), <https://run.unl.pt/handle/10362/17170>; Fernando Martins, "A Colegiada de Sta. Cruz do Castelo e a Capela de D. Isabel de Sousa" (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996).

Verdier Graf, João Luís Fontes e de Paulo Almeida Fernandes, que abordam, brevemente, a igreja e o Mosteiro do Salvador⁹. Esta figura ainda surge em capítulos sobre tumulária, heráldica e cultura escrita, tendo por base o seu túmulo e os livros mencionados no seu testamento¹⁰. Sobre o mosteiro, apenas existe um estudo arqueológico e antropobiológico de Nathalie Antunes-Ferreira e Nuno Mota, mas os dados recenseados não recuam além do século XVIII¹¹. Porém, existem relatórios arqueológicos que apresentam elementos para o período medieval que ainda não foram explorados¹².

Em quarto lugar, relativamente às experiências religiosas femininas, saliente-se o artigo de João Luís Fontes sobre reclusão e eremitismo em Lisboa, que foi essencial para compreender as mulheres emparedadas que viviam junto da igreja e a forma

⁹ António Domingues de Sousa Costa, “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa,” in *III Encontro sobre história dominicana. Actas*, tomo II, (Porto: Arquivo Histórico Dominicano, 1989), 1-150; Carlos Graf, “D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011), <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/57438>; João Luís Inglês Fontes, “João Afonso Esteves de Azambuja (1402-1415),” in *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dir. João Luís Inglês Fontes (Lisboa: Livros Horizonte, 2018), 471-484; Paulo Almeida Fernandes, “A encomenda artística episcopal. Três casos para uma introdução do tema,” in *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dir. João Luís Inglês Fontes (Lisboa: Livros Horizonte, 2018), 735-744.

¹⁰ Miguel Metelo de Seixas, “A Heráldica dos bispos e arcebispos de Lisboa,” in *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dir. João Luís Inglês Fontes (Lisboa: Livros Horizonte, 2018), 691-702; Carla Varela Fernandes, “Escultura Gótica,” in *Roteiro da Exposição Permanente. Museu Arqueológico do Carmo* (Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses/ Museu Arqueológico do Carmo, 2002), 81-97; Fernanda Maria Guedes de Campos, “Cultura Escrita dos bispos e arcebispos de Lisboa. Livros e leituras,” in *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, dir. João Luís Inglês Fontes (Lisboa: Livros Horizonte, 2018), 713-733.

¹¹ Nathalie Antunes-Ferreira, Nuno Mota, “Os Enterramentos do Claustro do Convento do Santíssimo Rei Salvador (Santa Maria Maior),” in *Arqueologia & História* 71-72, 13ª série (2019-2020), 45-55. Para o largo do Salvador também foi possível encontrar vestígios arqueológicos de um cemitério cristão, provavelmente do período da igreja, Irisalva Moita, “Cemitério Cristão do Largo do Salvador,” in *Revista Municipal* 64 (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1955), 47-50.

¹² Arquivo da Arqueologia Portuguesa, processo S 35359, Nuno Mota, “Intervenção arqueológica no Convento do Salvador (Alfama). Relatório Final”. (Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, 2020) (para a intervenção de 2004); Arquivo da Arqueologia Portuguesa, processo S 35359, Nathalie Antunes-Ferreira, “Exumação e estudo antropobiológico dos esqueletos do Convento do Salvador (Alfama, Lisboa)”. (Lisboa: s/d, 2005) (sobre os restos mortais encontrados em 2004); Arquivo da Arqueologia Portuguesa, processo S 35359, João Albergaria, “Trabalhos Arqueológicos. Relatório Preliminar. Convento do Salvador”. (Lisboa: Terralevis, 2016) (sobre as escavações efetuadas em 2016).

como se relacionavam com a colegiada¹³. Depois, sobre a mosteiros femininos dominicanos, a tese de doutoramento de Gilberto Coralejo Moiteiro, que estuda o Mosteiro de Jesus de Aveiro e, em particular, analisa a literatura produzida nesse contexto, permitindo conceber formas de identidade e memória interna das freiras e realiza fichas individuais para as freiras e os benfeitores do mosteiro¹⁴. Outras duas teses, mas de mestrado, sobre monaquismo dominicano, são a de Júlia Isabel Coelho Campos Alves de Castro, que analisa o caso do Mosteiro de S. Domingos das Donas de Vila Nova de Gaia, compreendendo a vida das freiras que nele professaram¹⁵. A outra, de Mário Alves Rebelo, foca a gestão patrimonial do Mosteiro de Jesus de Aveiro¹⁶. Também sobre comunidades dominicanas femininas, mas centrado na questão de criação e mecenato de manuscritos iluminados, destaca-se o trabalho de Paula Cardoso, em particular a sua dissertação de doutoramento¹⁷. Ainda o artigo “Ordenar na Observância: traços e memória do processo de institucionalização do mosteiro dominicano do Paraíso de Évora”, de João Luís Fontes, que analisa um tomo dessa comunidade, abordando a estratégia de aquisição e gestão de património¹⁸.

A nível europeu, destacam-se as obras de Sylvie Duval, uma investigadora que se foca em comunidades femininas dominicanas, na experiência conventual e na sua produção literária, nomeadamente a tese de doutoramento, uma vez que analisa duas comunidades italianas, entre 1385 e 1461, e como a reforma da observância,

¹³ João Luís Inglês Fontes, “Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média,” in *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, ed. Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes (Lisboa: Livros Horizonte, 2007), 259-277.

¹⁴ Gilberto Coralejo Moiteiro, *As dominicanas de Aveiro (c. 1450-1525): Memórias e identidade de uma comunidade textual* (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013), <http://hdl.handle.net/10362/10793>.

¹⁵ Júlia Isabel Coelho Campos Alves de Castro, “O Mosteiro de S. Domingos das Donas de Vila Nova de Gaia (1345-1513)” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993).

¹⁶ Mário Alves Rebelo, “O património do Mosteiro de Jesus de Aveiro e a sua gestão (1461-1525)” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2023), <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/108431?locale=pt>.

¹⁷ Paula Filipa Freire Cardoso, “Art, Reform and Female Agency in the Portuguese Dominican Nunneries: Nuns as Producers and Patrons of Illuminated Manuscripts (c. 1460-1560)” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019).

¹⁸ João Luís Inglês Fontes, “Ordenar na Observância: traços e memória do processo de institucionalização do mosteiro dominicano do Paraíso de Évora,” in *Os Dominicanos em Portugal*, coord. António Camões Gouveia, José Nunes e Paulo F. de Oliveira Fontes (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2018), 47-59.

inspirada nos ensinamentos de Catarina de Siena, mas também o contexto social das freiras, tiveram impacto nesses espaços sagrados¹⁹.

Depois, as teses e estudos de Maria Filomena Andrade e Luís Miguel Rêpas são estudos essenciais para compreender o monasticismo feminino em Portugal, apesar de não abordarem a Ordem do Mosteiro do Salvador. Estas obras, sobre a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, a Ordem de Santa Clara e a Ordem de Cister, apresentam metodologias e temas de investigação interessantes e que podem ser aplicados ao caso em estudo, nomeadamente o método prosopográfico, mas também analisam as fundações dos mosteiros, a gestão do património, os patrocínios e a comunidade, bem como a sua organização e o recrutamento social. Relativamente à implantação da rede monástico-conventual em Portugal, de todas as ordens no período medieval consultámos o artigo “Mosteiros e Conventos no Portugal Medieval: vida espiritual e lógicas de implantação”²⁰ e, para compreender o estabelecimento de casas dominicanas femininas em Portugal na *longue durée* o estudo de Frei António do Rosário²¹.

Fontes

O presente estudo tem como corpus documental um vasto conjunto de fontes, inéditas e publicadas, resultantes da produção eclesiástica e régia. Nesse sentido, foi necessário um levantamento exaustivo do Fundo do Mosteiro do Salvador de Lisboa, um conjunto de documentação inédita, que provém do cartório do cenóbio que vimos analisar e que se encontra disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)²². Ainda provenientes do Salvador, mas conservadas na Biblioteca Nacional de Portugal, foram utilizadas as suas Constituições (1396)²³, e o livro de fundação,

¹⁹ Sylvie Duval, “Comme des anges sur terre”: les moniales dominicaines et les débuts de la réforme observante (Roma: École française de Rome: Bibliothèque des Écoles Françaises d’Athènes et de Rome, 2015).

²⁰ João Luís Inglês Fontes, Maria Filomena Andrade e Ana S. A. Rodrigues, “Mosteiros e Conventos no Portugal Medieval: vida espiritual e lógicas de implantação,” *SVMMA. Revista de Culturas Medievais* 15 (2020): 8-34.

²¹ Frei António do Rosário, “Mapa de Portugal Dominicano Feminino,” in *I Congreso Internacional del Monacato Femenino em España, Portugal y America: 1492-1992*, ed. María Isabel Viforcós Marinas, Jesús Paniagua Pérez, Tomo 2 (Leon: Universidade de Leon, Secretariado de Publicaciones, 1993), 653-666.

²² Arquivo Nacional Torre do Tombo, Mosteiro do Salvador de Lisboa (ANTT, MSL).

²³ BNP, Iluminados 150. *Constituições do Mosteiro de S. Salvador das Donas, da cidade de Lisboa, pertencente à ordem de São Domingos*, de 29 de Novembro de 1396. Lisboa, 29 de novembro de 1396. - [9] f. : perg., il. color. ; 279x232 mm, <https://purl.pt/31547>.

da autoria da Madre Maria do Baptista (1618)²⁴. A ausência de consulta de outros fundos de conventos dominicanos observantes olisiponenses, nomeadamente o de São Domingos de Benfica, deriva da dispersão documental que ocorreu para a maioria dos mosteiros masculinos, na sequência da extinção das Ordens Monásticas, em 1834. Na verdade, o fundo desse cenóbio, conservado no ANTT, não faz referência a uma cronologia medieval²⁵.

No conjunto de documentos publicados, consultámos os volumes de Chancelarias Régias quer para o período da colegiada, quer para o período do cenóbio. Para a cronologia da colegiada, recorreu-se ainda ao *Chartularium Universitatis Portugalensis* e, para cruzar referências com a documentação fundacional do mosteiro, ao *Monumenta Portugaliae Vaticana*²⁶. Para a cronologia da casa monástica, utilizou-se o *Livro das Posturas Antigas* e o *Livro dos Pregos*, com o objetivo de compreender melhor a sua relação com a cidade²⁷. Refiram-se igualmente os textos cronísticos régios referentes ao século XV, nomeadamente a *Crónica de D. Afonso V*, da autoria de Rui de Pina, que aborda sucintamente a importância do Salvador como local de passagem do corpo do Infante Santo, mas também como um local que a princesa Joana, filha de D. Afonso V, poderia eleger para se recolher²⁸. Sobre o primeiro caso, consultámos também Frei João Álvares²⁹. A seleção de fontes de origem religiosa revelou-se pertinente, pois o *Agiológio Lusitano* e a *História de São Domingos*, de Frei Luís de Sousa, baseados no livro de fundação do mosteiro, abordam os milagres associados à fundação do mosteiro e a sua história³⁰.

²⁴ BNP, Reservados 684-P. Maria do Baptista, *Livro de Fundação do Mosteiro do Salvador da cidade de Lisboa e de alguns casos dignos de memória, que nelle acontecerão*. (Lisboa: Pedro Crasbeek, 1618), <https://purl.pt/14095>.

²⁵ Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico* (Lisboa: Horizonte, 2016): 388 (Convento de São Domingos de Benfica).

²⁶ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, ed. Artur Moreira de Sá, vol. I (1288-1377) (Lisboa: Instituto da Alta Cultura, 1966) e *Monumenta Portugaliae Vaticana*, ed. António Domingues de Sousa Costa, 4 vols. (Braga: Editorial Franciscana, 1968-1982). Também consultámos as súplicas transcritas e não publicadas de António Domingues de Sousa Costa disponíveis no Arquivo Histórico da Província Portuguesa da Ordem Franciscana.

²⁷ *Livro das Posturas Antigas*, ed. Maria Teresa Campos Rodrigues (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974) e *Livro dos Pregos*, eds. Inês Morais Viegas e Marta Gomes (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2016).

²⁸ Thomas Earle, *Crónica de D. Afonso V de Rui de Pina* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024), 111-564, <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2567-6>.

²⁹ Frei João Álvares, *Obras*, vol. I, *Trautado da Vida e Feitos do Mui Virtuoso Senhor Ifante Dom Fernando*, vol. II – *Cartas e Traduções*, ed. Adelino de Almeida Calado (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959-1960).

³⁰ Jorge Cardoso, *Agiológio Lusitano*. Edição fac-similada: Lisboa, 1652. (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002); e Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos* (Porto: Lello & Irmão, 1977).

Recorremos igualmente aos mapas e documentação cartográfica disponíveis no âmbito do projeto “Lx Conventos (Da cidade sacra à cidade laica: a extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX)”³¹. Esta plataforma também contém uma coleção de fotografias do edifício antes da sua renovação. Assim, conseguimos identificar a sala manuelina, atualmente fechada, como um dos vestígios conservados mais antigos do mosteiro.

Metodologia

A nossa pesquisa iniciou-se com a seleção de materiais adequados para desenvolver a investigação. Em primeiro lugar, realizámos uma recolha documental a partir do fundo do Mosteiro do Salvador de Lisboa, com o objetivo de identificar os documentos para a cronologia em estudo. Além disso, procurámos outras fontes escritas do cenóbio, como o livro de fundação (1618) e as suas Constituições (1396), ambas disponíveis na plataforma *Biblioteca Nacional Digital*. Tendo em vista compreender a área espacial onde o mosteiro foi construído, recorremos à documentação cartográfica disponibilizada pelo projeto “Lx Conventos: Da cidade sacra à cidade laica: a extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX”³². A par disso, tomando conhecimento de diversas campanhas arqueológicas no local onde o mosteiro se encontrava, consultámos os seus relatórios e estudos antropobiológicos que deles resultaram.

Em segundo lugar, procedemos à pesquisa e recolha bibliográfica, sobre a história da urbanização, de colegiadas, da reclusão feminina, do monaquismo feminino e da Observância Dominicana em Portugal e no estrangeiro.

Efetuada e concluída esta fase de pesquisa, demos início à fase de recolha, tratamento e sistematização da informação. Realizámos fichas prosopográficas/biográficas relativas ao universo humano do mosteiro. Neste âmbito, foi essencial definir critérios para a composição das fichas prosopográficas, tendo em conta a informação disponível, especialmente no que concerne às mulheres que compunham a comunidade monástica. Nesse sentido, o protocolo de pesquisa baseou-se na identificação da freira, a sua cronologia, se exerceu cargos dentro do mosteiro, a referência a

³¹ Cátia Teles e Marques, “Convento do Santíssimo Rei Salvador,” *Projeto Lx Conventos (Da cidade sacra à cidade laica: a extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX) – Base de Dados*, Abril 11, 2019, <https://patrimoniocultural.cmlisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=655>.

³² Cátia Teles e Marques, “Convento do Santíssimo Rei Salvador,” *Projeto Lx Conventos: Da cidade sacra à cidade laica: a extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX – Base de Dados*, Abril 11, 2019, <https://patrimoniocultural.cmlisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=655>.

familiares e criados, bem como a existência de propriedades. Apesar da criação inicial de um campo para a inserção de informação menos habitual, como devoções pessoais, informações sobre literacia, posse ou encomenda de livros ou outras informações associadas à materialidade, que começam a ser mais frequentes para a época em estudo, denotou-se que não havia informações para tal.

Considerámos relevante inventariar e cartografar o património monástico, definindo a sua tipologia, mas também a sua localização e como é que esse bem foi adquirido. Este trabalho tem como objetivo compreender a gestão cuidadosa, por parte da comunidade, da sua grande fonte de rendimentos.

Por fim, efetuámos a análise das relações entre os dados recolhidos e iniciámos a redação propriamente dita da dissertação.

Estrutura provisória do trabalho final

Em função das problemáticas e dos objetivos apresentados, a presente dissertação apresenta a seguinte estrutura provisória:

Introdução

1. Uma fundação em contexto: o Mosteiro do Salvador e o desenvolvimento da observância dominicana em Lisboa

- 1.1. Antecedentes: a colegiada do Salvador
- 1.2. Protagonistas: um bispo, um monarca e os Pregadores
- 1.3. Processos e contextos: a fundação do mosteiro

2. A interdependência comunitária e social

- 2.1. A comunidade monástica
 - 2.1.1. A normativa e organização
 - 2.1.2. Recrutamento
- 2.2. Benfeitores
 - 2.2.1. O poder régio
 - 2.2.2. Os poderes eclesiásticos
 - 2.2.3. A nobreza e as elites leigas e cortesãs
- 2.3. As redes; dependentes, servidores e foreiros

3. O *temporal* do mosteiro: a constituição e gestão das propriedades

Conclusão

Anexos

- a) Os membros da Colegiada da igreja do Salvador
- b) As prioresas do Mosteiro do Salvador
- c) As freiras do Mosteiro do Salvador

- d) Os dependentes, servidores e foreiros do Mosteiro do Salvador
- e) As propriedades do Mosteiro do Salvador

Fontes

Bibliografia

Dados semi-tratados

Os dados semi-tratados recolhidos até ao momento, embora limitados, oferecem importantes pistas para a compreensão das dinâmicas, internas e externas, do Mosteiro do Salvador de Lisboa.

Importa salientar os dados obtidos através da análise prosopográfica das freiras do Mosteiro do Salvador. Foi possível identificar 89 freiras para as quais apenas temos informações sobre familiares e propriedades para sete mulheres. Apesar das poucas informações que detemos, podemos tecer algumas considerações. Dessas sete mulheres, conseguimos identificar relações familiares, quer por doações, quer por heranças. A partir dessa documentação foi possível edificar árvores genealógicas. A razão pelo silêncio da origem de muitas das mulheres que compunham a comunidade monástica pode relacionar-se com vários motivos. Desde logo, a organização do arquivo que ocorreu no século XVIII para a elaboração do livro de fundação pode ter levado à eliminação de documentação que já poderia ser inválida. Outra hipótese relaciona-se com a própria espiritualidade dessas mulheres. Seguindo o ideal da Observância, de cumprimento rigoroso da Regra, será que estas mulheres ambicionavam o corte com a sociedade? É importante indicar que as religiosas do Salvador conservaram o nome de família até ao Concílio de Trento. Assim, é complexo justificar essa ausência de informação.

Ademais, para dois membros da família de duas freiras podemos apresentar a hipótese de serem *familiares* do cenóbio³³. Nesse sentido, a comunidade monástica assegura que João de Oeiras, o pai da freira Catarina Eanes a Bugalha (1434-1475), já idoso, tem o acompanhamento do sobrinho, a quem realiza uma doação em vida de casas e terrenos para o sustentar; e assegura igualmente que Maria Lourenço, a mãe da freira Isabel Eanes (1465-1491), tenha uma casa para viver, realizando a doação em vida de uma casa³⁴.

³³ Sobre a questão de *familiares* de mosteiros, veja-se: Luís Miguel Rêpas, “*Familiares e familiaritas* no mosteiro cisterciense de Arouca (séculos XIII e XIV),” in *Olhares Sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, (Lisboa: Caleidoscópio, 2009), 501-515.

³⁴ ANTT, MSL, mç. 24, doc. 474 (1438/06/25) e ANTT, MSL, mç. 10, doc. 196 (1469/07/13).

Além disso, identificámos dois momentos de instabilidade no cenóbio, especialmente entre os anos 1461-1464 e 1500-1510, o que demonstra as dificuldades económicas enfrentadas pela comunidade, devido a despesas avultadas relacionadas com contendas contra os arcebispos de Lisboa, D. Afonso Nogueira (1459-1464) e D. Martinho (1500-1521)³⁵. É perceptível que o mosteiro despendeu todo o seu dinheiro, chegando a pedir um empréstimo a uma mulher próxima da comunidade³⁶. Dessa forma, verifica-se uma gestão delicada e, por vezes, vulnerável dos recursos do mosteiro, pela sujeição a tensões eclesiásticas.

Em suma, os dados semi-tratados até agora revelam aspetos cruciais da organização e composição social do Mosteiro do Salvador, mas ainda há um longo caminho pela frente para uma análise mais completa.

³⁵ Sobre as contendas entre o cenóbio e os arcebispos de Lisboa, vide Baptista, *Livro de Fundação*, 129-147.

³⁶ As freiras emprazaram em três vidas a Catarina de França, dona viúva, uma quintã no Paço do Lumiar, no qual nos primeiros 12 anos o valor do dinheiro emprestado, 40 cruzados de ouro, seria descontado (ANTT, MSL, mç. 20, doc. 384).

Os Besteiros do Monte (1422-1498). Das Matas aos Campos de Batalha¹

Pedro Dinis Neto Costa

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inca7>

Resumo

O presente artigo resulta de um conjunto de reflexões desenvolvidas no âmbito do nosso projecto de dissertação de mestrado, dedicado ao estudo da milícia concelhia dos besteiros do monte. Esta milícia terá surgido no século XV e, ao contrário de outras milícias concelhias que atuaram no território português, continua a suscitar diversas interrogações historiográficas. Os besteiros do monte, também designados como besteiros da fraldilha (ou faldrilha), apresentam uma expressão documental mais reduzida quando comparados com outros corpos de besteiros, o que dificulta a determinação do momento exato da sua criação. Não obstante, as referências a este corpo tornam-se progressivamente mais frequentes ao longo dos reinados de D. Afonso V e de D. João II, verificando-se um crescimento particularmente significativo durante o reinado de D. Manuel I. Do ponto de vista militar, caracterizam-se como um corpo de infantaria ligeira que desempenhou um papel relevante nas campanhas militares no Magrebe, assumindo especial importância na preparação das almogavarias, bem como na participação direta nestas incursões. Em 1498, atingem o que poderemos designar como o seu período áureo, na sequência das decisões tomadas por D. Manuel I nas Cortes de Lisboa, onde foram extintas as restantes milícias que utilizavam a besta como principal arma, permanecendo

¹ O artigo aqui apresentado não corresponde exatamente à comunicação proferida no XVII *Workshop de Estudos Medievais*. À data da sua apresentação, o projecto de dissertação encontrava-se ainda numa fase inicial de recolha documental, tendo, desde então, sofrido diversas reformulações e aprofundamentos. Optámos, assim, por reformular a comunicação original por entendermos ser necessário clarificar os vários aspectos relativos ao corpo militar dos besteiros do monte, procurando, desta forma, oferecer uma abordagem mais consistente e fundamentada. Tal opção justifica-se, em particular, pelo facto de este constituir o primeiro estudo especificamente dedicado à génese e institucionalização desta milícia.

apenas os besteiros do monte. Tal opção justificava-se pela sua reconhecida utilidade estratégica, sobretudo no Além-Mar.

Palavras-chave: Besta, Milícia, Guerra, Portugal.

Abstract

The present article stems from a set of reflections developed within the framework of our Master's dissertation project, devoted to the study of the municipal militia of the besteiros do monte. This corps appears to have emerged in the 15th century and, unlike other municipal militias that operated within the Portuguese territory, it continues to raise a number of historiographical questions. The besteiros do monte, also referred to as besteiros da fraldilha (or faldrilha), are less extensively documented than other corps of crossbowmen, which renders it difficult to determine the precise moment of their creation. Nevertheless, references to this corps become progressively more frequent throughout the reigns of King Afonso V and King John II, with particularly significant growth occurring during the reign of King Manuel I. From a military perspective, they may be characterised as a corps of light infantry that played a relevant role in the military campaigns in the Maghreb, assuming particular importance in the preparation of *almogavarias*, as well as in direct participation in these incursions. In 1498, they reached what may be described as their golden age, following decisions taken by King Manuel I at the Cortes of Lisbon, during which the remaining militias that employed the crossbow as their principal weapon were extinguished, leaving only the besteiros do monte. This decision was justified by their recognised strategic utility, particularly in the overseas territories.

Keywords: Crossbow, Militia, War, Portugal.

Tema, Problemas, Objetivos, Cronologia e Espaço

A presente dissertação incide sobre o estudo dos besteiros do monte no período compreendido entre 1422 e 1498. O seu principal objetivo consiste, numa primeira fase, em apurar as circunstâncias do surgimento desta milícia concelhia em Portugal, procurando, posteriormente, perscrutar a sua importância no âmbito da *hoste régia*. Para tal, procuraremos conhecer melhor a organização interna deste corpo militar. O estudo assumirá igualmente uma vertente de carácter social, na medida em que se procurará determinar a origem social e geográfica dos efetivos recrutados, bem como os privilégios de que beneficiavam.

No Reino de Portugal, o uso de armas neurobalísticas – arcos e bestas – constituiu uma constante ao longo do período medieval. A utilização da besta sobrepôs-se à do arco, conduzindo à criação de corpos militares especializados no manuseamento desta arma, como os besteiros do conto, instituídos durante o reinado de D. Dinis², e os besteiros do cavalo, criados no reinado do primeiro monarca de Avis³. Estes corpos encontram-se amplamente documentados, sendo possível identificar o momento da sua criação, bem como o número de efetivos que integravam cada uma destas milícias ao longo do século XV, sendo estes, cerca de 5000 para os besteiros do conto e para o caso dos besteiros do cavalo num primeiro momento eram 1000, mas com D. Afonso V passaram a ser só metade deste número⁴.

No que respeita aos principais problemas identificados ao longo desta investigação, destaca-se, no caso dos besteiros do monte, a inexistência de arrolamentos conhecidos que permitam determinar tanto o número de unidades de recrutamento – as anadelarias – como o contingente que cada uma deveria fornecer. Acresce, ainda, a dificuldade em estabelecer com precisão a fundação desta milícia, uma vez que não existe qualquer documento que refira a sua génese, ao contrário do que sucede com os besteiros do conto e os besteiros do cavalo, cuja criação se encontra mais claramente identificada pela historiografia portuguesa.

O recorte cronológico deste estudo tem início em 1422, ano em que a milícia dos besteiros do monte surge documentalmente atestada, e prolonga-se até 1498, data em que D. Manuel I, nas Cortes de Lisboa, promulgou uma “reforma militar” relativa aos corpos que utilizavam a besta como arma principal, circunstância que conduziu esta milícia ao que poderá ser designado como o seu período áureo⁵.

Este estudo centrar-se-á no espaço do reino português, podendo, sempre que pertinente, estabelecer algumas comparações com o contexto castelhano, com vista a uma melhor compreensão da realidade portuguesa.

² Leandro Ribeiro Ferreira, “De homens comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1383–1438)” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2015), 38

³ João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998), 72

⁴ João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998), 61-73.

⁵ Esta constituiu uma das principais alterações introduzidas após a realização do XVII Workshop de Estudos Medievais, na sequência das recomendações e observações apresentadas pelo Dr. João Nisa, que nos indicou a localização do primeiro documento em que se menciona um besteiro do monte e sugeriu a redefinição do recorte cronológico.

Enquadramento Historiográfico

Antes de proceder à análise da produção historiográfica que serve de base à presente investigação, importa, em primeiro lugar, sublinhar o carácter pioneiro do tema escolhido no contexto da historiografia portuguesa, uma vez que esta milícia concelhia não foi, até ao momento, objeto de um estudo monográfico específico.

Numa fase inicial, a caracterização da hoste militar portuguesa revelou-se essencial para o enquadramento deste trabalho. Neste sentido, destaca-se a obra de João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*⁶, fundamental para a compreensão do panorama bélico português entre a Batalha de Aljubarrota e a Batalha de Alfarrobeira, sendo frequentemente considerada a obra de referência para a História Militar portuguesa do século XV. Outro trabalho importante para a caracterização da hoste régia é o artigo de Humberto Baquero Moreno, intitulado “A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV”⁷.

Entre os trabalhos mais recentes, importa referir as teses de doutoramento de António Martins Costa, *A Arte Militar Portuguesa entre os finais da Idade Média e os alvores da Modernidade (1449–1521)*⁸, e de Gonçalo Feio, *O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da guerra*⁹, ambas relevantes para o enquadramento mais amplo da evolução militar portuguesa na transição para a Modernidade.

Sendo um dos principais objetivos deste estudo a análise de uma milícia concelhia específica, revelou-se igualmente indispensável considerar investigações dedicadas a outras milícias portuguesas. Entre estas, destacam-se as dissertações de mestrado de Leandro Ferreira, *De homens-comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal*

⁶ João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998).

⁷ Humberto Baquero Moreno, “A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV”, in *Actas do I Colóquio ‘Para uma visão global da História Militar’* (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1992), 59-70.

⁸ António Martins Costa, “A Arte Militar Portuguesa entre os finais da Idade Média e os alvores da Modernidade (1449-1521) (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2025).

⁹ Gonçalo Couceiro Feio, “O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da guerra” (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2013).

na *Idade Média (1385–1438)*¹⁰, e de Pedro Sebastião, *Os Espingardeiros: Um Novo Corpo Militar no Alvor da Modernidade (1437–1495)*¹¹.

No que se refere ao armamento, e mais especificamente à arma neurobalística utilizada por estes milicianos, a obra de Paulo Jorge Agostinho, *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de quatrocentos*¹², assume particular importância, ao analisar a génese e a evolução desta arma ao longo do período medieval.

Por fim, a expansão territorial do Reino de Portugal para o Norte de África – contexto no qual esta milícia desempenhou um papel relevante – encontra-se amplamente estudada pela historiografia portuguesa. Destaca-se, desde logo, o trabalho de João Sérgio Cruz, *O castelo de Alcácer Ceguer: transformações morfológicas nos sécs. XV e XVI*¹³, fundamental para a compreensão da conquista e ocupação portuguesa desta fortaleza. No que respeita à conquista de Arzila, em 1471, a dissertação de mestrado de Paulo Alexandre M. Dias oferece uma análise aprofundada da tomada desta praça pelos portugueses¹⁴. Finalmente, no âmbito da defesa das praças magrebina a partir do reinado de D. Manuel I – contexto em que os besteiros do monte assumiram particular protagonismo – revela-se essencial o estudo de Fernando Pessanha sobre as guarnições portuguesas no Norte de África¹⁵.

Fontes

As fontes utilizadas na elaboração deste estudo dividem-se em dois grandes conjuntos: por um lado, as fontes diplomáticas, designadamente as Chancelarias Régias, os capítulos de Cortes, as Ordenações dos reinados supramencionados e Atas de cariz municipal; por outro, as fontes narrativas, sobretudo Crónicas Régias produzidas nos séculos XV e XVI.

¹⁰ Leandro Ribeiro Ferreira, “De homens comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1383-1438)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2015).

¹¹ Pedro Filipe Fernandes Sebastião, “Os Espingardeiros. Um Novo Corpo Militar no Alvor da Modernidade (1437-1495)” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2018).

¹² Paulo Jorge Agostinho, *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de quatrocentos* (Coimbra: IUC, 2013).

¹³ João Sérgio Cruz, “O castelo português de Alcácer Ceguer: transformações morfológicas nos sécs. XV e XVI” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 2015).

¹⁴ Paulo Alexandre Dias, “A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471” (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2015).

¹⁵ Fernando Pessanha, “As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da Duquesa, no Algarve Dalém Mar” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve, 2012).

No que respeita às fontes diplomáticas, as mais utilizadas foram as Chancelarias Régias. Para os reinados de D. Afonso V e de D. Manuel I, numa fase inicial da investigação, recorreremos aos índices disponibilizados pelo Projeto Ophir, desenvolvido pelo Centro de Estudos Damião de Góis¹⁶. A consulta da Chancelaria de D. João II foi facilitada pelos índices compilados por Manuela Mendonça¹⁷. Foram igualmente consultadas as Ordenações Afonsinas¹⁸ e as Ordenações Manuelinas¹⁹, sendo que apenas nestas últimas se encontram referências explícitas aos besteiros do monte. No que concerne às Cortes, procedeu-se à exploração das realizadas no período cronológico em estudo, destacando-se, até ao momento, as Cortes de 1498 como particularmente relevantes para esta investigação²⁰. Outras fontes de significativa importância são os livros da Leitura Nova²¹, nomeadamente os dos Extras, da Estremadura, dos Místicos e do Odiana, cujos índices foram, em alguns casos, disponibilizados pelo Instituto de Estudos Medievais.

No âmbito das fontes de natureza municipal, foram consultadas diversas atas de vereação produzidas ao longo do século XV. Entre estas, as mais úteis foram o *Livro de Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*²², onde se encontra a primeira referência documental conhecida a esta milícia, e as *Atas de Vereação de Loulé: século XV*²³, que incluem um regimento, datado de 1493, relativo ao apuramento de efetivos para a referida milícia, documento de particular interesse para o presente estudo.

¹⁶ Os índices foram elaborados no contexto de um projeto desenvolvido pelo Centro de Estudos Damião de Góis, sob a direção de Humberto Baquero Moreno, no âmbito das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Os seus resultados estão disponíveis através do projeto “Ophir – Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses”.

¹⁷ Manuela Mendonça, *Chancelaria de D. João II: índices* (Lisboa: Arquivos Nacionais Torre do Tombo, 1994).

¹⁸ *Ordenações Afonsinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984).

¹⁹ *Ordenações Manuelinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984).

²⁰ *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I*, org. João José Alves Dias, vol.2 (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2001).

²¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Leitura Nova*.

²² *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*, trans. José Manuel Vargas (Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2005).

²³ *Actas de vereação de Loulé século XV*, coord. Manuel Pedro Serra. Supl. de *Revista Al-úlyá*, 10 (Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 2004).

No que se refere às fontes narrativas, as crónicas quatrocentistas de Rui de Pina relativas aos reinados de D. Afonso V²⁴ e de D. João II²⁵, bem como a crónica de Garcia de Resende dedicada a este último monarca²⁶, revelam-se essenciais, devido ao facto de apresentarem algumas das ações realizadas pelos membros da milícia dos besteiros do monte. Para o reinado de D. Manuel I, recorre-se à crónica de Damião de Góis²⁷.

Metodologia

A metodologia adotada consistiu na criação de uma base de dados na plataforma Excel, na qual foram sistematizadas as informações recolhidas a partir das fontes supramencionadas. Atendendo à extensão do corpus documental, a transcrição integral de todos os documentos revelou-se inviável, tendo-se optado pela transcrição apenas daqueles que apresentam maior relevância para o estudo desta milícia concelhia.

Privilegiar-se-á o método prosopográfico, aplicado ao universo dos besteiros do monte, com o objetivo de responder a um conjunto de questões fundamentais: os locais de recrutamento, os grupos socioprofissionais de proveniência, a organização interna do corpo e os privilégios e deveres que lhe estavam associados.

Por fim, com base no corpus documental reunido, procurar-se-á identificar e analisar os contributos militares imputáveis à milícia dos besteiros do monte, através da articulação entre fontes diplomáticas e narrativas cronísticas.

Estrutura

O presente projeto de dissertação encontra-se estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo proceder-se-á à contextualização militar da hoste portuguesa nos finais da Idade Média – com particular incidência no século XV –, caracterizando, de forma detalhada, os diferentes contingentes que a integravam: a guarda régia, as mesnadas nobres, as milícias concelhias – incluindo as inovações surgidas neste período – e, por fim, as ordens militares.

²⁴ Rui de Pina, “Crónica de El-rei Dom Afonso V”, in *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. Joaõ I, D. Duarte, D. Affonso V, e de D. Joaõ II* (ed. Jose Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790).

²⁵ Rui de Pina, *Crónica de D. João II* (dir. Luís de Albuquerque. Lisboa: Alfa, 1989).

²⁶ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II; e miscelânea* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991).

²⁷ Damião de Góis, *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel* (dir. J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926).

O segundo capítulo incidirá sobre as principais questões relativas à milícia dos besteiros do monte. Nele serão apresentadas e discutidas algumas hipóteses quanto à sua génese, com base na documentação disponível, equacionando-se, por exemplo, a sua eventual correspondência com corpos congéneres castelhanos ou a sua possível similitude com oficiais de natureza cinegética, como os monteiros.

O terceiro capítulo terá como principal intuito desenvolver um estudo de natureza social sobre estes milicianos. Procurar-se-á compreender a sua origem geográfica e socioprofissional, bem como identificar e analisar os privilégios e os deveres que lhes estavam associados, estabelecendo, sempre que pertinente, comparações com outras milícias concelhias existentes no reino. Será ainda examinada a sua organização interna, bem como o perfil dos seus anadéis-mores.

No quarto e último capítulo será privilegiada a vertente militar desta investigação. Entre os principais objetivos destaca-se a análise da possível transição deste corpo militar dos espaços florestais para os teatros de guerra, tomando como ponto de referência o Regimento outorgado por D. Afonso V em 1468²⁸. Este diploma permite conhecer o armamento e as proteções utilizadas por estes soldados nas campanhas militares do período em estudo, bem como compreender de que modo eram mobilizados na defesa das praças e nos campos de batalha. Por fim, será analisada a reforma das milícias de besteiros promulgada por D. Manuel I nas Cortes de Lisboa de 1498²⁹, avaliando-se a sua relevância para a afirmação e consolidação da milícia dos besteiros do monte.

Conclusões

Ao longo da presente investigação foram alcançados diversos resultados e conclusões relevantes.

Desde logo, uma das primeiras conclusões prende-se com a etimologia desta milícia concelhia. A historiografia portuguesa tem vindo a distinguir os besteiros do monte dos besteiros da fraldilha (ou faldrilha), considerando tratar-se de corpos militares distintos: os primeiros associados à prática de “correr o monte”³⁰ e os segundos identificados com o uso de uma fralda de couro como elemento distintivo³¹.

²⁸ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Leitura Nova*, Livro 1 dos Extras, fls. 135-137v. Documento nº1 em anexo

²⁹ *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I*, org. João José Alves Dias, vol.2 (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2001), 330-331.

³⁰ Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras Termos e Frases Antiquadas* (ed. A. J. Fernandes Lopes. Lisboa, 1875, vol. 2, 133).

³¹ *Boletim do Arquivo de História Militar*, vol. 24 (Lisboa: Arquivo de História Militar, 1954), 121.

Contudo, a documentação analisada demonstra que ambas as designações eram utilizadas para referir a mesma milícia concelhia³². Tal constatação é reforçada pelo facto de o termo *falda* remeter, etimologicamente, para o sopé da montanha, aproximando semanticamente as duas denominações.

No que respeita às hipóteses colocadas sobre a criação desta milícia, importa começar pela primeira referência documental conhecida, que surge nas atas municipais das atuais localidades de Alcochete e do Montijo. Numa sessão datada de 8 de fevereiro de 1422, é mencionado «Gonçalo Martins “Robejo”, besteiro do monte»³³, por ter abatido um lobo, ação que realizara com autorização dos homens do concelho, no contexto de uma praga de lobos que dizimava o gado da população. Esta referência sustenta uma das hipóteses interpretativas avançadas: a eventual ligação desta milícia a ofícios de natureza cinegética, relacionados com a guarda de bosques e coutadas, funções também desempenhadas por monteiros e couteiros – problemática já identificada e explorada por Afonso Sousa na sua dissertação de mestrado³⁴.

Outro elemento que pode reforçar esta interpretação prende-se com a possível interligação ou assimilação com corpos congéneres no espaço ibérico. No reino de Castela, durante o século XIV, encontra-se documentado um grupo de besteiros, formado em 1385, e designado como *ballesteros del monte*, cuja atuação se concentrava, sobretudo, na região fronteiriça com o reino de Granada, em Múrcia. Esta hipótese encontra apoio em dois estudos fundamentais, da autoria de Juan Torres Fontes e de Manuel Carlos Culiáñez Celdrán. O primeiro autor refere que estes besteiros eram essenciais para “seguir los rastros de los almogávares de tierra de moros”³⁵, isto é, para o rastreamento e perseguição de incursões inimigas. Por seu turno, Culiáñez Celdrán demonstra que as funções destes homens não se restringiam à esfera militar, desempenhando igualmente um papel crucial na proteção das reservas florestais murcianas, em especial no concelho de Orihuela, na regulação das práticas cinegéticas e na fiscalização do corte excessivo de lenha³⁶.

³² Documento N^o3, em anexo.

³³ *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421–1422)*, trans. José Manuel Vargas (Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2005),

³⁴ Afonso Soares de Sousa, “Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2023).

³⁵ Juan Torres Fontes, “Los Fronterizos Murcianos en la Edad Media,” *Murgetana* 100 (1999): 15.

³⁶ Manuel Carlos Culiáñez Celdrán, “Las Relaciones de Orihuela con la Frontera de Granada en el Siglo XV: la Cautividad” (Tese de Doutoramento, Universidad de Murcia, 2015), 81.

No que concerne aos dados recolhidos nas Chancelarias Régias de Avis, importa referir que, para os reinados de D. João I³⁷ e do seu sucessor³⁸, apenas foi identificada uma referência documental, a já identificada, de Gonçalo Robejo nas localidades de Montijo e Alcochete³⁹. A situação altera-se substancialmente com a Chancelaria de D. Afonso V, da qual foram recolhidas 83 referências a elementos desta milícia⁴⁰. Já para o reinado de D. João II, foi possível identificar 121 besteiros do monte⁴¹, perfazendo um total de 205 milicianos documentados, dos quais se conseguiu determinar a origem geográfica de 187.

Estes resultados permitem retirar considerações relevantes, designadamente a preferência pelo recrutamento de efetivos a sul da linha do rio Tejo. Tal tendência poderá estar relacionada com a familiaridade destes homens com paisagens orograficamente semelhantes às do Norte de África – em particular a região do Rife, onde Portugal detinha diversas possessões –, o que também acontecia na região de Múrcia e Orihuela, onde atuavam os seus congéneres castelhanos. Esta preferência torna-se ainda mais evidente nas Cortes de Lisboa de 1498, já durante o reinado de D. Manuel I, quando o monarca delimita o recrutamento desta milícia às regiões da Beira Baixa, do Alentejo e do Algarve⁴².

Do ponto de vista social, os dados recolhidos são mais escassos. Apenas foi possível identificar a pertença socioprofissional de seis besteiros do monte, designadamente: um coronheiro, um ferrador, um lavrador, um oleiro, um vaqueiro e um sapateiro. Regista-se, assim, a existência de atividades artesanais, ligadas aos mesteres urbanos, e de ocupações agrícolas. A preferência por homens com experiência em meios rurais acabará por prevalecer, se levarmos em conta que, em 1490, nas Cortes de Évora, D. João II determinou que os mesteirais não poderiam ser recrutados para esta milícia⁴³, o que poderá traduzir uma tentativa de redefinição do seu perfil socioprofissional.

³⁷ *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, org. João José Alves Dias, (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2023) 5 vols. (13 tomos).

³⁸ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, org. João José Alves Dias, (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002) 3 vols.

³⁹ *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*, trans. José Manuel Vargas (Alcochete: Câmara Municipal de Alcochete, 2005), 176

⁴⁰ Mapa N^o1, em anexo.

⁴¹ Mapa N^o2, em anexo.

⁴² Mapa N^o3, em anexo.

⁴³ Arquivo Municipal de Coimbra – Arquivo Histórico, Pergaminhos Avulsos, n.º 98.

No plano militar, os dados recolhidos permitem igualmente formular conclusões relevantes. Através do referido regimento, é possível identificar o armamento que estes milicianos eram obrigados a possuir aquando da sua convocação para a guerra:

«Item queremos e mandamos que quando quer que os ditos besteiros forem chamados pera nosso serviço e forem servir que ajam tamanho soldo e mantimento como a homens d'armas e elles terem continuamente suas bestas bem corregidas com suas aljavas cheas de setas e cada huum hũa azaguaya ou dardo e sua espada ou punhal gramde e huum casco redomdo pera nos assy servirem com as ditas armas quando quer que os servir mandarmos»⁴⁴.

Ao analisarmos o armamento e as proteções referidas, concluímos que a milícia dos besteiros do monte se enquadrava num tipo de infantaria ligeira, em que a mobilidade e a rapidez eram mais importantes do que a proteção corporal.

Quanto à participação de besteiros do monte nas campanhas militares que marcaram o século XV português, observa-se uma presença mais consistente desta milícia a partir de 1471, ano das conquistas das praças de Arzila e Tânger, em cujas campanhas conseguimos identificar a participação de um besteiro do monte⁴⁵. A intervenção desta milícia nos territórios magrebins torna-se evidente principalmente nas tarefas de defesa e reconhecimento do terreno, uma vez que a guerra travada em Marrocos constituirá um retorno à guerra que era praticada na Península Ibérica aquando da Reconquista cristã⁴⁶.

Este tipo de guerra baseava-se em “trabalho de guarnição, muita vigilância, muita espionagem, muito investimento no controlo de pontos elevados (...) muito saque”⁴⁷, tendo como objetivo principal a proteção das praças-fortes. Não obstante, as guarnições destas praças-fortes também desenvolviam ações ofensivas, designadamente as almogavarias, que consistiam na organização de pequenos grupos de homens, montados ou apeados, munidos de armamento ligeiro, que tinham como principal intuito capturar gado ou pessoas. A realização deste tipo de operações pressupunha, contudo, um prévio reconhecimento do território, efetuado por escutas ou batedores.

⁴⁴ Documento N^o1, em anexo.

⁴⁵ Documento N^o2, em anexo.

⁴⁶ João Gouveia Monteiro, *História Militar de Portugal* (Coord. Nuno Severiano Teixeira. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017), 184

⁴⁷ António Martins Costa, “A Arte Militar Portuguesa entre os fins da Idade Média e os alvares da Modernidade (1449-1521)” (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2025), 315.

A documentação relativa à atuação dos besteiros do monte no Norte de África é escassa, mas, ainda assim, consideramos plausível que, devido ao seu armamento ligeiro e à sua mobilidade, estes milicianos tenham sido bastante usados neste tipo de operações, ou, pelo menos, na sua preparação.

São referidas duas ações a estes besteiros na cronística portuguesa. Uma primeira na *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, que os refere como “escutas” ou guardas das atalaias colocadas no território pelos portugueses:

«O Conde tinha posto nas Atalayas certos Beesteiros de Monte, e por Capitão delles hum, a que chamavaõ Joham d’Alvarenga, e hum dia, que eram vinte do mês d’Agosto veio hum delles ao Conde, e disse-lhe: Senhor, Joham d’Alvarenga vos envia a dizer, que esta manhã estando com os seus companheiros na Atalaya a Sam Gêes, que vio d’oitenta até cem Mouros de pee entrara antre huma cabeça grossa, que está em cima de Barbeche, e que poseram sua Atalaya sobre o Valle das Quintãas, que descobre todo o chaõ, até á Cidade»⁴⁸.

Já a segunda insere-se na *Chronica do Senhor Rey D. João II*, mais concretamente em 1487, quando Diogo de Almeida chega a Anafé com uma esquadra de trinta navios e o capitão desta decidiu enviar «guias certos Cavaleiros, beesteiros do monte espisar a terra; os quaes com grande risco seu foram espisar certos aduares Mouros da Emxovia, em que delles avia muita gente, e jaziam a duas legoas da costa do mar»⁴⁹

Por fim, como marco conclusivo desta investigação, importa referir a importância das Cortes de Lisboa realizadas no início do reinado de D. Manuel I, as quais foram determinantes para uma nova reorganização do exército. Nestas Cortes o monarca determinou a extinção dos corpos militares que utilizavam a besta, mantendo apenas os besteiros do monte, dada a sua utilidade na defesa e na condução da guerra no Norte de África⁵⁰.

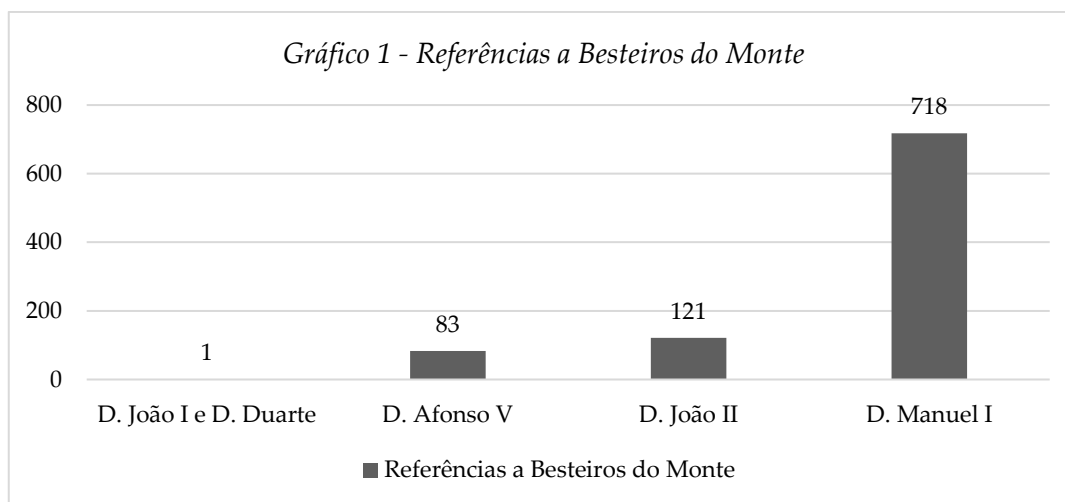
Consideramos, assim, que a milícia concelhia dos besteiros do monte representa, no contexto português, a fase final da utilização da besta no campo de batalha, ainda que revestida de particularidades próprias. A análise da documentação demonstra que, a partir de 1498, as referências a esta milícia – sobretudo na Chancelaria Régia – aumentam significativamente, ultrapassando os 700 besteiros identificados na

⁴⁸ *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, cap. XLVIII, p. 366.

⁴⁹ Garcia de Resende, *Crónica do Príncipe D. João*, edição crítica e comentada por Graça Almeida Rodrigues, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, cap. XXVII, p. 77

⁵⁰ *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I*, org. João José Alves Dias, vol.2 (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2001), 330-331.

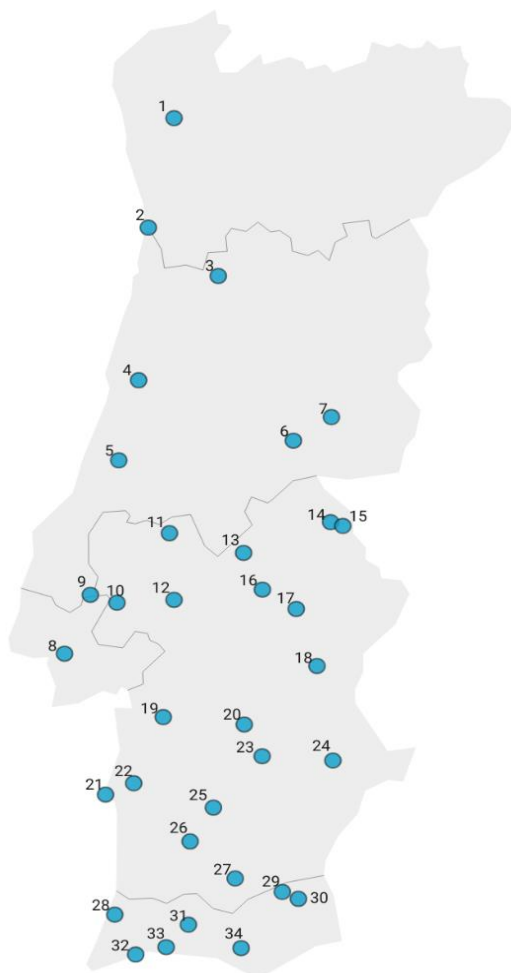
Chancelaria de D. Manuel I, número substancialmente superior aos 83 registados na de D. Afonso V e aos 121 relativos a D. João II.



Em conclusão, a milícia concelhia dos besteiros do monte constituiu o último corpo militar português a utilizar a besta. Paradoxalmente, enquanto conhecia a sua fase de maior representação documental durante o reinado de D. Manuel I, oferecia também à neurobalística o seu *canto do cisne*. Também por esse aspeto, um dos próximos objetivos da nossa investigação será, precisamente, aprofundar o estudo desta milícia no contexto do reinado manuelino, bem como analisar o impacto das transformações associadas à “revolução militar” na sua evolução.

Anexos

Mapa 1 – Localização Geográfica dos besteiros do monte no reinado de D. Afonso V⁵¹

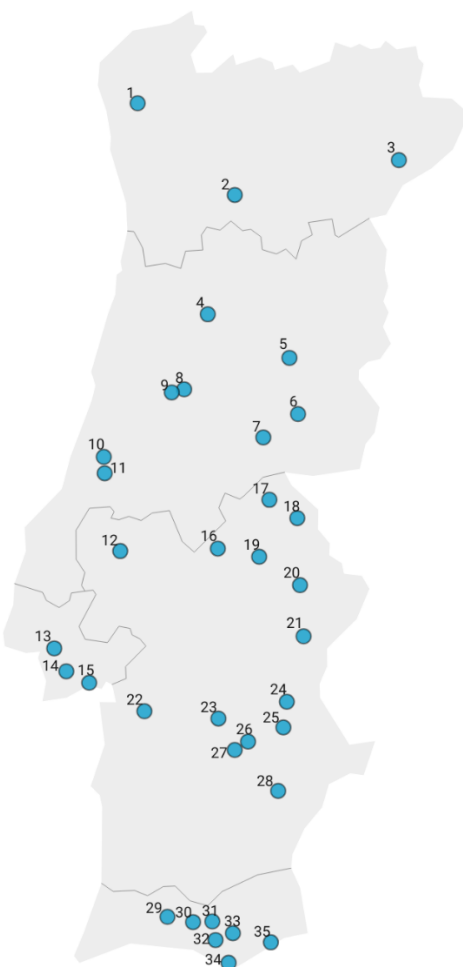


Created with Datawrapper

1-Panoias	2-Silvade	3-Lafões	4-Montemor-o-Velho
5-Leiria	6-Sarzedas	7-Castelo Branco	8-Alvade do Campo
9-Carregado	10-Benevente	11-Chamusca	12-Erra
13-Ponte de Sor	14-Castelo de Vide	15-Marvão	6-Avis
17-Sousel	18-Montoito	19-Alcácer do Sal	20-Viana a par d'Alvito
21-Sines	22-Santiago do Cacém	23-Cuba	24-Moura
25-Aljustrel	26-Garvão	27-Almodôvar	28-Aljezur
29-Ald. Martim Longo	30-Alcoutim	31-Silves	32-Lagos
33-Estômbar	34-Loulé		

⁵¹ Mapa efetuado na plataforma digital, Datawrapper, com base da informação retirada da Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria de Afonso V*

Mapa 2 – Localização geográfica dos besteiros do monte no reinado de D. João II⁵²

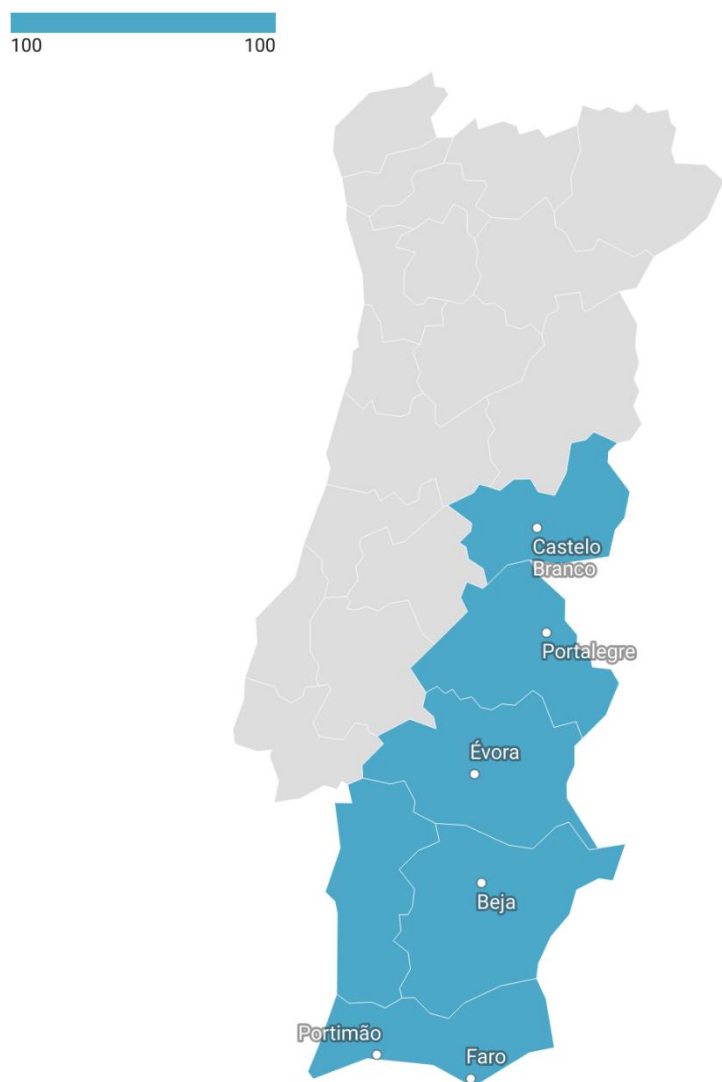


Created with Datawrapper

- | | | | |
|----------------|--------------------|----------------------|-----------------|
| 1-Freixo | 2-Mesão Frio | 3-Mogadouro | 4-Tondela |
| 5-Covilhã | 6-Castelo Branco | 7-Sarzedas | 8-Lousã |
| 9-Miranda | 10-Leiria | 11-Oliveiros | 12-Santarém |
| 13-Lisboa | 14-Coima | 15-Setúbal | 16-Ponte de Sor |
| 17-Nisa | 18-Castelo de Vide | 19-Portalegre | 20-Monforte |
| 21-Vila Viçosa | 22-Alcácer do Sal | 23-Viana do Alentejo | 24-Monsaraz |
| 25-Portel | 26-Vidigeira | 27-Cuba | 28-Serpa |
| 29-Silves | 30-Alte | 31-Salir | 32-Loulé |
| 33-Alportel | 34-Faro | 35-Tavira | |

⁵² Mapa efetuado na plataforma digital, Datawrapper, com base da informação retirada da Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria de D. João II* e das *Actas de vereação de Loulé século XV*, coord. Manuel Pedro Serra. Supl. de *Revista Al-úlyá*, 10 (Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 2004).

Mapa 3 – Zonas onde se poderia recrutar besteiros do monte após 1498⁵³



Created with Datawrapper

⁵³ Mapa efetuado na plataforma digital, Datawrapper, com base da informação retirada das *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I*, org. João José Alves Dias, vol.2 (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2001), 330-331.

Apêndice Documental

Documento Nº1

1468, SETEMBRO, 18, Lisboa – *Carta de regimento dos besteiros do monte.*

B) ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 28, fls. 89-89v.

C) ANTT, Livro 1 dos Extras, fls. 135-137v.

[135 a] O anadel moor dos besteiros do monte regimento de seu officio

Dom Afomsso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que esguardamdo nos ho muito serviço que per vezes recebido temos d'alguuns besteiros do monte de nossos regnos e comsiramdo nos como elles sam jemte de tall desposiçam e officio que em quaeesquer cousas de guerra ham bem de servir a nos e a coroa reall de nossos regnos assy em defenssam delles como em quaeesquer outros autos de guerra que por servi[135 b]ço de Deus e nosso fizermos ou mandarmos fazer e que pera ello sam mais pertemcentes que outra algũa jente de sua maneira que em nossos regnos tenhamos. E auida sobre ello boa comsiraçam com acordo dos do nosso conselho que sobre ello tivemos ouvemos por bem e detriminamos ora novamente mandarmos escprever e trazer a nossos lyvros todos aquelles de que esperamos ser melhor servido e que pera ho que dito he forem mais pertemceemtes e os privilligiamos e liberdarmos em gallardam d'alguuns serviços que delles recebidos temos e assy ao diamte delles esperamos de receber segundo compridamente nesta carta e regimento se contem. E vemdo que pera ello era necessario hordenarmos tall pessoa que dello deva teer carreguo e os meta em livro e hordenamça polla guisa que sam hordenados os nossos besteiros de cavallo e comfiando nos da bondade e descriçam de Pedr' Alvarez cavalleiro de nossa casa e avemdo respeito a criaçam que nelle temos feita e muitos serviços que delle recebidos temos e ao diamte delle esperamos receber nos ho fazemos capitam e anadell moor dos ditos besteiros do monte segundo mais compridamente na carta que do dito officio tem he contheudo ao quall mandamos que acerca de todo o que a nosso serviço cumprir e a seu officio pertemcer tenha esta maneira que neste regimento seguimte se contem. ¶ Pedr' Alvarez esta maneira terêes [135v a] acerca do fazimento dos nossos besteiros do monte que novamente filhardes e dos velhos que per idade se ouverem d'apousemtar e de todo o que a nosso serviço e vosso officio pertemcer. ¶ Item primeiramente chegarêes a todallas cidade villas e luguares e comcelhos de nossos regnos e sennorios e requerêes da nossa parte todollos juizes e justiças e a quaêesquer que seus carreguos tiverem que costranguam todollos besteiros de monte que morarem nas ditas cidades

villas e luguares e comcelhos e seus termos que ao dia que lhes assinardes pareçam peramte vos nos ditos luguares pera os verdes todos per pessoas e todos aquellos que forem de idade de dozoito ata coremta e cimco annos em desposiçam pera nos servir que se quiserem per suas vomtades escprever em vosso livro e gouvir dos privilegeos que lhes outorgamos fazêes loguo asemtar em elle e lhes darêes os ditos privilegeos e os que escprever se nam quiserem nom costramgerees que o sejam contra suas vomtades pero poe-llos-ees todos em roll em titollo de cada comarqua pera sabermos quamtos ha em nossos regnos. Item os que assi escolherdes pera nos servir seram per vos examinados se sam pera ello pertemcentes ou nam vemdo sobre ello inqueriçam certa tirada pellos juizes dos ditos luguares de como usam do officio de besteiro do monte e os que assy achardes pertemcentes asentarees em vosso livro e lhes darêes estes privilegios seguintes que lhes damos e outor[135v b]gamos. ¶ Item queremos e mandamos que posto que os que assy achardes pertemcentes pera besteiros do monte tenham tam grandes comtias e beens e fazemda que podem ser acomtiados em cavallo e armas ou besta da garrucha que vos os posaees tomar por besteiros do monte e bem assy posto que ja sejam besteiros de pollee ou galliotes ou piaeens e sejam loguo tirados dos livros homde assy andarem e asentados no vosso porquamto os avemos dello por rellevados sem embargo do regimento dos coudêes de nossos regnos dizer ho contrairo e tanto que assy forem besteiros do monte nam sejam acomtiados em nenhũa das ditas comtias posto que tenham beens e fazemda e comtia pera ho serem nem sejam postos por beesteiros do conto se amte de o serem de monte ho nom forem comtanto que nam façaêes besteiros os que ja forem acomtiados em cavallos e armas ou cavallos rasos ou em besta da garrucha ou que ja forem besteiros do conto por que depois que assy forem acomtiados ou besteiros do conto e postos nos livros das coudellarias ou anadarias vos defendemos que os nam tomêes por besteiros do monte e tomando-os queremos que seus privilegeos lhes nam valham e sejam tornados e costramgidos pollos coudêes e anadees dos besteiros do conto a seus livros e que pareçam em seus allardos salvo se per nosso especiall mandado vos mandarmos que sem embargo dello os tomêes. ¶ Item queremos e mandamos que nenhuuns besteiros do monte nam servam per maar nem per terra em paz nem em [fl. 136 a] guerra nem per algũa guisa que seja salvo com nossa pessoa e do princepe meu sobre todos muito amado e prezado filho e do ifamte meu muito prezado e amado irmão se os com elle mandarmos servir ou quando per nosso especiall mandado os mandarmos a algũa parte por noso serviço com ho dito anadell moor que delles carreguo tem e nom servam nem vão servir per nenhuũa guisa com outra nenhuũa pessoa de nossos regnos e senno-rios posto que os mandemos por nosso serviço com os duques mestres marqueses comdes ou com quaeêsquer outras pessoas de quaeêsquer comdiçoeês que sejam que

nam servam com elles nem seram pera ello costramgidos posto que as ditas pessoas tenham de nos poder pera chamar homeens d'armas e besteiros e piaeens por que nossa merce he que tall poder por especiall que seja se nam emtemda nos ditos bees-teiros de monte salvo queremdo elles hiir com elles per suas vontades a cousas de noso serviço. ☿ Item queremos e mandamos que elles nam paguem em nenhuuns pedidos nem emprestidos nem serviços peitas fintas talhas que per nos nem per os comcelhos homde morarem sam ou forem lamçados ao diamte per nenhũa guisa nem vão nem servaão com presos nem com dinheiros nem em outros nenhuuns emcarguos nem servidoeês dos ditos comcelhos nem sejam postos por tutores nem curadores comtra suas vomtades salvo se as tutorias forem lidimas nem ajam outros nenhuuns officios nem carreguos do comcelho comtra suas vontades posto [fl. 136 b] que pera ello sejam pertemcemes. ☿ Item queremos e mandamos que nam paguem jugada de pam vinho linhos nem doutra cousa algũa que lavrarem e ouverem e esto se emtenda nas nossas terras e das rainhas e nas terras que alguuns de nos trazem e tem emquamto nossa merce for porque das outras que alguuns tem de juro e herdade per doaçoeês ou lhe pertencem por eramça ou por outra algũa guisa os nam podemos por direito escusar. ☿ Item queremos que nam pousem com elles em suas casas de morada adeguas cavallariças nem lhes tomem roupa palha nem cevada gallinhas nem outra cousa algũa do seu comtra suas vomtades nem lhes tomem suas bestas de sella nem d'albarda posto que nos sejamos na terra e ho mamdemmos per nosso espiciall mandado porque queremos que estes sejam mais guardados y privilligiados que outros nenhuuns que nossos privilegeos tenham por que os avemmos por nossos isemtos que nenhuum nam tenha com elles de ver salvo nos ou ho dito anadell moor. ☿ Item queremos e mandamos que em feitos crimes nem cives que aja antre besteiros de monte huuns com os outros nom conheça algũa pessoa nem elles respondam nem sejam theudos de responder salvo perante seu anadell moor ou perante os anadeês que elle tiver postos em alguuns luguares de nossos regnos e se outra algũa pessoa ou pessoas quiserem demandar queremos que os nam possam demandar salvo perante ho dito anadell moor ou perante os ditos anadeês que assy por sy tiver postos [fl. 136v a] assy e polla guisa que se guarda nos besteiros de cavallo e do comto e mais compridamente se mais poder seer e os que damte ho dito anadell moor ou anadeês quiserem apellar ou agravar apellem e agravem pera nos e os feitos ajam fim em nossa casa e nos feitos crimes homde a parte nam quiser apellar apelle-sse por parte da nossa justiça segumdo custume e horde-nança de nossos regnos. E esto se nam emtenda nos nossos corregedores os quaeês queremos que possam tomar conhecimento de seus feitos quamdo estiverem nos lu-gares homde os ditos besteiros forem moradores amdando fazemdo correiçam e que-remdo-os outras pessoas citar perante elles que os possam citar e os ditos

corregedores faram de tall guisa que os desembarguem ante que partam do dito lugar e nam os desembarguamdo entam ficara ho conhecimento de tall feito aho dito anadell moor ou a quem seu carguo tiver. E os ditos besteiros nam seram mais obri- guados de hirem peramte ho dito corregedor ao dito feito tamto que assy partir dos ditos luguares. ¶ Item queremos e mandamos que quamdo quer que os ditos bestei- ros forem chamados pera nosso serviço e forem servir que ajam tamanho soldo e mantimento como a homens d'armas e elles terem comtinuadamente suas bestas bem corregidas com suas aljavas cheas de setas e cada huum hũa azaguaya ou dardo e sua espada ou punhal grande e huum casco redomdo pera nos assy servi- rem com as ditas armas quando quer que os servir mandarmos per [fl. 136v b] a guisa que dito he. ¶ As quaeës armas e quaeësquer outras que lhe aprouver queremos que possam trazer perto dos nossos regnos e siniorãos assy de noite como de dia sem embargo de quaeësquer hordenaçõeas e defesas que sobre este caso sejam feitas per nos nem per outras algũuas pessoas de nossos regnos em suas terras porque quere- mos que tall hordenaçam se nam emtemda nos ditos besteiros e que em nenhũa maneira lhe tomem nem coutem as ditas armas nom fazendo elles com ellas ho que nam devem. E nam tendo elles as ditas armas como dito he que ho dito anadell moor os possa costramger pera as terem sob a pena que lhe rezam parecer e elles seram theudos aparecerem com ellas duas vezes no anno peramte elle ou peramte os ana- deës da terra que dello carreguo tiverem. ¶ Item queremos e nos praz que indo com elles em nosso serviço em algũua guerra e acontecendo-sse de lhe quebrarem as bees- tas que elles nam sejam mais theudos de comprar outras salvo que nos lhas mande- mos dar haa nossa custa pera com ellas nos servirem. ¶ E bem assy queremos e man- damos que quando quer que chamados forem pera nosso serviço que do dia que de suas casas partirem ata tornarem a ellas asy da ida como da vinda e estada lhes dem pousadas e camas e guyas e passageës d'ancho e de lomguo de graça e os mantimen- tos e cousas que mester ouverem em abastança por seu dinheiro e per este manda- mos a todollos correge[fl. 137 a]dores juizes e justiças apousemtadores jurados e vin- taneiros e a quaeësquer outros a que esto pertemcer sob as penas deste privilegio que lhe façam assy todo dar sem embargo de capitollos de cortes nem doutros man- dados e privilegios que em contrairo desto tenhamos dados porque o avemos assy por nosso serviço. ¶ Item queremos e mandamos que elles nos nam paguem direito algum de quallquer caça nem veaçom que matarem com suas beestas nem da coy- rama della .scilicet. portagem açouguajem passagem e costumagem nem almotaçaria e as possam vemder homde lhes prouver aas suas vomtades sem outro costrangi- mento que lhe sobre ello seja posto porque nossa merce he os averemos dello por rellevados como dito he e elles nos daram por ello em cada huum anno setas sem ferros as quaeës entreguarem a quem ho dito anadell moor hordenar que as receba

pera as ter juntas pera nos elles com ellas averem de servir quando os mester ou-
vermos. ¶ Item queremos e nos praz que depois que os ditos besteiros forem asentados
em nossos livros e alguuns vierem a morrer que ho dito anadell moor ponha
outros em seus lugares que per suas vontades ho quiserem seer e sejam da idade e
comdiçom susodito. E vindo os ditos besteiros a desfallecer de suas forças e despo-
siçõeess per vilhice ou aleigõeess e dores de guisa que nam sejam pera nos poder servir
e requererem apousentamento ho dito anadell moor lhes dara suas cartas d'apou[fl.
137 b]sentamento com suas homrras privilegios e liberdades que lhes outorguadas
teemos sendo sobre ello tiradas inqueriçõeess certas e vistas per nos segumdo se faz
no apousemtamento de nossos vassallos e pessoas a que se dam semelhantes apou-
semtamentos e os que per hidade se ouverem d'apousemtar seram de idade de
sesenta annos ou de hy pera cima e os que ouverem algũuas⁴¹⁷ aleijõeess ou dores
que per bem dellas devam ser apousentados averam todollos ditos privilegios e
liberdades como quando serviam avendo dez annos ou mais que sam asentados em
nossos livros e que ho nam fazem com nenhũa mallicia nem emgano e se ante dos
ditos dez annos acontecer algũa cousa das sobreditas a alguuns besteiros per que
nos nam possam servir queremos que sejam apousentados e escusados dos emcar-
guos dos comcelhos e mais nom salvo parecendo ao dito anadell moor que he rezam
averem mais algũuas liberdades e com nossa autoridade lhas dara. ¶ Pero acomte-
cendo que algum besteiro aja as ditas dores e aleyjõeess em alguuns lugares por
nosso serviço queremos que aja todallas ditas liberdades e privilegios inteiramente
posto que nam aja os ditos dez annos que he nosso besteiro. ¶ Item queremos e man-
damos que os ditos privilegios e liberdades sejam guardadas a quallquer besteiro
que novamente se fizer per alvara do dito anadell moor da feitura delle a huum anno
e mais nam no quall tempo bem podera vir requerer sua carta ha [fl. 137v a] nossa
corte. As quaeẽs cartas assy dos ditos privilegios como do apousentamento seram
asinadas pollo dito anadell moor e passarom pollo nosso passe ou pella emmenta e
asselladas do nosso sello pendente e quando quer que assy vierem novamente re-
querer seus privilegios nos praz de lhes fazermos algũa merce de dinheiro
per'ajuda de seus custos da chancellaria delles que sera o que lhe dermos ate oito-
centos reais. ¶ As quaeẽs liberdades e privilegios que lhe assy outorgamos prome-
temos ha nossa fee reall de lhos sempre comprimos e guardarmos e nom comsintir-
mos a nenhũa pessoa que lhes vaa contra ellas em parte nem em todo ante lhes
faremos toda merce e favor allem desto que nos requererem e lhe bem podermos
fazer. E porem mandamos a todollos nossos corregedores juizes e justiças alcaldes
meirinhos apousentadores e almotaces e a quaeẽsquer outros officiaes e pessoas a
que o conhecimento desto pertencer e esta carta ou seus privilegios forem mostra-
dos que lhos guardem e façam cumprir e guardar e lhe nam vão nem comsentam

hir comtra elles em maneyra algũa em parte nem em todo sob pena de pagar quallquer que lhe comtra ello for os nossos emcoutos e mais mandamos a quallquer taballiam ou juiz que pera ello requerido for que ho empraize que a doze dias primeiros seguintes pareçam peramte nos em nossa corte a dar rezam por que nam cunprem nosso mandado e lhes dar aquella pena e castiguo que merecem aquelles que nam cunprem [fl. 137v b] ho mandado de seu rey e senhor e per esta rogamos ao dito primcepe e infante duque e comdes e a todollos outros grandes de nossos regnos que assy em suas terras lhes façom esto comprir e guardar como dito he e lhe façam toda homra e favor como a criados nossos e como a pessoas que em especiall queremos que amtre os outros sejam liberdados e guardados pello sintirmos assy por nosso serviço e ser cousa de que muito nos prazera e muyto lho guardeceremos e teremos em singullar serviço e por firmeza dello que mandamos dar esta carta assinada per nos e asellada do nosso sello do chumbo. A quall carta mandamos a todollos escrivãees das camaras de nossos regnos que a registem em seus livros pera pello registo della se saber como esto temos outorgado aos ditos beesteiros do monte pera lhes assy em seus luguares ser guardada. Dada em a nossa sempre e leall cidade de Lixboa XVIIIº dias de setembro. Antam Gomçalvez a fez. Anno do nacimiento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e IIIc LXVIIIº. E quanto ao trazer das armas queremos que se nam emtemda em esta cidade de Lixboa por razam da hordenaçam que ora sobre ello fizemos.

Documento Nº2

1471, DEZEMBRO 10, Sintra – *Carta de privilégio dada por D. Afonso V a Martim Fernandes, besteiro do monte, criado do D. Rolim, pelos serviços que fez em Arzila e Tânger.*

B) ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 33, fl. 96.

Dom Affonso etc. A quantos esta carta vyrem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Martim Fernadez beesteyro do monte morador em a villa de moura por ser criado de Dom Rolim fidalgo de nossa casa y nos hyr com elle servir à tomada das nossas çidade de Tanger y da villa d'Arzilla em outras partes teemos por bem e queremos sem embargo de ora elle seer acomthyado em beesta da gar-rucha que elle nom seja posto em ha dita conthia nem em alguua outra posto que pera ello tenha bees e porem mandamos ao nosso coudel da ditta villa e a quaequer outros oficiaãees e pessoas a que ou conhecimento desto pertemcer que ajam ho dito Martim Fernandez por escuso e privilligiado da dita contia de beesta de garrucha e todallas outra. E o nom o contragem nem o constranger pera com ella de parecer em

alardo e se por ello algum costringimento ou penhora lhe teem facta que logo lho corregam que lhe tornem seus penhores e lhe guardem e cumpram e guardem muy bem cumprir e guardado Esta nossa carta como ella he contheudo sem duvida nem embargo que a ella ponham porque asy he nossa merce dada em a nossa villa de Sintra a X dias de dezembro Cristovam anno do sanhor a fez ano de nosso senhor Jeshus Chispto de mill IIII^c LXXI

Documento N^o3

1486, OUTUBRO 8, Lisboa – *D. João II manda que deixe de haver doze besteiros do conto na vila de Viana do Alentejo, a par d'Alvito, os quais deverão passar a ser recrutados noutras lugares da respetiva comarca. Limita, assim, os privilegiados nessa vila a nove besteiros do monte e quatro besteiros da câmara, em função das queixas apresentadas sobre o dano que os privilégios dos besteiros, em elevado número, provocavam nas rendas das capelas de D. Afonso IV.*

B) ANTT, [Estremadura 3], fls. 139-140.

[139v a] As capellas d'el rey dom Afonso ho quarto setuadas na see d'esta cidade previllegeo que em a villa de Viana da par d'Alvito nam aja mais que nove besteiros de monte e quatro da camara e a estes sejam guardados seus previllegeos.

Dom Joham etc a vos juizes ofeciaees da nosa villa de Viana saude sabede que vimos o rol que nos emviastes dos besteiros da fraldilha que ha em essa villa e seu termo e o que nos sobr'elles e sobre outros besteiros do comto e da camara escprevestes e asy ouvimos o que nos fallou Joham Guarces escprivam da nossa fazenda y provedor das capellas d'el rey dom Afonso o quarto acerca do dapno que por causa dos previllegeos dos ditos besteiros se seguia a remda das ditas capellas e do quebramemto das liberdades e previllegeo que as ditas capellas sobre os ditos besteiros tem e acordamos pello asy semtirmos por nosso serviço e bem dessa villa y das ditas capellas que da pobricaçam desta em diamte nam aja em essa dita villa nem em seu termo della os doze besteiros do comto que ate aquy era hordenado de hii aver e que ao anadel-moor delles se refaçam outros tantos em outros lugares dessa comarca em que se bem possam aver e quanto aos besteiros da fraldilha por quanto somos certamente emfformado que Joham Alvarez e Joham Montino e Joham Luis e Jorje Louremço oleiro meirinho e Joham Fernandez e Martim Annes e Valladao e Dioguo Gomez e Joham Gomez e Pedre [139v b] Annes Beiram serviram a el rey meu senhor e padre que Deus tem e a nos asy delles em Castella como outros em os nossos lugares d'allem maar. A nos praz e queremos avemdo respeito ao

previllegeos dado aas ditas capellas que aos sobreditos nove sejam guardados seus previllegeos como nelles he comtheudo e que daquy em diamte em esa villa e termo nom sejam feitos em maneira algũa mais besteiros que os ditos nove da faldrilha e os quatro da camara que dizees que hy ha e por esta mandamos aos anadees-mores dos ditos besteiros e asy da faldrilha como da camara que nam filhem nem façam em a dita villa e seu termo mais besteiros que os sobreditos nove do momte e quatro da camara em caso que os elles façam mandamos ao dito provedor das capellas e a aos ditos juizes e ofeciaees que nam comsimtaees nem guardees as pessoas que asy mais filharem por besteiros nenhuuns previllegeos nem liberdades posto que lhe previllegeos dados sejam por que asy o queremos e avemos por bem sem embargo do regimento e poderes que os ditos anadees-moores tem acerca dos ditos officios e mamdamos a vos ditos juizes e justiças ofeciaees que loguo devasees todallos outros besteiros do momte que hy aja feitos allem destes posto que previllegeos ou alvares tenham e asy desfazer e devasar quaaesquer besteiros do comto que agora hy aja e que daquy em diamte [140 a] nam dees mais outros homens ao nosso anadel-moor pera o fazer. Ao qual anadel-moor mandamos que os nam requeyra pera os fazer em essa villa e seu termo. Carta dada em Lixboa a VIII dias do mes d'outubro Afomso Guarces a fez escprever e a sobescpreveo anno de mil III^c LXXXVI annos.

Objetos sumptuários em Portugal. Materiais, formas, imagens e funções no contexto da Europa do século XVI

Cláudia Costa Pires

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM)

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inca8>

Resumo

Este projeto pretende estudar os objetos sumptuários de materiais preciosos e exóticos, em Portugal, no século XVI, através da interpretação de inventários, visitas e testamentos, bem como do estudo de peças musealizadas e *in loco*. Os objetos de mesa/aparador, alfaias litúrgicas, joias e objetos exóticos em Portugal, serão contextualizados na realidade europeia através da análise comparativa de inventários, iconografia e peças forâneas. No século XVI, as artes sumptuárias eram das mais prestigiadas e procuradas pelas elites. Este século foi um período de intercâmbios e confrontos de culturas e linguagens artísticas, resultante da circulação de obras, gravuras e materiais. As Artes Decorativas usufruíam dessa mobilidade, refletida na disseminação de gostos nas suas formas, imagens, materiais e técnicas. Considerando os intercâmbios culturais na Época Moderna, pretendemos explorar a confluência de gostos nas formas e iconografia dos objetos. Para a compreensão holística das obras nos seus contextos, iremos aprofundar as suas funções, formas, técnicas e materiais, pois todos contribuem para as suas aceções simbólicas e de fruição. A compreensão da imagem abrange a análise dos motivos animais, vegetais, arquitetónicos e figurativos, em contexto individual ou narrativo, a pesquisa de modelos iconográficos e as relações de proximidade de obras de diferentes técnicas e materiais, como cerâmica, têxteis e madeiras. A análise holística dos objetos sumptuários integrados nas várias artes, sem os seccionar em categorias como tipos ou materiais, constitui uma nova abordagem de análise comparativa com outras artes do período, que permite colmatar o conhecimento dessas obras de importância significativa. O nosso estudo compreende uma perspetiva inovadora que sintetiza a análise da imagem, materialidade e funções das peças nos seus contextos, constituindo uma

abordagem holística, que irá contribuir para a compreensão de como os que viveram no século XVI encaravam os objetos sumptuários, nos seus contextos de utilização, em espaços palacianos ou litúrgicos.

Palavras-chave: Objetos sumptuários; Ourivesaria; Século XVI; Portugal.

Abstract

This project aims to study sumptuary objects of precious and exotic materials in 16th century Portugal through the interpretation of inventories, visitations, and testaments, as well as the study of pieces in museums and in loco. Silver for display, sacred silver, jewelry, and exotic objects in Portugal will be contextualized within the European context through a comparative analysis of inventories, iconography, and foreign pieces. In the 16th century, sumptuary arts were among the most prestigious and desired by the elite. This century was a period of exchanges and clashes of cultures and artistic languages, resulting from the circulation of works, prints, and materials. The Decorative Arts benefited from this mobility, reflected in the dissemination of tastes in their forms, images, materials, and techniques. Considering cultural exchanges in the Modern Era, we intend to explore the confluence of tastes in the forms and iconography of objects. To holistically comprehend the works within their contexts, we will research their functions, forms, techniques, and materials, as all contribute to their symbolic meanings and fruition. The understanding of images encompasses the analysis of animal, vegetal, architectural, and figurative motifs, in individual or narrative contexts, the research of iconographic models, and the proximity of works in different techniques and materials. The holistic analysis of sumptuary objects integrated in various arts, without sectioning them into categories such as typologies or materials, constitutes a new approach to comparative analysis with other arts of the period, allowing the understanding of these works of significant importance. Our study comprehends an innovative perspective that synthesizes the analysis of the image, materiality, and functions of the pieces in their contexts, constituting a holistic approach that will contribute to the understanding of how those who lived in the 16th century perceived sumptuary objects within their contexts, in palatial or liturgical spaces.

Keywords: Sumptuary objects; Goldsmithery; 16th century; Portugal.

Tema e problemas

Este projeto tem como tema os objetos sumptuários em Portugal, no século XVI, e os seus materiais, formas, imagens e funções no contexto europeu. Este estudo

encontra-se a ser realizado no âmbito do Doutoramento em Estudos do Património, variante História da Arte, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É orientado pela professora Doutora Ana Cristina Sousa e financiado por uma Bolsa de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia¹.

Esta investigação integra-se no estudo das Artes Decorativas, que permitem a compreensão do quotidiano ao longo da história, pois esses objetos eram uma parte substancial das peças produzidas e utilizadas em diferentes contextos e épocas. A propósito das Artes Decorativas, William Morris afirmou: “O nosso tema é esse grande corpo de arte através do qual os homens procuraram, ao longo dos tempos, embelezar o seu quotidiano; um tema vasto uma grande indústria – simultaneamente uma parte substancial da história do mundo e um instrumento muito útil para o estudo dessa história”²

No contexto da reflexão colonial do século XIX, as Artes Úteis ou Artes Decorativas eram compreendidas como produto das civilizações históricas e expressão de identidades culturais, sendo apreciadas como vetores de estilo, exemplos de manufaturas e expressões de tipos destinados à investigação, ao colecionismo e às coleções museológicas³. O interesse do século XIX pelas Artes Decorativas é demonstrado pela publicação de compêndios enciclopédicos de civilizações, gramáticas e vocabulários de estilos e pela organização das grandes exposições universais, com focos na antropologia, etnologia da arte e manufatura artesanal, a partir das quais se foram formando os primeiros grandes museus europeus. Estas publicações e exposições incentivavam o bom gosto comum, bem como a implementação de produtos pré-industriais nacionais nas escolas europeias de artes e ofícios e nas escolas de artes industriais de ensino primário e secundário⁴.

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos 2023.02733.BD.

<https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>

A autora agradece à professora Doutora Ana Cristina Sousa pela sua orientação na realização desta investigação.

² William Morris, *As artes menores e outros ensaios*, trad. Isabel Donas Botto (Lisboa: Antígona, 2003), 24.

³ Sabina de Cavi, *Dibujo y ornamento. Trazas y dibujos de Artes Decorativas entre Portugal, Espanã, Italia, Malta y Grecia. Estudios en honor de Fuensanta García de La Torre* (Córdoba, Roma: Diputación Provincial de Córdoba, De Luca, 2015), XXI.

⁴ Sabina de Cavi, *Dibujo y ornamento. Trazas y dibujos de Artes Decorativas entre Portugal, Espanã, Italia, Malta y Grecia. Estudios en honor de Fuensanta García de La Torre* (Córdoba, Roma: Diputación Provincial de Córdoba, De Luca, 2015), XXI, XXII.

Em meados do século XIX, em Portugal e no Brasil, as palavras decoração, ornamentação e arte decorativa eram familiares, tornando-se notáveis no final do século⁵. O termo arte decorativa foi registado no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, de 1881, de Caldas Aulete, no qual a arte decorativa era o mesmo que arte de adorno englobando o desenho, a pintura, as prendas, as músicas, a esgrima, sendo considerados como complemento da educação ou meios recreativos. Assim, o termo arte decorativa era mais amplo que o significado que lhe é atribuído atualmente ⁶.

No discurso da História da Arte, as artes sumptuárias têm vindo a ter um papel secundário devido ao domínio das denominadas artes maiores. No entanto, no Renascimento, as artes sumptuárias eram das mais caras, prestigiadas e procuradas pelas elites⁷. Os objetos de carácter civil, litúrgico e as peças de adorno pessoal eram um signo de representação e diferenciação social, como uma obrigação imposta pelo estatuto, que tendo em conta o decoro exigia a correspondência entre o ser e o aparentar. As peças em materiais preciosos, como o ouro ou a prata, eram também um tesouro, pois, podiam ser fundidas para criar novas obras, penhoradas para saldar dívidas ou vendidas ⁸. Para além disso, eram utilizadas como ofertas diplomáticas ou oferta de comemoração de datas ou acontecimentos como um nascimento, para celebrar e agradecer visitas de nobres e altos funcionários a uma cidade e para recompensar os servidores leais de reis e príncipes⁹.

As artes sumptuárias associam-se ao conceito de luxo. De acordo com Christopher Berry, o valor atribuído ao luxo é fundamental na compreensão da sociedade¹⁰. O luxo para além de ser símbolo de estatuto e autoridade, era também uma tentação e

⁵ Marize Malta, "Da boca para fora: discursos sobre o decorativo no século XIX", *Revista de Artes Decorativas* 7 (2015): 158,

<https://doi.org/https://doi.org/10.34632/revistaartesdecorativas.2015.2088>

⁶ Marize Malta, "Da boca para fora: discursos sobre o decorativo no século XIX", *Revista de Artes Decorativas* 7 (2015): 164, 165,

<https://doi.org/https://doi.org/10.34632/revistaartesdecorativas.2015.2088>

⁷ Noelia García Pérez, "El consumo suntuario en el Renacimiento: Usos y funciones de las piezas de plata y oro", in *Estudios de platería: San Eloy 2006*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, 2006), 247.

⁸ Noelia García Pérez, "El consumo suntuario en el Renacimiento: Usos y funciones de las piezas de plata y oro", in *Estudios de platería: San Eloy 2006*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, 2006), 249.

⁹ Noelia García Pérez, "El consumo suntuario en el Renacimiento: Usos y funciones de las piezas de plata y oro", in *Estudios de platería: San Eloy 2006*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, 2006), 250, 51.

¹⁰ Christopher J. Berry, *The Idea of Luxury. A Conceptual and Historical Investigation* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994), 5.

superfluidade, vista como um desperdício de recursos que deviam ser distribuídos igualmente. Nos séculos XV e XVI, várias cidades europeias passaram leis sumptuárias para limitar os gastos em luxos privados como o guarda-roupa, as joias e banquetes. No entanto, realizavam-se grandes demonstrações de riqueza publicamente pelas classes altas¹¹.

Em termos historiográficos, foi debatido o estatuto das artes sumptuárias e a sua relação à hierarquia das artes, o que se reflete na questão da sua nomenclatura e da sua definição, nomeadamente, artes sumptuárias, artes decorativas, artes menores, artes aplicadas, artes oficinais e artes industriais¹². De acordo com García García, estes termos projetam um olhar anacrónico, enviesado e incompleto de uma realidade que era bastante complexa. O autor explica que, particularmente, na Idade Média, as artes dialogavam entre si, sem segregação e primando a integração, não se aplicando categorizações às artes¹³. Nesse sentido, é necessário analisar holisticamente os objetos sumptuários integrados nas várias artes, de forma a não os seccionar em categorias relacionadas com tipos ou materiais, uma organização comum nos museus.

Este estudo levanta também questões de datação e de estilos, que devem ser revistos, devido ao facto de: várias obras se encontrarem erroneamente datadas; ausência de marcas na ourivesaria portuguesa dos séculos XV e XVI, o que dificulta a sua datação; objetos com elementos de épocas diferentes, que não podem ser atribuídos apenas a um estilo ou período histórico; cópias da época moderna, peças copiadas como processo de aprendizagem ou homenagem ao autor original; peças revivalistas que devem ser estudadas tendo em conta a permanência, transformação ou recuperação de formas e ornamentos; galvanotípicas, reproduções em metal realizadas no século XIX, a partir de modelos dos originais.

Para García García, a compreensão dos objetos sumptuários no conceito de cultura material permite o alargamento de perspetivas e a incidência antropológica e social, que se deve conjugar com aspetos do estudo da História da Arte como a

¹¹ Marina Belozerskaya, *Luxury Arts of the Renaissance* (Londres: Thames & Hudson, 2005), 1.

¹² Francisco de Asís García García, "Una nueva mirada al arte suntuario medieval hispánico", in *Anales de Historia del Arte. VII Jornadas Complutenses de Arte Medieval. "Splendor". Artes suntuarias en la Edad Media hispánica*, ed. Laura Rodríguez Peinado, Pilar Martínez Taboada, e Francisco de Asís García García (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2014), 18.

¹³ Francisco de Asís García García, "Una nueva mirada al arte suntuario medieval hispánico", in *Anales de Historia del Arte. VII Jornadas Complutenses de Arte Medieval. "Splendor". Artes suntuarias en la Edad Media hispánica*, ed. Laura Rodríguez Peinado, Pilar Martínez Taboada, e Francisco de Asís García García (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2014), 18.

encomenda, os materiais, o significado das obras e a expressão icónica¹⁴. Portanto, é fundamental uma nova linha de investigação integral da fruição, materiais, técnicas e imagens dos objetos sumptuários no Portugal do século XVI, que contribua para a compreensão holística das artes e da sociedade que as produziu e usou.

Cronologia e espaço

O foco deste projeto são os objetos sumptuários, nomeadamente peças produzidas em materiais nobres e por artistas muito reconhecidos à época. A proposta é estudar os objetos sumptuários em Portugal, no século XVI, um período de intercâmbios e confrontos de culturas e linguagens artísticas, resultante da circulação de obras, gravuras e materiais. Os objetos sumptuários usufruíam dessa mobilidade, refletida na disseminação de gostos nas suas formas, imagens, materiais e técnicas. O projeto incorpora ourivesaria e joalheria que serão aprofundadas tendo em conta as suas imagens, usos, funções, formas, técnicas e materiais de produção. Estas artes serão enquadradas nas produções artísticas do século XVI através de análises comparativas com peças de diferentes técnicas como a cerâmica ou a tapeçaria, de forma a realizar uma leitura holística dos objetos nos seus contextos e quotidianos. O estudo das Artes Decorativas enriquece o conhecimento da História da Arte, pois artes como a ourivesaria, têxteis e madeiras dão cor, luz e vida aos espaços e estão enredadas nas vivências sociais e culturais de uma época. Assim, a sua investigação possibilita uma compreensão global dos contextos de utilização destes objetos, em espaços palacianos ou litúrgicos e aqueles que os vivenciaram, os seus hábitos e rotinas.

Objetivos

Objetivo geral: Estudar holisticamente os objetos sumptuários em Portugal, no século XVI, a partir da interpretação de inventários, visitasões e testamentos, e do estudo de peças de origem portuguesa musealizadas e *in loco*.

Objetivos específicos:

- Estudar os objetos sumptuários (objetos de mesa/aparador, alfaias litúrgicas, joias, objetos exóticos) em Portugal no século XVI a partir da interpretação de inventários, visitasões e testamentos.

¹⁴ Francisco de Asís García García, "Una nueva mirada al arte suntuario medieval hispánico", in *Anales de Historia del Arte. VII Jornadas Complutenses de Arte Medieval. "Splendor". Artes suntuarias en la Edad Media hispánica*, ed. Laura Rodríguez Peinado, Pilar Martínez Taboada, e Francisco de Asís García García (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2014), 18.

- Analisar os objetos sumptuários de origem portuguesa do século XVI nas coleções de museus portugueses e internacionais, e *in loco*.
 - Enquadrar os objetos sumptuários do século XVI em Portugal no contexto europeu através da análise de inventários forâneos.
 - Analisar comparativamente os objetos sumptuários de origem portuguesa do século XVI com peças da época.
 - Caracterizar as tipologias, formas, materiais e funções dos objetos.
 - Compreender os usos e fruição dos objetos no contexto epocal.
 - Compreender a circulação da imagem e valores culturais através da viagem de objetos, formas e materiais.
 - Analisar comparativamente os objetos sumptuários com peças de técnicas e materiais diferenciados como cerâmica, vidro, tapeçarias, têxteis e madeiras.
 - Estudar os amuletos e a valorização das propriedades protetoras e mágicas conferidas aos materiais nobres e pedras preciosas constituintes das peças.
 - Estudar a iconografia profana e a iconografia religiosa das peças de ourivesaria e joalheria.
 - Analisar os motivos arquitetónicos e as formas vegetalistas, animais e figurativas representadas nas peças.
 - Compreender as significações simbólicas dos motivos e formas representadas e a sua associação às funções e usos nos contextos dos objetos em estudo.
 - Analisar desenhos publicados em livros de gravuras e de ornamentos e a sua utilização como modelos iconográficos.
- Compreender a viagem dos objetos e a forma como eram transportados em diferentes tipos de caixas.
- Redigir um glossário de termos utilizados na documentação do século XVI.

Enquadramento historiográfico

O estudo dos objetos sumptuários é um campo que tem vindo a ser explorado em Portugal e no estrangeiro. Vassallo e Silva estudou tipologias e formas, identificou temas representados e analisou ornamentos a partir de inventários e peças em

museus¹⁵. Ana Cristina Sousa¹⁶, Hugo Miguel Crespo¹⁷, Carla Alferes Pinto¹⁸, Maria do Carmo Andrade¹⁹, María José Redondo Cantera²⁰, Letizia Arbeteta Mira²¹, Natalia Horcajo Palomero²², Noelia García Pérez²³, Jordan-Gschwend e Pérez de Tudela²⁴ investigaram prataria, ourivesaria e objetos exóticos presentes em inventários das famílias reais ibéricas, da nobreza, de tesouros de igrejas e visitas paroquiais. Timothy Schroder recriou as pratas e joias de Henrique VIII, recorrendo aos inventários, listas de pagamentos, gravuras e desenhos para estudar as suas formas e funções, bem como os seus ourives e mercadores²⁵.

¹⁵ Nuno Vassallo e Silva, *Ourivesaria Portuguesa de Aparato, Séculos XV e XVI* (Lisboa: Scribe, 2012).

¹⁶ Ana Cristina Sousa, "A "obra romana" na ourivesaria portuguesa do século XVI. O Inventário da Prata do Convento de Palmela de 1555", *População e Sociedade*, vol. 19 (2011): 10-26. <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/revista-populacao-e-sociedade-no-19/a-201cobra-romana201d-na-ourivesaria-portuguesa-do-seculo-xvi-o-inventario-da-prata-do-convento-de-palmela-de-1555>

¹⁷ Hugo Miguel Crespo, *À Mesa do Príncipe. Jantar e Cear na Corte de Lisboa (1500-1700). At the Prince's Table. Dining at the Lisbon Court (1500-1700)* (Lisboa: AR-PAB, 2018).

¹⁸ Carla Alferes Pinto, *A Infanta Dona Maria de Portugal (1521-1577), o mecenato de uma princesa renascentista* (Lisboa: Fundação Oriente, 1998).

¹⁹ Maria do Carmo Rebello de Andrade, "Iconografia Narrativa na Ourivesaria Manuelina: as Salvas Historiadas." (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1997). <https://run.unl.pt/handle/10362/60500>

²⁰ María José Redondo Cantera, "Arte y Suntuosidade en torno a la Emperatriz Isabel de Portugal", *Ars & Renovatio*, n.º 1 (2013): 109-147.

²¹ Letizia Arbeteta Mira, "Plata al servicio real: la mesa de Felipe II", in *Estudios de platería: San Eloy 2004*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, 2004).

²² Natalia Horcajo Palomero, "Reinas y joyas en la Europa del siglo XVI", in *Estudios de platería: San Eloy 2010*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, 2010).

²³ Noelia García Pérez, "Mencía de Mendoza y el patronazgo artístico en el arte de la platería (1508 – 1554)", in *Estudios de platería: San Eloy 2002*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, 2002).

²⁴ Almudena Pérez de Tudela e Annemarie Jordan Gschwend, "Exotica Habsburgica. La Casa de Austria y las colecciones exóticas en el Renacimiento temprano", in *Oriente en Palacio. Tesoros Asiáticos en las Colecciones Reales españolas*, ed. Marina Alfonso Mola e Carlos Martínez Shaw (Madrid: Patrimonio Nacional, 2003), 26-43.

²⁵ Timothy Schroder, *'A marvel to behold': gold and silver at the court of Henry VIII* (Woodbridge: Boydell Press, 2020).

Os temas da ourivesaria e joalheria em Portugal, na Época Moderna, foram abordados por: Ana Cristina Sousa estudou objetos litúrgicos e civis e a sua iconografia²⁶; Crespo explorou as questões da arte oriental, do mercado e produção da Lisboa renascentista²⁷; Vassallo e Silva investigou a ourivesaria entre Portugal e a Índia, nos contextos religioso e civil²⁸; Leonor d'Orey analisou ourivesaria e prataria associada a várias coleções como a do Museu Nacional de Arte Antiga²⁹; Luísa Penalva também estudou vários aspetos das coleções do Museu Nacional de Arte Antiga³⁰; André Afonso estuda a ourivesaria portuguesa das Idades Média e Moderna, bem como a galvanoplastia³¹; Vasconcelos e Sousa dedicou-se sobretudo à joalheria e ourivesaria³²; Carmo de Andrade debruçou-se sobre a iconografia na ourivesaria manuelina³³; Leonor Vale estudou a ourivesaria barroca italiana em Portugal³⁴; Nuno Cruz Grancho desenvolveu estudos sobre prataria na época moderna e investigou no seu

²⁶ Ana Cristina Sousa, "Tytolo da prata (...), do arame, estanho e ferro (...), latam cobre e cousas meudas... Objectos litúrgicos em Portugal (1478-1571)" (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010).

²⁷ Hugo Miguel Crespo, *Comprar o Mundo. Consumo e Comércio na Lisboa do Renascimento. Shopping for Global Goods. Consumption and Trade in Renaissance Lisbon* (Lisboa: AR-PAB, 2020).

²⁸ Nuno Vassallo e Silva, "'E muy rica prata fina, de bestiães bem lavrados": a ourivesaria entre Portugal e a Índia, do século XVI ao século XVIII" (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005).

²⁹ Simonetta Luz Afonso, Ana de Castro Henriques, e Leonor d'Orey, *Inventário do Museu de Arte Antiga – Coleção de Ourivesaria*, vol. I, Do Românico ao Manuelino (Lisboa: Instituto Português de Museus/MNAA, 1995).

³⁰ Leonor d'Orey e Luísa Penalva, *A Custódia de Belém: 500 anos* (Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2010).

³¹ André das Neves Afonso, "O Porta-paz do Espinheiro e o lavor mais perfeito", *Brotéria* 190, n.º 5-6 (Maio-Junho 2020): 599-602.

André das Neves Afonso, *Tão uteis como os originaes: a coleção de galvanoplastias do MNAA* (S.l.: MNAA - Museu Nacional de Arte Antiga, 2021).

³² Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *Arte e devoção: a ourivesaria nas coleções da Santa Casa da Misericórdia do Porto* (Porto: Santa Casa da Misericórdia, 2013).

³³ Maria do Carmo Rebello de Andrade, "Iconografia Narrativa na Ourivesaria Manuelina: as Salvas Historiadas" (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1997). <https://run.unl.pt/handle/10362/60500>

³⁴ Teresa Leonor M. Vale, "O desenho de obras de ourivesaria no âmbito das encomendas portuguesas em Roma na primeira metade de Setecentos", in *Dibujo y Ornamento. Trazas y dibujos de Artes Decorativas entre Portugal, Espanã, Italia, Malta y Grecia. Estudios en honor de Fuensanta García de La Torre*, ed. Sabrina de Cavi (Córdova-Roma: Diputación de Córdoba-De Luca Editori d'Arte, 2015), 343-351.

Doutoramento a ourivesaria religiosa espanhola em Portugal no período de 1580 a 1640³⁵; Jordan-Gschwend especializou-se no exótico e nas cortes de Habsburgo³⁶.

Os temas da ourivesaria e joalheria tem sido alvo de publicações portuguesas que compilam artigos de autores diferenciados como as Atas do Colóquio Português de Ourivesaria. Estas temáticas também são abordadas em revistas e obras especializadas portuguesas como a *Revista de Artes Decorativas* e *Matrizes da investigação em Artes Decorativas* ambas editadas pela Universidade Católica Portuguesa, com a direção de Gonçalo de Vasconcelos e Sousa.

O estudo da prataria litúrgica e civil e joalheria na Península Ibérica tem sido bastante desenvolvido associando-se à publicação *Estudios de Platería* da Universidade de Múrcia coordenada por Rivas Carmona e García Zapata, com estudos de vários autores de referência como Pérez Sánchez, Cruz Valdovinos, Sanz Serrano, Albaladejo Martínez, Nieva Soto, Ruiz Calvente, Alonso Benito. A coleção *Universo Barroco Iberoamericano* com vários volumes dedicados a diferentes temáticas e geografias da Península Ibérica e América Latina publicou recentemente a obra *Las artes suntuarias al servicio del culto divino (XVI-XVIII)*³⁷, o que demonstra a atualidade do tema das artes sumptuárias na época moderna.

³⁵ Nuno Cruz Grancho, "Ourivesaria religiosa espanhola em Portugal (1580-1640)" (Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2022). <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/56032>

³⁶ Almudena Pérez de Tudela e Annemarie Jordan Gschwend, "Exotica Habsburgica. La Casa de Austria y las colecciones exóticas en el Renacimiento temprano", in *Oriente en Palacio. Tesoros Asiáticos en las Colecciones Reales españolas*, ed. Marina Alfonso Mola e Carlos Martínez Shaw (Madrid: Patrimonio Nacional, 2003), 26-43.

³⁷ Laura Illescas, Antonio Joaquín Santos, Jesús Rivas Carmona, María Concetta Di Natale, e Sergio Intorre, *Las Artes Suntuarias Al Servicio Del Culto Divino (XVI-XVIII)*, ed. Fernando Quiles García, vol. 32, *Universo Barroco Iberoamericano* (Sevilha, Roma: Enredars Publicaciones y Roma Tre-Press/ Università degli studi Roma Tre, 2024).

No estudo da ourivesaria europeia destacam-se autores como: Skogh³⁸, Frackowska³⁹, Distefano⁴⁰, Di Natale⁴¹, Liscia Bemporad⁴², Bimbenet-Privat⁴³, Tixier⁴⁴.

Este projeto baseia-se na ideia de Schmitt de que a história também se escreve a partir dos objetos e das imagens neles representadas. Dekoninck, Heering e Lefftz defendem a transversalidade e universalidade do ornamento nas artes, nas suas fontes, tratamento das formas e matérias⁴⁵. A iconografia tem vindo a ser desenvolvida por autores como Duchet-Suchaux, Baschet, Bonne, Weigert, Grabar, Kessler, e Boto Varela. O estudo da iconografia em objetos sumptuários foi realizado por: Ana

³⁸ Lisa Skogh e Nationalmuseum, *Europeiskt silver 1500-1850 = European silver 1500-1850*, Nationalmuseums katalog över konsthantverk och design 2 (Estocolmo: Nationalmuseum, 2009).

³⁹ Anna Frackowska, *Gdańsk silver tankards of the 17th and 18th centuries: typology, styles, iconography* (Varsóvia: Wyd. Zamku Królewskiego w Warszawie, 2013).

⁴⁰ Giampaolo Distefano, "Or, argent, émail et ivoire. Déclinaisons de l'ornement précieux à Paris dans la première moitié du XIV^e siècle", in *L'ornement précieux. Les fonctions de l'ornement précieux dans les cours européennes à la fin du Moyen Âge et à la Renaissance*, ed. G. Glorieux, M.-L. Cassius-Duranton, e F. Solinas (Roma: De Luca, 2023), 54-69.

⁴¹ Maria Concetta Di Natale, *Gioielli di Sicilia* (Palermo: Flaccovio Editore, 2000).

⁴² Dora Liscia Bemporad, *Argenti Fiorentini dal XV al XIX secolo, tipologia e marchi* (Florença: Studio per Edizione Scelte, 1992).

⁴³ Michèle Bimbenet-Privat, Florian Doux, e Catherine Gougeon, *Orfèverie de la Renaissance et des Temps Modernes XVI^e, XVII^e et XVIII^e siècles. La collection du Musée du Louvre*, 3 vols. (Plérin: Éditions Faton, 2022).

⁴⁴ Frédéric Tixier, *La Monstrance eucharistique. Genèse, typologie et fonctions d'un objet d'orfèverie (XIII^e-XVI^e siècle)*, ed. Jean-Yves Andrieux e Guillaume Glorieux (s.l.: Presses Universitaires de Rennes, 2014).

⁴⁵ Ralph Dekoninck, Caroline Heering, e Michel Lefftz, *Questions d'ornements XV^e-XVIII^e siècles* (Turnhout: Brepols Publishers, 2013).

Cristina Sousa⁴⁶, Carmo de Andrade⁴⁷, Pérez Varela⁴⁸, Santos Márquez⁴⁹, Heredia Moreno⁵⁰, López Plasencia⁵¹, Miguélez Valcarlos⁵², Bertos Herrera⁵³, Justin Kroesen⁵⁴. No entanto, verifica-se que os objetos sumptuários em Portugal carecem de um

⁴⁶ Ana Cristina Sousa, "A presença dos metais nos altares dos séculos XV e XVI: uma leitura a partir da iconografia da "Missa de São Gregório".", in *El tesoro del lugar florido. Estudios sobre la plata iberoamericana. Siglos XVI-XIX*, ed. Juan Haroldo Rodas Estrada, Nuria Salazar Simarro, e Jesús Paniagua Pérez (León: Instituto Nacional de Antropología e Historia, Universidad de León, Ediciones El Forastero, 2017), 109-135.

Ana Cristina Sousa, "La iconografía del hombre salvaje en la platería de los siglos XV y XVI", in *El jardín de las Hespérides: estudios sobre la plata en Iberoamérica. Siglos XVI al XIX*, ed. Nuria Salazar Simarro et al. (Espanha: Universidad de León, Instituto de Humanismo y Tradición Clásica, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2020), 399-420.

⁴⁷ Maria do Carmo Rebello de Andrade, "Ourivesaria manuelina, identificação de algumas fontes iconográficas", *Artes & Leilões*, nº 33 (1995): 29-66

Maria do Carmo Rebello de Andrade, "Iconografia Narrativa na Ourivesaria Manuelina: as Salvas Historiadas" (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1997). <https://run.unl.pt/handle/10362/60500>

Maria do Carmo Rebello de Andrade, "A ourivesaria de aparato e as artes da imprensa ao tempo do rei D. Manuel I. Uma abordagem", in *I Colóquio Português de Ourivesaria. Actas*, ed. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (Porto: Ed. Fundação Eng. António de Almeida, 1999), 107-119.

Maria do Carmo Rebello de Andrade, "A circulação da gravura em Portugal: reflexos na ourivesaria dos séculos XV e XVI", in *Actas do 3.º Colóquio de Artes Decorativas - Iconografia e Fontes de Inspiração. Imagens e Memória da Gravura Europeia* (Lisboa: ESAD / FRESS, 2012), 205-215.

⁴⁸ Ana Pérez Varela, "La iconografía eucarística del pelícano: ejemplos en plata", in *Estudios de Platería, San Eloy 2015*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2015), 421-438.

Ana Pérez Varela, "Diez copias decimonónicas de una salva portuguesa del siglo XVI en Austria, España y Portugal: en torno a su procedencia y autoría", *Liño: Revista anual de historia del arte* 26 (2020): 43-54. <https://doi.org/10.17811/LI.26.2020.43-54>

⁴⁹ Antonio Joaquín Santos Márquez, "Un ejemplo de platero sevillano del Renacimiento: Alonso de Guadalupe (1549 – 1573)", in *Estudios de platería: San Eloy 2006*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, 2006), 659-676.

⁵⁰ Carmen Heredia Moreno, "De arte y de devociones eucarísticas: las custodias portátiles", in *Estudios de Platería, San Eloy 2002*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2002), 163-181.

Carmen Heredia Moreno, "Otro Horóscopo de Cristo en la platería complutense del siglo XVI", *Laboratorio de Arte*, 29 (2017): 117-192.

⁵¹ José Cesáreo López Plasencia, "Un ejemplar inédito de la Descripción de la traça y ornato de la custodia de plata de la Sancta Iglesia de Sevilla, del "escultor de oro y plata" Juan de Arfe y Villafañe, en la Universidad de La Laguna", in *Estudios de Platería. San Eloy 2008*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2008), 315-337.

estudo iconográfico aprofundado, o que justifica uma nova abordagem de análise comparativa com outras artes do período, de forma a colmatar o conhecimento dessas obras de importância significativa.

As investigações dos objetos sumptuários em Portugal apresentam diferentes perspectivas, mas não uma síntese, havendo a necessidade de uma análise holística dessa produção. O nosso estudo compreende uma perspectiva inovadora que sintetiza a análise da imagem, materialidade e funções das peças nos seus contextos, constituindo uma abordagem holística, que irá contribuir para a compreensão de como o século XVI encarava os objetos sumptuários.

Fontes e Metodologia

No primeiro ano do 3º ciclo de estudos, em setembro de 2023 foi continuada a recolha de bibliografia, a pesquisa de fontes documentais e iconográficas e a identificação de objetos sumptuários de origem portuguesa. Dos objetos selecionados, 34 estão classificados como tesouros nacionais, o que demonstra a sua raridade e importância patrimonial enquanto testemunhos do valor cultural que as artes do ouro e da prata conheceram no Portugal do século XVI. Tendo como exemplo as publicações de historiadores como Ana Cristina Sousa⁵⁵, García Pérez⁵⁶ e Horcajo Palomero⁵⁷ pretende-se estudar as formas, técnicas, materiais e funções das peças nos seus contextos, tendo em conta a iconografia contemporânea nomeadamente pintura,

⁵² Ignacio Miguéliz Valcarlos, "Iconografía mariana en la platería guipuzcoana", in *Estudios de Platería. San Eloy 2012*, ed. Jesús Rivas Carmona, (Murcia: Universidad de Murcia, 2012), 349-368.

⁵³ María del Pilar Bertos Herrera, "Imágenes y símbolos en las artes suntuarias", in *Granada tolle, lege = "Granada toma y lee"*, ed. Francisco Javier Martínez Medina (Granada: Agustinos Recoletos, 2009), 281-302.

⁵⁴ Justin Kroesen, "Retablos medievales de plata", in *Estudios de platería. San Eloy 2004*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2004), 243-261.

Justin Kroesen, "La platería en el culto calvinista", in *Estudios de platería. San Eloy 2005*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones., 2005), 235-248.

⁵⁵ Ana Cristina Sousa, "La iconografía del hombre salvaje en la platería de los siglos XV y XVI", in *El jardín de las Hespérides: estudios sobre la plata en Iberoamérica. Siglos XVI al XIX*, ed. Nuria Salazar Simarro et al. (Espanha: Universidad de León, Instituto de Humanismo y Tradición Clásica, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2020), 399-420.

⁵⁶ Noelia García Pérez, "El consumo suntuario en el Renacimiento: Usos y funciones de las piezas de plata y oro", in *Estudios de platería: San Eloy 2006*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, 2006), 247-255.

⁵⁷ Natalia Horcajo Palomero, "Reinas y joyas en la Europa del siglo XVI", in *Estudios de platería: San Eloy 2010*, ed. Jesús Rivas Carmona (Murcia: Universidad de Murcia, 2010), 319-339.

desenhos e gravuras. De forma a realizar uma análise comparativa das descrições e peças que se conservam em variadas coleções, pesquisamos objetos e iconografias em museus portugueses e internacionais e em obras de referência como o *The Illustrated Bartsch*. Também estamos a visitar museus e tesouros de igrejas para recolher meios audiovisuais (fotografias, etc.) e fichas de inventário das peças em estudo.

No período de junho a agosto de 2024, foram realizadas as fichas de inventário acerca dos objetos sumptuários (objetos de mesa/aparador, alfaia litúrgica, joias, objetos exóticos) de origem portuguesa musealizados e *in loco*. A metodologia de criação da ficha de inventário foi baseada nas normas de inventário da ourivesaria do antigo Instituto dos Museus e da Conservação⁵⁸, de forma a facilitar a sua posterior disponibilização aos museus portugueses. As peças foram distribuídas tendo em conta a sua variedade tipológica e os seus contextos de usos. Em cada uma das fichas de inventário foi enquadrada a história dos objetos na coleção e sistematizada a informação das suas diferentes formas, técnicas e materiais, descrevendo-as e relacionando-as com representações em iconografia contemporânea e peças forâneas de coleções internacionais (ex: *British Museum*, *Museo degli Argenti*, *Museo del Prado*, *THE MET*, *V&A*). Também verificamos as relações de proximidade de obras de diferentes tipologias realizadas em diferentes técnicas, como por exemplo a cerâmica, o vidro, as tapeçarias, os têxteis e a madeira, de forma a analisar transversalmente o ornamento nas Artes Decorativas. Estas fichas ajudam a criar a base de conhecimento para a realização da análise profunda das imagens, significados simbólicos, materiais, técnicas e relação com as funções e usos no quotidiano. Permitem também realizar uma análise comparativa com as obras descritas nas fontes, bem como criar uma visão holística e inovadora, que sintetiza o modo como o próprio tempo compreendia os objetos em estudo.

De setembro de 2024 a junho de 2025, realizámos a análise e organização de dados bibliográficos e documentais. A investigação baseia-se também na interpretação de descrições em documentação manuscrita e publicada: inventários como o Guarda-

⁵⁸ Fernanda Alves, Pedro Miguel Ferrão, Rui Galopim de Carvalho, e Teresa Maranhas, *Normas de Inventário – Ourivesaria* (s.l.: Instituto dos Museus e da Conservação, 2011). <http://www.iber museos.org/pt/recursos/documentos/normas-de-inventario-ourivesaria/>

Roupa de D. Manuel⁵⁹, o dote de D. Beatriz⁶⁰, o de D. João III⁶¹, os de D. Catarina de Áustria⁶², o de D. Teodósio I⁶³, e outros; inventários internacionais como o de Carlos V e da família imperial⁶⁴, o de Filipe II de Espanha⁶⁵, o de D. Joana de Áustria⁶⁶, o de Henrique VIII⁶⁷, e o de Elisabete I⁶⁸, bem como outros; inventários de tesouros de

⁵⁹ Anselmo Braamcamp Freire, "Inventario da Guarda-Roupa de D. Manuel", *Archivo Historico Portuguez* II (1904): 381–417.

⁶⁰ "Dote de Duquesa Infante D. Brites", in *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa: Tiradas dos Instrumentos dos Archivos da Torre do Tombo, da Serenissima Casa de Bragança, de diversas Cathedraes, Mosteiros, e outros particulares deste Reyno*, ed. António Caetano de Sousa (Lisboa: Regia Officina Sylviana da Academia Real, 1742), 445-490.

⁶¹ Anselmo Braamcamp Freire, "Inventário da casa de D. João III em 1534", *Archivo Historico Portuguez* VIII (1904): 381–417.

⁶² Raúl Lino, Luís Silveira, e Emília Félix, *Documentos para a história da arte em Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Jóias e outros bens da Rainha D. Catarina.*, vol. 8 (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969); Annemarie Jordan Gschwend e Juan Luís González García, "Catalina de Austria. Inventario de vestidos, joyas, tapices y otros objetos, 1524", in *Los inventarios de Carlos V y la Familia Imperial*, ed. Fernando Checa Cremades (Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, 2010), 3045-3056; Annemarie Jordan Gschwend e Francisco de Paula Cañas Gálvez, "Catalina de Austria. Inventario de joyas, plata y otros objetos, 1525", in *Los inventarios de Carlos V y la Familia Imperial*, ed. Fernando Checa Cremades (Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, 2010), 3057-3070; Francisco de Paula Cañas Gálvez e Annemarie Jordan Gschwend, "Catalina de Austria. Inventario de joyas, plata y otros objetos, 1525", in *Los inventarios de Carlos V y la Familia Imperial*, ed. Fernando Checa Cremades (Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, 2010), 3071-3084; Annemarie Jordan Gschwend e Francisco de Paula Cañas Gálvez, "Catalina de Austria. Inventario de joyas, 1527", in *Los inventarios de Carlos V y la Familia Imperial*, ed. Fernando Checa Cremades (Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, 2010), 3085-3089; Annemarie Jordan Gschwend e Juan Luis González García, "Catalina de Austria. Inventario de joyas y guardarropa, 1528", in *Los inventarios de Carlos V y la Familia Imperial*, ed. Fernando Checa Cremades (Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, 2010), 3091-3166.

⁶³ Jessica Hallett e Nuno Senos, *De Todas as Partes do Mundo. O património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I*, vol. II (Lisboa: Tinta-da-China, 2018).

⁶⁴ Fernando Checa Cremades, *Los inventarios de Carlos V y la Familia Imperial*, 3 vols. (Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, 2010).

⁶⁵ Fernando Checa Cremades, *Inventarios de Felipe II: inventario post mortem, almoneda y libro de remates, inventario de tapices* (Madrid: Fernando Villaverde Ediciones, 2018).

⁶⁶ Almudena Pérez de Tudela, *Los inventarios de Doña Juana de Austria, princesa de Portugal (1535-1573)* (Jaén: UJA Editorial, 2017).

⁶⁷ David Starkey, Alasdair Hawkyard, e Philip Ward, *The inventory of King Henry VIII: Society of Antiquaries MS 129 and British Library MS Harley 1419: the transcript* (Londres: Harvey Miller for the Society of Antiquaries of London, 1998).

⁶⁸ Arthur Collins, *Jewels and plate of queen Elizabeth I: the inventory of 1574* (Londres: Trustees of the British Museum, 1955).

igrejas como da Colegiada de Guimarães⁶⁹, da Sé do Porto⁷⁰, de diversas igrejas⁷¹, etc.; visitasões paroquiais como as da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio⁷², da Aldeia Galega do Ribatejo⁷³, da Arquidiocese de Braga⁷⁴, entre muitas outras; testamentos como o de D. Manuel⁷⁵ e o de D. Sebastião⁷⁶, entre outros. A análise das fontes baseia-se em tabelas, nas quais são registadas as: tipologias; descrições; materiais e pesos; origens; correspondências em peças e iconografia contemporâneas; ligações a objetos de diferentes tipologias e materiais. Para compreender os termos presentes nos documentos recorreremos a dicionários como o de Bluteau⁷⁷, o de

⁶⁹ Eduardo de Almeida, "Os Cónegos Da Oliveira" *Revista de Guimarães* (1926–1929): XXXVI, n.º 1, 27–45; 164–173. Vol. XXXVIII, n.º 1–2, 64–80. Vol. XXXVII, n.º 3, 142–155. Vol. XXXVII, n.º 4, 287–297. Vol. XXXVIII, n.º 3–4, 234–240. Vol. XXXIX, n.º 3–4, 200–221.

⁷⁰ Maria Teresa Pinto Machado, "Inventairo do Ouro, Prata, Ornamentos, Tapeçaria e de todas as mais cousas que ao presente foraom achadas nesta see do Porto conforme ao inventario que dantes fez o senhor bispo Aires da Sylva e cousas que de novo acresçeram." *Manuscritos Inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, II Série – 2, 1984.

⁷¹ Pedro Pinto, "Inventário quinhentista das igrejas de Santa Maria do Olival, São João da Praça, Santa Maria do Castelo, Santa Iria, Santa Maria de Pias, e da Ermida de Santa Maria do Monte", *Revista de Artes Decorativas*, n.º 4 (2010): 237-245.

⁷² Hugo Cavaco, "Visitações" *da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio. (Subsídios para o estudo da História da Arte no Algarve)* (Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1987).

⁷³ Mário Balseiro Dias, *Visitações e Provimientos da Ordem de San'Iago em Aldeia Galega do Ribatejo (1486-1537)*, vol. I (Montijo: ed. do autor, 2005).

Mário Balseiro Dias, *Visitações e Provimientos da Ordem de San'Iago em Aldeia Galega do Ribatejo (1553-1571)*, vol. II (Montijo: ed. do autor, 2006).

⁷⁴ António Franquelim Sampaio Neiva Soares, "Visitações de D. Fr. Baltasar Limpo na Arquidiocese de Braga", *Theologica*, vol. XIV, 2ª série, (1979): 529-570.

António Franquelim Sampaio Neiva Soares, "Visitações de D. Fr. Baltasar Limpo na Arquidiocese de Braga", *Theologica*, vol. XVI, 2ª série (1981): 447-435.

⁷⁵ Belarmina Ribeiro, "Testamento de el-rei D. Manuel", in *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. 6, ed. A. da Silva Rego (Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967), 111-163.

⁷⁶ "Testamento del Rei D. Sebastião", in *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa: Tiradas dos Instrumentos dos Archivos da Torre do tombo, da Serenissima Casa de Bragança, de diversas Cathedraes, Mosteiros, e outros particulares deste Reyno*, vol. 3, ed. António Caetano de Sousa (Lisboa: Regia Officina Sylviana da Academia real, 1744), 198-205.

⁷⁷ Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos... / pelo Padre D. Raphael Bluteau*, 10 vols. (Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712–1728). <https://purl.pt/13969>

Morais Silva⁷⁸ e o *Elucidário de Viterbo*⁷⁹. Também será necessário consultar obras sobre os valores monetários, pesos e medidas na Época Moderna, de autores como Mário Barroca⁸⁰. A análise de inventários internacionais pretende comparar a tipologia de fontes, bem como perceber as similaridades e dissemelhanças nas descrições dos objetos, tendo em conta as formas, materiais e imagens na Europa.

Entre julho e agosto de 2025, iremos aprofundar o conhecimento acerca da viagem e transporte de peças de ourivesaria e joias através de diferentes cofres, caixas e baús, bem como estojos próprios. A viagem destes objetos é fundamental para a confluência de culturas e gostos.

De setembro a dezembro de 2025, seguindo a metodologia da *Cripto-História de Arte* de Vítor Serrão⁸¹, pretende-se analisar desenhos publicados em livros de gravuras e livros de ornamentos⁸², de autores como Dürer, Holbein o Jovem, Jamnitzer, Du Cerceau, De Bry, Giulio Romano, entre outros. Estes permitem compreender o vocabulário das formas e motivos reproduzidos nas peças. Também se pretende aprofundar a importância do desenho, enquanto base de todas as artes na Época Moderna na ótica renascentista.

A análise dos objetos será desenvolvida tendo em conta as formas, técnicas, materiais e simbologias, no período de janeiro a abril de 2026. Assim, de forma a perceber o trabalho do ouro, prata, esmaltes, materiais exóticos e pedras preciosas vai-se

⁷⁸ António de Moraes Silva, *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, 2 vols. (Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789). <https://purl.pt/29264>

⁷⁹ Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*, 2 ed., 2 vols. (Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865). <https://purl.pt/13944>

⁸⁰ Mário Jorge Barroca, "Medidas-padrão medievais portuguesas", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, vol. 9 (1992): 53-85. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5701>

⁸¹ Vítor Serrão, *A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de arte inexistentes* (Lisboa: Livros Horizonte, 2001).

⁸² Elizabeth E. Miller e Victoria & Albert Museum, *16th Century Italian Ornament Prints in the V&A Museum* (Universidade de Michigan: Harry N. Abrams, 1999).

Janet S. Byrne, *Renaissance Ornament Prints and Drawings* (Nova Iorque: The MET, 1981).

recorrer a autores atuais como Carvalho⁸³ e da época como Cellini⁸⁴ e Arfe⁸⁵. Recorrer-se-á também aos Regimentos da Prata⁸⁶ para demonstrar a organização desta arte no tempo. A valorização dos objetos sumptuários na época estava ligada aos significados atribuídos aos materiais de produção, que muitas vezes provinham de locais longínquos e exóticos. Pelo que, será importante pesquisar livros de gemas como fontes primárias, para compreender as propriedades mágicas e protetoras às quais estavam associadas, nomeadamente os de Conrad Gesner⁸⁷ e Camilo Leonardi⁸⁸.

De maio a agosto de 2026, será realizado o estudo iconográfico segundo o método de Bonne⁸⁹, Schmitt⁹⁰, Weigert⁹¹ e Kessler⁹² de forma a estudar a imagem, a materialidade e funções em contexto e investigar como os objetos eram entendidos no seu tempo. Para a leitura iconográfica religiosa será consultado Réau⁹³ e fontes como a

⁸³ Rui Galopim Carvalho, *Pedras preciosas na arte sacra em Portugal* (Lisboa: CTT, 2010).

⁸⁴ Benvenuto Cellini e Fernando Checa Cremades, *Tratados de orfebrería, escultura, dibujo y arquitectura*, trad. Juan Calatrava Escobar (Madrid: Akal, 1989).

⁸⁵ Juan de Arfe y Villafañe, *De varia commensuracion para la esculptura y arquitectura: por Juan de Arphe y Villafañe, natural de León, escultor de oro, y plata [1585-1587]* (Sevilha: Imprenta de Andrea Pescioni y Juan de Leon, 1587). <https://bibliotecadigital.jcyl.es/i18n/consulta/registro.cmd?id=7913>

⁸⁶ Maria João Pereira Coutinho, "Lisboa e as Artes Decorativas: Obras, Artistas, Projetos: Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa: Regimentos dos Ourives do Ouro e Lapidários, Ourives da Prata, Guadamecileiros, Oleiros, Tapeceiros, Vestimenteiros", *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 7 (2017): 309–55. <https://doi.org/10.48751/CAM-2017-7212>

⁸⁷ Conrad Gessner, *De omni rerum fossilium genere, gemmis, lapidibus, metallis, et huiusmodi, libri aliquot, plerique nunc primum editi. Excudebat Iacobus Gesnerus* (s.l.: excudebat Iacobus Gesnerus, 1565). https://books.google.pt/books?id=JP0qBLnRY58C&ie=ISO-8859-1&redir_esc=y

⁸⁸ Camillo Leonardi, *Libri tre di M. Lodovico Dolce: ne i quali si tratta delle diuerse sorti delle gemme, che produce la natura, della qualita, grandezza, bellezza, & virtu loro*, trad. Lodovico Dolce (Veneza: Appresso G. Battista, M. Sessa et fratelli, 1565). https://play.google.com/books/reader?id=l4SAfICsBqkC&pg=GBS.PA1-IA1&hl=pt_PT

⁸⁹ Jean-Claude Bonne, "Ornementation et représentation", in *Les images dans l'Occident médiéval*, ed. Jérôme Baschet e Pierre-Olivier Dittmar, L'Atelier du Médiéviste 14 (Turnhout: Brepols Publishers, 2015), 199-212.

⁹⁰ Jean-Claude Schmitt, *O corpo das imagens. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*, trad. José Rivair Macedo (Bauru/SP: Edusc, 2007).

⁹¹ Laura Weigert, "Performance", *Studies in Iconography* 33, Special Issue, Medieval Art History Today - Critical Terms (2012): 61-72.

⁹² Herbert Kessler, "The eloquence of Silver: More on the Allegorization of Matter", in *L'Allégorie dans l'art du Moyen âge: formes et fonctions: héritages, créations, mutations. Actes du colloque du RILMA, Institut Universitaire de France* (Turnhout: Brepols Publishers, 2011), 49-64.

⁹³ Louis Réau, *Iconografia del Arte Cristiano*, vol. 1, Tomo 1 (Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996).

Bíblia Sagrada, os *Evangelhos Apócrifos*⁹⁴ e a *Legenda Áurea* de Vorágine⁹⁵. Relativamente à iconografia profana serão consultadas fontes como as *Metamorfoses* de Ovídio⁹⁶ e as *Fábulas* de Esopo⁹⁷, bem como dicionários de mitologia clássica⁹⁸. Relativamente aos motivos animais e vegetais recorreremos a documentos como a enciclopédia de Santo Isidoro de Sevilha⁹⁹, bestiários¹⁰⁰, herbários¹⁰¹ e a autores como Azambuja¹⁰². A análise dos motivos ornamentais e arquitetónicos será baseada em tratados e iconografia contemporânea¹⁰³.

No decorrer do projeto, iremos redigir um glossário de nomenclaturas e termos que descrevem formas, técnicas e materiais utilizados nas fontes, de forma a partilhar conhecimento com outras áreas científicas.

Finalmente, iremos escrever e rever a versão final da tese, de setembro de 2026 até setembro de 2027, a data de entrega.

Estrutura provisória do trabalho final

Introdução

Estado da Arte

⁹⁴ Aurelio de Santos Otero, *Los Evangelios Apocrifos*, 2ª ed., Colección de textos griegos y latinos, versión crítica, estudios introductorios, comentarios e ilustraciones (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1963).

⁹⁵ Santiago de la Vorágine, *La leyenda dorada*, 1, trad. Fray José Manuel Macías (Madrid: Alianza Editorial 1996).

Santiago de la Vorágine, *La leyenda dorada*, 2, trad. Fray José Manuel Macías (Madrid: Alianza Editorial 1997).

⁹⁶ Ovídio, *Metamorfoses*, trad. Paulo Farmhouse Alberto, 2ª ed. (Lisboa: Livros Cotovia, 2010).

⁹⁷ Esopo, *Fabulas de Esopo com applicações moraes a cada fabula*, Nova edição revista e emendada (Paris: Typographia de Pillet Fils Ainé, 1848).

⁹⁸ Miguel Angel Elvira Barba, *Arte y Mito. Manual de Iconografía Clásica* (Madrid: Silex, 2008).

⁹⁹ José Oroz Reta, Manuel A. Marcos Casquero, e Manel C. Diaz y Diaz, *Etimologías de San Isidoro de Sevilla*, Edição bilingue (Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 2004).

¹⁰⁰ Aberdeen University Library (A.U.L.), Special Collections, MS 24, Aberdeen Bestiary.

¹⁰¹ Adam Lonicer, *Naturalis historiae opus novum: in quo tractatur de natura et virbus arborum, fruticum, herbarum, Animantiumque terrestrium, uolatilium & aquatiliium* (Apud Chr. Egenolphum, 1551). <https://books.google.pt/books?id=aKvdPOAACAAJ>

¹⁰² Sónia Talhé Azambuja, *A linguagem simbólica da natureza: a flora e a fauna na pintura seiscentista portuguesa* (Lisboa: Scribe, 2017).

Sónia Talhé Azambuja, *Plantas, Animais e Paisagem. Da Iconografia à Iconologia na Pintura dos Séculos XV e XVI em Portugal* (Lisboa: Scribe, 2021).

¹⁰³ Timothy Clifford, *Designs of Desire. Architectural and Ornament Prints and Drawings 1500 – 1800* (Edimburgo: National Galleries of Scotland, 2000).

Metodologia

1. A ourivesaria

- 1.1. Ourives e a sua importância histórica
- 1.2. A ourivesaria e o desenho como arte primacial

2. Tesouros nacionais da ourivesaria quinhentista

3. Objetos sumptuários

- 3.1. Alfaias litúrgicas
- 3.2. Ourivesaria civil
- 3.3. Joalheria
- 3.4. Objetos exóticos

4. Restauros, revivalismos e hibridismos

5. Viagem da imagem e transporte dos objetos

Considerações finais

Dados semi-tratados

A pesquisa bibliográfica e documental foi continuada focando-se nos temas da ourivesaria, joalheria, iconografia, imagem, formas, materialidade, ornamento e exotismo. As fontes para o estudo dos objetos sumptuários consistem em inventários, visitasões e testamentos que descrevem objetos sobreviventes e que se perderam, bem como as suas formas, materiais, técnicas e funções. Para a compreensão dos objetos que sobreviveram, selecionamos tratados de ourivesaria, iconologias, livros de emblemas, herbários, bestiários, lapidários, livros de gemas e dicionários.

Efetuamos a pesquisa e seleção de objetos sumptuários do século XVI em Portugal, bem como a recolha e registo de informação em fichas de inventário. A pesquisa dos objetos foi realizada: em bibliografia especializada; com a consulta de todas as publicações do Inventário Artístico de Portugal da Academia Nacional de Belas

Artes; em catálogos de exposições gerais, de Artes Decorativas e de ourivesaria; em catálogos impressos e *online* de museus portugueses e internacionais; e catálogos gerais *online* de bens culturais portugueses e de diferentes países. Os critérios de seleção dos objetos foram: a sua cronologia, incluindo obras do século XVI e com intervenções desse século; as tipologias em estudo, nomeadamente, peças de mesa/aparador, alfaias litúrgicas, joalheria e objetos exóticos; as matérias das obras, nomeadamente os metais nobres, pedras preciosas e os materiais exóticos comercializados pelos portugueses. Alguns materiais constituem campos de estudo específicos, como o marfim ou a porcelana, por isso, selecionamos peças dessas matérias montadas em metais nobres; a localização dos objetos, selecionando os preservados em museus portugueses, internacionais e *in loco*. Os objetos selecionados são no total 719, dos quais 314 peças estão em coleções de museus portugueses, 171 peças em museus internacionais, 234 peças *in loco*, nomeadamente 217 peças em igrejas portuguesas e 17 peças em igrejas e instituições internacionais. Das peças em museus portugueses, 34 peças são classificadas como Tesouros Nacionais, sendo de diferentes tipologias, como se pode observar em um gráfico (Fig. 1).

As obras selecionadas em museus portugueses, museus internacionais e *in loco* podem ser divididas em ourivesaria sacra, ourivesaria civil, joalheria e objetos exóticos. Nos gráficos apresentados (Fig. 2, 3, 4, 5), podem ser observados os números das diferentes tipologias e materiais exóticos existentes, tendo em conta os objetos selecionados. Estes dados não pretendem ser universais, mas demonstram a valorização das peças. Os gráficos indicam que um maior número de peças e tipologias de ourivesaria sacra sobrevive relativamente à ourivesaria civil, joalheria e objetos exóticos. Os objetos de maior número são os cálices e as custódias pertencentes à ourivesaria sacra e as salvas na ourivesaria civil. Na joalheria, destacam-se os pendentos e anéis e, nos objetos exóticos, as conchas, a madrepérola e a tartaruga são os materiais mais utilizados.

Os objetos serão analisados em conjunto com documentação de forma a compreender o panorama universal da ourivesaria e joalheria em Portugal, no século XVI.

Apesar de, nesta investigação, as peças com maior relevância já terem sido estudadas, será necessário aprofundar o conhecimento acerca da sua imagem, materiais, técnicas, formas e funções.

Desenvolvemos a pesquisa iconográfica, na qual, criamos uma listagem de: fontes imagéticas; as temáticas iconográficas que permitem observar as tipologias de objetos em estudo; livros de desenhos de pratos e joias; artistas ativos e relevantes para o século XVI; artistas que produziam gravura; e artistas ourives e com formação de ourives. Também compilámos iconografias (pinturas, desenhos, gravuras, entre outros meios) do século XVI de peças de ourivesaria e joalheria tendo em conta as tipologias de objetos representados, as suas datações e as relações entre eles. A iconografia recolhida trata-se de cerca de 1700 imagens, que foi organizada através da criação de tabelas no *Excel* divididas pelas diversas tipologias de ourivesaria civil, ourivesaria litúrgica e joalheria.

No decurso do projeto, entramos em contacto com museus e igrejas para visitar os locais e ver, fotografar, medir e recolher fichas de inventário das peças em estudo. Com os meios audiovisuais e informação recolhida preenchemos os diferentes campos das fichas de inventário, que serão desenvolvidas ao longo do projeto.

Realizámos a pesquisa e tratamento de dados documentais e bibliográficos, nomeadamente a análise das fontes através do registo da informação em tabelas. As fontes tratadas foram: inventários reais e da nobreza portuguesa e internacional; inventários de cidadãos portugueses; visitas e inventários de igrejas; bem como testamentos. No decorrer da análise da documentação, escrevemos continuamente um glossário de termos encontrados nas fontes consultadas.

Foi realizada a pesquisa sobre os objetos exóticos e os seus materiais de luxo, como: metais preciosos (ouro, prata), gemas (diamantes, rubis, esmeraldas, safiras, pérolas, corais, âmbar, cristal de rocha) e materiais considerados exóticos pela sua novidade e proveniência (bezoar, conchas, corno de rinoceronte, *coco-de-mer*, coco, madrepérola, tartaruga, ovo de avestruz, marfim, porcelana). A investigação focou-se na materialidade dos estudos de caso e na compreensão das crenças e mitos de

diversas culturas conjugadas pela mobilidade promovida pelas viagens no contexto da expansão marítima. Os materiais exóticos eram montados em metais preciosos como a prata ou prata dourada o que acrescentava valor material e simbólico à peça, que podia ser mantida em coleções reais, eclesiásticas e *Kunstkammers*.

Os objetos sumptuários devem ser estudados tendo em conta a imagem e a iconografia, pelo que com esta investigação esperamos contribuir para o melhor conhecimento destas peças em Portugal e na Europa. As iconografias e os emblemas são um meio privilegiado de compreender a forma como os indivíduos do renascimento percebiam o mundo e a natureza, pois essas obras conscientemente tentavam descrever as plantas, animais e o que estava representado nelas. A forma como as iconografias eram descritas informam-nos do que o espetador da época via nas representações e as palavras utilizadas para as descrever pode indicar o que significavam em termos perceptuais¹⁰⁴.

As Artes Decorativas são um campo de estudos muito vasto que engloba várias técnicas, materiais e formas em peças de grande importância histórica, cujo estudo necessita de ser aprofundado para o melhor entendimento das peças que sobrevivem musealizadas, *in loco* e em coleções privadas, de modo a compreender o tempo que as produziu, porque foram preservadas e o que significam atualmente. A pesquisa deve-se focar também nas obras que se perderam, para entender melhor as cronologias em estudo e as possíveis razões da sobrevivência de determinadas peças e perda de outras quer por mudanças de gosto, deterioração, seleção, venda ou perda. Similarmente, devemos ter em conta as diversas intervenções realizadas nas peças sobreviventes, pois essas tornam-se parte da história das peças, tenham sido realizadas ao longo dos séculos ou um restauro recente. Assim, com esta investigação pretendemos contribuir para o incentivo do interesse científico nas áreas das Artes

¹⁰⁴ Daniel S. Russel, "Perceiving, seeing and meaning: emblems and some approaches to reading early modern culture", in *Aspects of Renaissance and Baroque Symbol Theory 1500 – 1700*, ed. Peter M. Daly e John Manning (Nova Iorque: AMS Press Inc, 1999), 89.

Decorativas, como a ourivesaria, de forma a colmatar lacunas no conhecimento de artes de grande relevância no panorama nacional e internacional.

No enquadramento do estudo das Artes Decorativas, e particularmente da ourivesaria, pretendemos contribuir para a perceção dessa arte como parte da formação de base dos artistas devido à minúcia e técnica requerida para a sua realização, bem como pela prática do desenho. Vários dos mais proeminentes artistas do renascimento italiano estudaram ourivesaria, uma arte que permitia a aprendizagem do desenho. Nas *Vite* de Vasari, o autor menciona vários artistas que começaram o seu percurso em oficinas de ourives e outros que se destacaram nessa profissão¹⁰⁵. O desenho era utilizado pelo artesão, pois esse servia como base para os arquitetos e artistas. Este era usado como instrumento de trabalho, forma de representação, repertórios de modelos e desenhos de apresentação ao cliente com diferentes soluções ornamentais ou figurativas¹⁰⁶. A prática do desenho era indispensável para alcançar a mestria na ourivesaria. Na *Ejecutoria de la Real Audiencia de Sevilla en favor de los vendedores del arte de los plateros* de 1566 afirma-se que os ourives devem entender a geometria para a proporção do que lavram, a perspetiva para o desenho e retrato do que querem criar, bem como a aritmética para numerar e entender os quilates de ouro, prata, pedras preciosas, pérolas e moedas¹⁰⁷. Alberti no seu *Trattato della pittura* salienta a importância do desenho ao comparar o ouro com a pintura, pois afirma que até o metal mais nobre pode adquirir mais valor através do desenho, incluindo a ourivesaria nas artes que resultam do desenho¹⁰⁸. Arfe declarava a primazia da

¹⁰⁵ Giorgio Vasari, *Vasari's Lives of the Artists. Biographies of the Most Eminent Architects, Painters, and Sculptors of Italy*, ed. Betty Burroughs (Londres: George Allen & Unwin Ltd, 1960).

¹⁰⁶ Sabina de Cavi, *Dibujo y ornamento. Trazas y dibujos de Artes Decorativas entre Portugal, Españã, Italia, Malta y Grecia. Estudios en honor de Fuensanta García de La Torre* (Córdoba, Roma: Diputación Provincial de Córdoba, De Luca, 2015), LIII.

¹⁰⁷ Ignacio José García Zapata, "Los dibujos de platería y su materialización. La definición de una tipología singular", in *Imbricaciones. Paradigmas, modelos y materialidad en las artes de la Europa habsbúrgica*, ed. Matteo Mancini e Álvaro Pascual Chenel (Madrid: Sílex universidad, 2019), 279.

¹⁰⁸ Ignacio José García Zapata, "Los dibujos de platería y su materialización. La definición de una tipología singular", in *Imbricaciones. Paradigmas, modelos y materialidad en las artes de la Europa*

ourivesaria no seu tratado, pois essa arte continha a arquitetura, a escultura e o desenho. Portanto, Arfe inseria-se na discussão acerca da legitimidade liberal da arte do desenho e a estima social dos artífices¹⁰⁹. Todavia, com o estudo do desenho, pretendemos também contribuir para a percepção da viagem de iconografias e do ornamento através do desenho e da gravura e a sua utilização nas Artes Decorativas, particularmente na ourivesaria. Também procuraremos compreender o estatuto social dos ourives comparando-o com o de outros artistas.

Para Laura Weigert, a experiência atual de visita ao museu pode ser descrita como um ritual, no entanto, antes da emergência destas instituições a arte era experienciada de forma mais regulada e cerimonial, por exemplo, nos contextos devocional, litúrgico e processional ou em contextos palacianos¹¹⁰. Segundo a autora, apesar da performatividade fornecer um modelo de como as obras de arte significam, o processo em que o espectador estabelece associações entre as formas numa obra e fora dela, cria significados de modo único no encontro com a obra de arte, que depende das condições de percepção, da experiência do espectador e do tempo histórico que vivemos¹¹¹. Com o nosso projeto, pretendemos fornecer uma perspectiva holística de como os objetos sumptuários podem ser estudados e, conseqüentemente, comunicados ao público através de estudos e exposições que incluam todas as artes sem as seccionar por materiais ou tipos, de forma a providenciar uma compreensão integral do tempo histórico que procuramos expor ao leitor ou visitante, como foi realizado em publicações como na obra *Luxury Arts of the Renaissance* de Marina

habsbúrgica, ed. Matteo Mancini e Álvaro Pascual Chenel (Madrid: Sílex universidad, 2019), 279, 80.

¹⁰⁹ Ignacio José García Zapata, "Los dibujos de platería y su materialización. La definición de una tipología singular", in *Imbricaciones. Paradigmas, modelos y materialidad en las artes de la Europa habsbúrgica*, ed. Matteo Mancini e Álvaro Pascual Chenel (Madrid: Sílex universidad, 2019), 280.

¹¹⁰ Laura Weigert, "Performance", *Studies in Iconography* 33, Special Issue, Medieval Art History Today - Critical Terms (2012): 61.

¹¹¹ Laura Weigert, "Performance", *Studies in Iconography* 33, Special Issue, Medieval Art History Today - Critical Terms (2012): 69.

Belozerskaya¹¹², bem como em exposições patentes em museus de Artes Decorativas como o *Tesoro dei Granduchi*, no *Palazzo Pitti*, em Florença e o *Victoria and Albert Museum*, em Londres. Desta forma, o leitor ou visitante poderia estabelecer ligações entre as diferentes obras de arte de vários materiais e técnicas, compreender as linguagens artísticas manifestadas nos objetos e experienciá-las de uma forma mais aproximada aos contextos de utilização das épocas que os produziram e usaram.

Anexos



Gráfico que demonstra o número e tipologias de peças classificadas como Tesouros Nacionais da ourivesaria quinhentista em museus portugueses.

¹¹² Marina Belozerskaya, *Luxury Arts of the Renaissance* (Londres: Thames & Hudson, 2005).

Figura 2 - Ourivesaria sacra

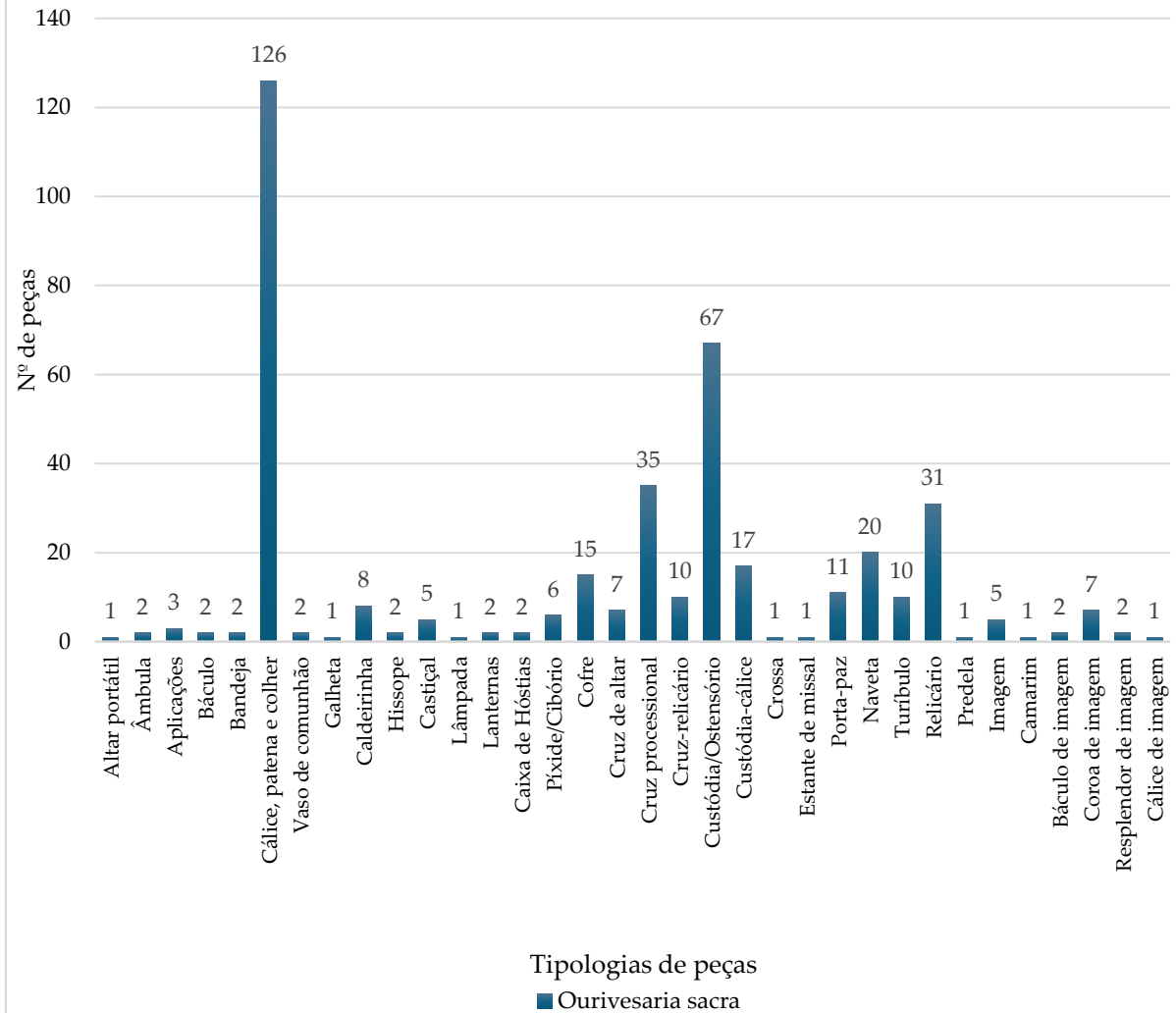


Gráfico que demonstra o número e tipologias de peças de ourivesaria sacra em museus portugueses, museus internacionais e in loco.

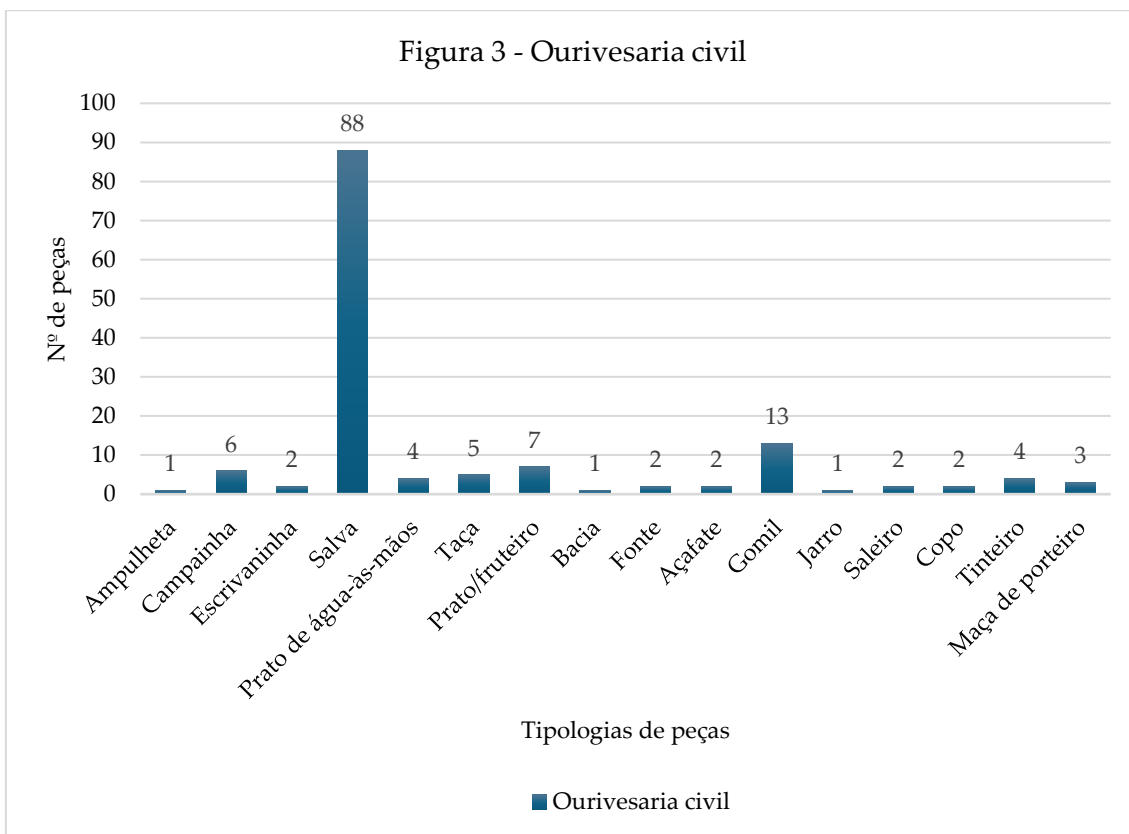


Gráfico que demonstra o número e tipologias de peças de ourivesaria civil em museus portugueses, museus internacionais e in loco

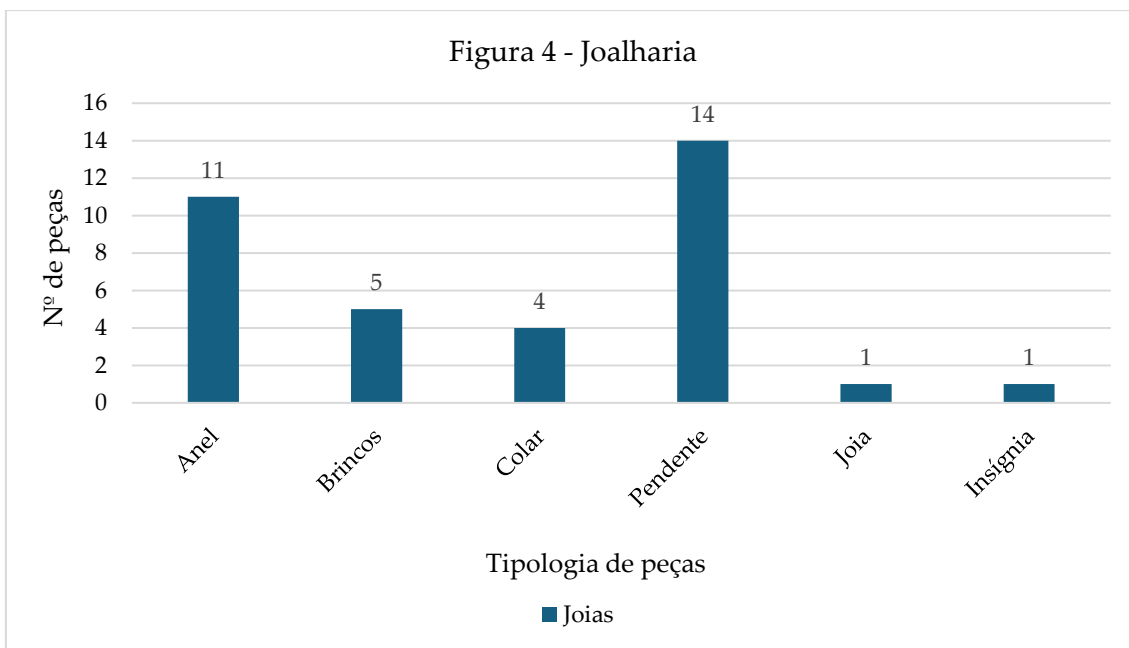


Gráfico que demonstra o número e tipologias de peças de joalharia em museus portugueses, museus internacionais e in loco.

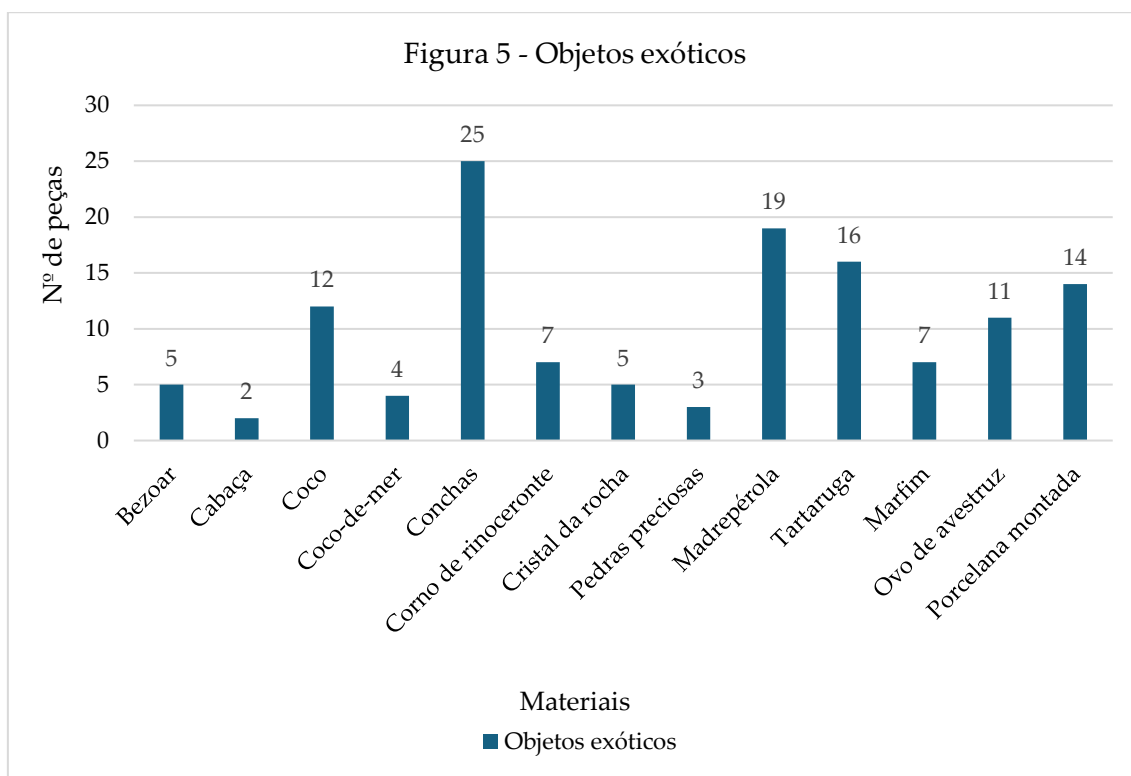


Gráfico que demonstra o número de objetos exóticos e os seus materiais em museus portugueses, museus internacionais e in loco.

Este livro foi composto e pelo *Grupo Informal de História Medieval* em caracteres PALATINO LINOTYPE, desenhados por Hermann Zapf e inspirados no trabalho do calígrafo e copista italiano Giambattista Palatino, que trabalhou na Itália do século XVI. Publicou-se durante o mês de Maio de dois mil e vinte e seis.

